

# excellence

REVISTA CIENTÍFICA

[www.excellenceeduc.com](http://www.excellenceeduc.com)

REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE | V. 28. N. 01. DEZEMBRO. 2024

## EXPLORANDO A IMAGINAÇÃO:

O Papel Crucial  
da Literatura na  
Aprendizagem:

DOI: 10.29327/2323543.28.1



ISSN 2595-8704



## EXPEDIENTE

### CONSELHO EDITORIAL

**Editor Chefe**

Prof<sup>o</sup>. Pós-Doutor Cristiano de Assis Silva

**Vice Editor**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dirlan de Oliveira Machado Bravo

**Presidente**

Weberth Martins Dos Santos

**Coordenador de Extensão**

Prof<sup>a</sup>. Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino

**Secretária de Assuntos Educacionais**

Prof<sup>a</sup>. Mestranda Kristielly Pereira de A. Ribeiro da Silva

**Jornalista Responsável**

Cleilton Bastos Ferreira

**Projeto Gráfico e Diagramação**

InovaES Editora

### JUNTA EDITORIAL

**Artur Quixona Finda**

Ex-Presidente do PAPOD (Partido Popular Angolano para o Desenvolvimento)

**Claudia Simões Cardoso**

Ex-Secretária Municipal de Assistência Social -Anchieta – E. S.

**Claudia Batista Ferreira**

Secretária Municipal de Saúde de Muqui – E. S.

**Dilzerly Miranda Machado Tinoco**

Ex-Secretária Municipal de Educação de Pres. Kennedy – E. S.

**Karla dos Santos Leal**

Membro do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Itapemirim – E. S.

**Fátima Agrizzi Ceccon**

Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy – E. S.

**Salatiel Elias de Oliveira**

Ex-Secretário Municipal de Educação de Apiacá – E. S.

**Tânia Mara Fontana Correa**

Vereadora do Município de Presidente Kennedy E. S.

**Gilsete Lopes**

Investigador de Polícia Especial; Chefe da Seção de Investigação do 7º Distrito Policial.

**Rusley Hilário Medeiros Miorim**

Coordenador de Ensino e Formação da Guarda Municipal de Vila Velha, E. S.

**Hilário Jebeson Viana da Costa**

Membro da Academia de Letras e Culturas da Amazônia – ALCAMA.

**Sandreane Wélia Silva Paulino**

Membro da Academia Cajueirense de Letras

**Regilane Ribeiro Sansão**

Avaliadora do MEC

### EDITORES NACIONAIS

- Pós-Dr<sup>a</sup> Carmem Lisiane Escouto de Souza
- Pós-Dr. Carlos Luis Pereira
- Pós-Dr<sup>a</sup> Maria Fabris Colodete
- Pós-D<sup>a</sup> Michell Pedruzzi Mendes de Araújo
- Dr<sup>a</sup>. Alessandra dos Santos Oliveira
- Dr<sup>a</sup>. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
- Dr<sup>a</sup>. Dorca Rodrigues silva de Recamán
- Dr. Rinaldo Pevidor Pereira
- Dr<sup>a</sup>. Betijane Soares de Barros
- Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Ferreira
- Dr<sup>a</sup>. Dirlan de Oliveira Machado Bravo
- Dr. Rafael Vital dos Santos
- Dr. Francisco José Lopes Cajado
- Dr. Eduardo Cabral Silva
- Dr<sup>a</sup>. Patrícia Casagrande Dias de Almeida
- Dr<sup>a</sup>. Franciane Figueiredo da Silva
- Dr<sup>a</sup>. Izaionara Cosmea Jadjesky
- Dr<sup>a</sup>. Thalyta Botelho Monteiro
- Mestra Ângela Maria dos Santos Florentino
- Mestre Rusley Hilário Medeiros Miorim
- Mestra Patricia Vassoler Scaramussa

### EDITORES INTERNACIONAIS

- Pós-Dr. Apolinário Ambrosio da Costa Pedro
- Pós-Dr. Cristiano de Assis Silva
- Pós-Dr. Salatiel Elias de Oliveira
- Dr. Artur Quixona Finda
- Dr<sup>a</sup>. Regilane Ribeiro Sansão
- Mestre Sylvana Lima Teixeira
- Mestre Hilário Jebeson Viana da Costa

### COORDENAÇÃO DE REVISÃO

- Dr<sup>a</sup>. Ana Maria Roriz Veríssimo

#### EDITORA EXCELLENCE

CNPJ: 31.655.465 / 0001-04

IM: 434750 ISSN: 2595-8704

E-mail: publicacao@editoraexcellence.com

**CORRESPONDÊNCIA:**

Rodovia do Sol. N<sup>o</sup>100, Km 28.

Ed. Praia do Sol. Bairro Recanto da Sereia.

Guarapari. E. S. CEP: 29.227-100

PUBLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES DE PESQUISADORES DE  
PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA:



REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE  
EDITORA EXCELLENCE

V. 28. N. 01. DEZEMBRO. 2024 | Espírito Santo, Brasil.

Versão On-line.

Resumo em português e inglês.

ISSN (eletrônico): 2595-8704

DOI: 10.29327/2323543.28.1

1. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Educação.
2. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Saúde Pública.
3. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Gestão Empresarial.
4. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Direito.

CDU 371

DIREITOS DE PERMISSÃO  
E UTILIZAÇÃO

As opiniões emitidas nos textos publicados na  
Revista Científica Excellence  
são de total responsabilidade de seus respectivos autores.  
Todos os direitos de reprodução,  
tradução e adaptações estão  
reservados com identificação  
da fonte.

OS ARTIGOS ESTÃO DISPONÍVEIS EM:

<<http://www.excellenceeduc.com/revista-cientifica-excellence-edicao-Atual/>>



ISSN 2595-8704



## PREFÁCIO

É com entusiasmo que apresentamos a **28ª edição da Revista Científica Excellence**, com o tema **"Explorando a imaginação: o papel crucial da literatura na aprendizagem"**. Neste volume, exploramos como a literatura, ao estimular a imaginação e o pensamento criativo, se torna uma ferramenta essencial na educação e no desenvolvimento humano.

Este número traz artigos que abordam temas atuais e relevantes, como "O engano da grécia homossexual: desconstruindo o mito de uma sociedade gay na antiguidade", que questiona estereótipos históricos sobre a homossexualidade na Grécia, e "Educação do campo e escola ativa: uma revisão literária", que analisa práticas pedagógicas em áreas rurais e periféricas. Outros artigos, como "Didática, metodologia, recursos e ferramentas para o processo de ensino e aprendizagem no ensino de história", abordam novas abordagens pedagógicas, enquanto "Facísculo II - saúde psíquica nas mulheres e a redução de danos através de métodos saudáveis" foca na saúde mental das mulheres e estratégias de autocuidado. A edição

também traz "As múltiplas diversidades na educação: desafios e resistências", que trata dos desafios enfrentados por alunos de diferentes origens, e "História da educação no período imperial jesuítico: uma viagem no tempo", que resgata a educação no Brasil imperial. Finalizamos com "A mulher no mercado de trabalho frente a menopausa: um desafio feminino" e "Educação brasileira: rompendo barreiras, vivenciando a inclusão", que discutem a inclusão no trabalho e na educação brasileira.

Esta edição convida à reflexão sobre os desafios contemporâneos nas áreas de educação, saúde e diversidade.

**Boa leitura!**

Pós-Doutor  
Cristiano de Assis Silva  
Editor-Chefe



# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	04
<b>O ENGANO DA GRÉCIA HOMOSSEXUAL: DESCONSTRUINDO O MITO DE UMA SOCIEDADE GAY NA ANTIGUIDADE</b> <i>Sergio Mauro Chaves Martins</i> .....	06-11
<b>EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESCOLA ATIVA: UMA REVISÃO LITERÁRIA</b> <i>Pedro Roberto de Jesus Lima</i> .....	12-19
<b>DIDÁTICA, METODOLOGIA, RECURSOS E FERRAMENTAS PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA</b> <i>Roberto Pinto Moura</i> .....	20-30
<b>FACISCULO II - SAÚDE PSÍQUICA NAS MULHERES E A REDUÇÃO DE DANOS ATRAVÉS DE MÉTODOS SAUDÁVEIS</b> <i>Ivete Medeiros de Farias</i> .....	31-39
<b>AS MÚLTIPLAS DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS</b> <i>Cristiano de Assis Silva &amp; Bruno de Freitas Santos &amp; Edenia Brandão Santos &amp; Gracinha Araujo Silva</i> .....	40-49
<b>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO IMPERIAL - JESUÍTICO: UMA VIAGEM NO TEMPO</b> <i>Cristiano de Assis Silva &amp; Bruno de Freitas Santos &amp; Edenia Brandão Santos</i> .....	50-57
<b>A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO FRENTE A MENOPAUSA: UM DESAFIO FEMININO</b> <i>Cristiano de Assis Silva &amp; Bruno de Freitas Santos &amp; Edenia Brandão Santos</i> .....	58-69
<b>EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ROMPENDO BARREIRAS, VIVENCIANDO A INCLUSÃO</b> <i>Eliene Maria Vieira dos Santos &amp; Betijane Soares de Barros</i> .....	70-75

**O ENGANO DA GRÉCIA HOMOSSEXUAL: DESCONSTRUINDO O  
MITO DE UMA SOCIEDADE GAY NA ANTIGUIDADE**  
**THE DECEPTION OF HOMOSEXUAL GREECE: DECONSTRUCTING  
THE MYTH OF A GAY SOCIETY IN ANTIQUITY**

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.28.1-1

Sergio Mauro Chaves Martins <sup>1</sup>

**RESUMO**

O estudo 'O Engano da Grécia Homossexual: Desconstruindo o Mito de uma Sociedade Gay na Antiguidade' procura dismantelar a crença errônea de que a Grécia Antiga estava amplamente engajada em práticas homossexuais. Avaliando criticamente os trabalhos de J.M. Finnis, David Cohen e Bruce S. Thornton, a pesquisa revela a presença significativa de homofobia na sociedade grega. Adicionalmente, a comédia 'As Vespas' de Aristófanes é utilizada para ilustrar como a homossexualidade era motivo de escárnio entre a elite grega. A amizade entre Aquiles e Pátroclo na 'Ilíada' de Homero é minuciosamente examinada, salientando que se tratava de um vínculo platônico, ao contrário de uma relação homossexual. O estudo ainda explora como figuras filosóficas como Platão, Sócrates e Aristóteles mantinham visões homofóbicas, contrariando a noção de que a Grécia Antiga era tolerante com a homossexualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Grécia Antiga; Homossexualidade; Homofobia; Aristófanes; Aquiles e Pátroclo.

**ABSTRACT**

The study "The Deception of Homosexual Greece: Deconstructing the Myth of a Gay Society in Antiquity" seeks to dismantle the erroneous belief that Ancient Greece was broadly engaged in homosexual practices. Critically evaluating the works of J.M. Finnis, David Cohen, and Bruce S. Thornton, the research reveals the significant presence of homophobia in Greek society. Additionally, Aristophanes' comedy "The Wasps" is used to illustrate how homosexuality was a subject of ridicule among the Greek elite. The friendship between Achilles and Patroclus in Homer's "Iliad" is meticulously examined, highlighting that it was a platonic bond rather than a homosexual relationship. The study further explores how philosophical figures like Plato, Socrates, and Aristotle held homophobic views, contradicting the notion that Ancient Greece was tolerant of homosexuality.

**KEYWORDS:** Ancient Greece; Homosexuality; Homophobia; Aristophanes; Achilles and Patroclus.

<sup>1</sup> Mestrado em Estudos da Língua Portuguesa pela Universidade Aberta de Lisboa. Especialização em Pós-Graduação Lato Sensu em História do Brasil pelo Centro Universitário Cidade Verde, UNICV. Graduação em Licenciatura em História pela União Brasileira de Faculdades, UNIBF. E-MAIL: sergiomcmartins@gmail.com CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/8776901154191175

## INTRODUÇÃO

Este estudo visa estabelecer um fundamento sólido para a desconstrução do conceito amplamente aceito de que a sociedade grega antiga era predominantemente homossexual. Através de uma abordagem analítica rigorosa e apoiada por evidências, este texto proporcionará uma visão abrangente sobre o equívoco do mito da homossexualidade grega, que significativamente moldou a visão contemporânea desta cultura. Por essa razão, este segmento introdutório tem o propósito de preparar o leitor para uma investigação crítica e detalhada, destinada a desvendar efetivamente esse mal-entendido. (Alexandrino, 2022)

### CONTEXTUALIZAÇÃO DO MITO DA GRÉCIA

#### HOMOSSEXUAL

Uma exploração completa e detalhada do mito da homossexualidade na Grécia Antiga permitirá um entendimento aprofundado sobre como essa falsa narrativa se desenvolveu e se disseminou ao longo dos séculos. Ao examinar meticulosamente uma ampla gama de fontes e estudos, incluindo a obra "Eros the Myth of the Ancient Greek Sexuality", de Bruce S. Thornton, poderemos perceber com maior precisão a origem e a difusão desse mito, e como ele atravessou barreiras culturais e afetou a imaginação global.

Além das evidências apresentadas, é crucial enfatizar a importância de contestar esse erro, oferecendo uma análise crítica baseada em dados concretos e uma interpretação cuidadosa das várias fontes históricas disponíveis. Só através dessa abordagem será possível demolir os estereótipos e os preconceitos arraigados nesta narrativa distorcida, que comprometem a realidade e minimizam a complexidade da história da Grécia Antiga.

Ao tratar deste assunto com precaução e fundamentação, podemos redescobrir a verdadeira natureza da sexualidade e dos relacionamentos na

cultura grega, reconhecendo que as práticas homossexuais constituíam apenas uma fração do vasto leque da sexualidade humana naquele período. É essencial entender que a Grécia Antiga era uma sociedade de múltiplos significados, com variadas perspectivas e experiências no âmbito da sexualidade.

Portanto, ao nos aprofundarmos neste tema instigante, devemos manter em mente a necessidade de ultrapassar estereótipos e preconceitos, em busca de uma compreensão mais completa e exata do mito da homossexualidade na Grécia Antiga. Assim, podemos enriquecer nosso entendimento histórico e cultural, valorizando a diversidade de experiências e visões que moldaram a sociedade grega antiga e que ainda influenciam o mundo moderno.

#### REFUTANDO O MITO

Ao revisar meticulosamente os trabalhos de J.M. Finnis, David Cohen e Bruce S. Thornton, é viável desmontar completamente o mito de uma sociedade grega definida pela homossexualidade. Finnis, um eminente jurista, aborda a questão da orientação sexual sob uma perspectiva legal e moral, refutando enfaticamente a suposta aceitação ubiqüitária da homossexualidade na Grécia Antiga. Por sua vez, Cohen oferece uma representação ainda mais detalhada e diferenciada da sexualidade na sociedade grega, iluminando a multiplicidade de perspectivas e atitudes em relação às práticas homossexuais, rompendo com qualquer concepção simplista que possa prevalecer.

Ademais, a análise de Thornton desvela e desconstrói a narrativa de uma Grécia homossexual, explorando de maneira minuciosa e extensiva as nuances que revelam uma realidade extremamente complexa. Thornton discute intensamente que a imagem simplificada ainda perpetuada sobre a Grécia Antiga não captura a complexidade das interações e padrões sociais daquele período.

Com esses estudos críticos e aprofundados, portanto, chegamos a uma conclusão irrefutável: a narrativa da Grécia homossexual é infundada historicamente. Torna-se crucial descartar essa visão errônea e fomentar um entendimento mais profundo e bem-informado sobre a verdadeira natureza da Grécia Antiga. Ao perscrutar os trabalhos de Finnis, Cohen e Thornton, temos a capacidade de dismantelar e confrontar esses mitos duradouros, alcançando uma compreensão mais precisa e equitativa da sociedade grega e suas práticas sexuais.

### **ANÁLISE CRÍTICA DAS OBRAS DE J.M. FINNIS, DAVID COHEN e BRUCE S. THORNTON**

Nesta seção, ao mergulharmos nas obras 'Law, Morality, and 'Sexual Orientation' de J.M. Finnis, 'Law, sexuality, and society' de David Cohen e 'Eros the myth of the ancient greek sexuality' de Bruce S. Thornton, empreenderemos uma jornada intelectual profunda. Investigaremos de maneira detalhada as argumentações dos ilustres autores, destacando suas visões e as robustas evidências que empregam para refutar decisivamente a crença amplamente difundida de uma Grécia antiga dominada pela homossexualidade.

Este ambicioso empreendimento envolverá uma pesquisa meticulosa na abordagem destes notáveis estudiosos sobre a sexualidade na Grécia Antiga. Através desta incursão acadêmica envolvente, nosso objetivo principal é capturar clara e acuradamente as perspectivas fundamentadas por eles, revelando como essas visões contribuem decisivamente para o desmonte do persistente mito de uma Grécia caracterizada pela prevalência homossexual.

Equipados com rigor acadêmico e um compromisso com a neutralidade, nos aprofundaremos nas análises perspicazes propostas por Finnis, Cohen e Thornton, buscando extrair e avaliar cada nuance de suas teorias e interpretações. Será um desafio, porém, uma parte enriquecedora da pesquisa, envolvendo detalhada

revisão bibliográfica, análise crítica dos textos e um exame aprofundado de cada elemento discutido pelos renomados autores.

Com essa investigação meticulosa, aspiramos fornecer aos leitores uma visão completa e fundamentada nas perspectivas dos estudiosos acerca da sexualidade na Grécia Antiga, esclarecendo equívocos históricos e desfazendo a suposta predominância homossexual na sociedade helênica. Por meio de uma abordagem analítica e sustentada, nosso intuito é contribuir para uma compreensão mais abrangente do tema, considerando as evidências históricas e teóricas apresentadas por esses preeminentes pensadores.

Em resumo, este estudo cuidadoso e aprofundado possibilitará uma avaliação crítica da visão desses renomados autores, ressaltando a importância de suas contribuições para desconstruir estereótipos e mitos referentes à sexualidade na Grécia Antiga. Com embasamento acadêmico e teórico, visamos incentivar uma reflexão profunda e informada sobre esta questão complexa e instigante, mostrando a relevância das obras de Finnis, Cohen e Thornton no campo dos estudos de gênero, sexualidade e história.

### **A HOMOFOBIA NA GRÉCIA ANTIGA**

Neste contexto histórico, a homofobia na Grécia Antiga manifestava-se claramente na sociedade, particularmente entre os círculos elitistas que praticavam a homossexualidade. Aristófanes, um renomado dramaturgo grego, abordou essa temática em sua obra 'As Vespas', onde satirizava a prática homossexual entre homens mais velhos e jovens da elite. Esta representação revela que a homofobia não era uma ausência, mas sim uma realidade social presente que era até objeto de sátira nas expressões artísticas daquela época. Através dessas representações, a homofobia desponta como uma forma de discriminação profundamente enraizada, relegando os homossexuais a uma posição marginalizada e frequentemente

ridicularizada pela sociedade. Aristófanes, com sua comédia, provocava uma reflexão crítica sobre as desigualdades e preconceitos vigentes, desmascarando a hipocrisia e os estereótipos arraigados na cultura grega. Ao desafiar as convenções sociais estabelecidas, o dramaturgo sublinhava a urgência de uma transformação no pensamento e a criação de uma sociedade mais inclusiva e tolerante. Portanto, as críticas sociais de Aristófanes são fundamentais para compreender a persistência da homofobia e a luta necessária por uma sociedade mais justa e igualitária.

### **A PEÇA DE ARISTÓFANES AS VESPAS**

'As Vespas', obra de Aristófanes, constitui uma dramatização impactante e significativamente relevante da homofobia na Grécia Antiga. Utilizando uma sátira acerba e críticas agudas, o astuto dramaturgo ilustrava com rigor a lamentável realidade do relacionamento homossexual entre homens mais velhos e jovens da elite grega. Esta audaciosa representação teatral atua como um testemunho vívido que desvenda o rechaço forte e até a ridicularização profunda dessas práticas na sociedade daquela época. É indiscutível que 'As Vespas' oferece não só evidências substanciais, mas também um chamado à consciência poderoso, mostrando que a homofobia era um tema não só reconhecido como também amplamente discutido e enraizado na antiguidade grega, deixando um legado notável e influente que ainda ressoa nos tempos modernos.

### **AQUILES E PÁTROCLO: AMIZADE OU RELACIONAMENTO HOMOSSEXUAL?**

A relação entre Aquiles e Pátroclo tem sido alvo de intensas discussões e especulações ao longo da história. Vários eruditos exploraram a essência dessa conexão, debatendo se era meramente uma amizade platônica ou se continha elementos de natureza homossexual. No entanto, uma análise detalhada da

monumental 'Ilíada' de Homero, revela que a dinâmica entre esses dois ilustres heróis era significativamente mais intrincada do que se presume. A palavra grega "φιλία", que traduz-se como amizade, é possivelmente a que melhor descreve a relação entre Aquiles e Pátroclo. Essa ligação, contudo, ultrapassa qualquer entendimento padrão de amizade, abrangendo algo muito além de simples laços fraternos. As representações de Homero sobre suas ações e emoções indicam uma interação intensamente complexa e caracterizada por uma camaradagem rara. Aquiles e Pátroclo não eram somente companheiros nas batalhas; eles eram irmãos de alma em um sentido profundo. A fidelidade recíproca que compartilhavam era firme, e sua aliança transcendia a noção básica de amizade. A observação perspicaz de Homero sugere que a constante busca por glória e honra era movida não apenas por uma aspiração à proeminência individual, mas também pelo desejo fervoroso de se protegerem mutuamente. Embora haja especulações sugerindo um romance entre Aquiles e Pátroclo, tal interpretação carece substancialmente de evidência concreta. As interações descritas entre eles destacam um vínculo fundamentado na reciprocidade, respeito e confiança mútuos. Juntos, compartilhavam alegrias, tristezas e momentos de extrema vulnerabilidade, o que, de forma alguma, implica uma relação romântica-sexual. Mergulhar na análise da 'Ilíada' é descobrir um universo repleto de simbologias e sutilezas, onde cada verso de Homero oferece mais indícios sobre essa relação singular entre Aquiles e Pátroclo. Fica claro que mesmo na antiguidade, as relações afetivas poderiam atingir profundidades que desafiam categorizações e compreensões modernas. Consequentemente, ao refletir sobre o vínculo entre Aquiles e Pátroclo, é essencial perceber que a amizade entre estes dois heróis vai além de qualquer classificação simplista. É uma ligação que supera a simples camaradagem ou conexão sexual, nutrida por um amor fraterno profundo e devoção recíproca.

## **ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE AQUILES E PÁTROCLO EM 'ILÍADA' DE HOMERO**

Uma análise meticolosa da intensa relação entre Aquiles e Pátroclo contida na épica 'Ilíada' do estimado poeta Homero demonstra inequivocamente que o vínculo que une essas duas figuras emblemáticas vai muito além de uma simples amizade. Evidências claras vistas nas ações e nas emoções profundas expressas ao longo da narrativa desvendam uma conexão emocional profunda, que transcende meros laços de amizade, transformando-se numa cumplicidade íntima plena de genuína camaradagem. Essa ligação pode ser descrita com precisão pelo termo grego φιλία, que se traduz como "amizade". Portanto, é crucial afirmar que a hipótese de um relacionamento homossexual entre Aquiles e Pátroclo não encontra sustentação em nenhum fragmento da obra de Homero, sendo mais apropriado considerá-los como amigos extremamente próximos e aliados incondicionais nas batalhas daquela guerra épica.

### **PERSPECTIVAS FILOSÓFICAS**

Nesta seção, conduziremos uma exploração aprofundada das variadas perspectivas filosóficas surgidas durante a Grécia Antiga no contexto da homossexualidade. Será apresentada, com grande detalhe, a maneira pela qual as distintas visões e teorias filosóficas da época moldaram significativamente a percepção e o tratamento desta prática na sociedade grega. Ademais, exploraremos extensivamente as discrepâncias entre as várias escolas filosóficas em relação à aceitação ou repúdio da homossexualidade. Buscaremos desenvolver uma análise que ofereça uma visão panorâmica e abrangente dos diferentes movimentos de pensamento que surgiram nesse período, visando proporcionar uma compreensão mais rica e contextualizada sobre o assunto. Ao discutir as variadas perspectivas filosóficas, evidenciaremos os argumentos e fundamentos teóricos propostos por

filósofos icônicos, como Platão, Aristóteles e Sócrates, cujas contribuições foram fundamentais para o avanço do pensamento filosófico sobre a homossexualidade. Além dos aspectos históricos e filosóficos, serão examinadas as repercussões sociais e culturais que emanaram dessas diferentes visões, ilustrando o impacto que as teorias filosóficas exerceram na sociedade grega antiga quanto à compreensão e aceitação da homossexualidade. Ao concluir esta análise detalhada e minuciosa, espera-se que o leitor adquira uma compreensão mais ampla e profunda das perspectivas filosóficas relacionadas à homossexualidade na Grécia Antiga, assim como sobre as divergências e correntes de pensamento existentes na época.

### **PLATÃO, SOCRATES e ARISTÓTELES: FILOSOFIA E VISÕES SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE**

Nesta seção, adentraremos com cuidado nas extensas e profundas obras e aprendizados dos célebres filósofos Platão, Sócrates e Aristóteles, com o objetivo de desmantelar completamente o mito obsoleto da Grécia homossexual. De maneira meticolosa, analisaremos com precisão cirúrgica suas visões e perspectivas multifacetadas sobre a homossexualidade, demonstrando de forma robusta e incontestável como essas figuras monumentais e fundamentais da filosofia grega contribuíram significativamente para a compreensão, análise e, conseqüentemente, para a rejeição definitiva da prática homossexual na sociedade da época. Por meio de um exame rigoroso de seus escritos e diálogos profundos, revelaremos em detalhe a postura crítica, provocadora e até homofóbica desses renomados filósofos em relação à homossexualidade, consolidando, de maneira irrefutável, o argumento central deste trabalho memorável e esclarecedor. Portanto, estaremos completamente imersos nesta jornada fascinante e reveladora, desvendando aspectos nunca antes explorados desta discussão tão pertinente e provocativa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, seria um equívoco classificar a Grécia Antiga como uma sociedade predominantemente homossexual, haja vista a extensa e profunda disseminação de crenças e práticas homofóbicas. Uma exploração detalhada das obras de acadêmicos renomados como J.M. Finnis, David Cohen e Bruce S. Thornton, revela claramente essa interpretação errônea do mito da Grécia homossexual. Diversas evidências históricas demonstram que a sociedade helênica, longe de endossar a homossexualidade, ridicularizava essa prática especialmente entre a elite, conforme visível na comédia 'As Vespas' de Aristófanes, que debocha abertamente da homossexualidade, demonstrando a prevalência da homofobia naquela era.

Adicionalmente, a relação entre Aquiles e Pátroclo, ilustrada na epopeia 'Ilíada' de Homero, é categoricamente apresentada como uma amizade intensa, com o termo φίλια, que significa amigo ou companheiro, elucidando que as conexões entre eles eram pautadas em camaradagem, não em intimidade sexual. Portanto, até nas narrativas mais emblemáticas do período grego antigo, não observamos a exaltação da homossexualidade, mas sim a celebração dos vínculos de amizade entre pessoas do mesmo sexo, que transcendem o panorama sexual.

Finalizando, ao considerar os discursos filosóficos de figuras notáveis como Platão, Sócrates e Aristóteles a respeito da homossexualidade, fica patente que a rejeição a tal prática era a norma. Eles trataram do assunto em suas obras, sublinhando a importância do bem-estar da polis e da continuidade da espécie humana por meio da reprodução heterossexual. Esta perspectiva sublinha o conservadorismo e a visão homofóbica que dominava o pensamento grego da época.

Assim, diante de todas essas evidências históricas, literárias e filosóficas, podemos concluir sem dúvidas que a Grécia Antiga não era uma sociedade com ampla

aceitação da homossexualidade. Ao contrário, a homofobia era uma postura comum, e mesmo nas interações homossexuais descritas na arte e literatura da época, percebe-se uma ênfase predominante na amizade e no companheirismo, e não em relações de natureza sexual.

## REFERÊNCIAS

ARISTÓFANES. **As Vespas**. Trad. J. M. Edmonds. Harvard University Press, 1924.

COHEN, D. **Law, Sexuality, and Society: The Enforcement of Morals in Classical Athens**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

FINNIS, J. **Law, Morality, and "Sexual Orientation"**. Notre Dame Law School, 1994.

HOMERO, I. Trad. **Mário da Gama Kury**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2002.

THORNTON, B. S. **Eros: The Myth of Ancient Greek Sexuality**. Boulder: Westview Press, 1997.

ALEXANDRINO, R. **A suposta homossexualidade**. [HTML] 2022. Disponível em: <[https://books.google.pt/books?hl=enlr=&id=JGBcEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=A+cren%C3%A7a+amplamente+difundida+%C3%A9+que+a+sociedade+grega+era+essencialmente+homossexual.&ots=z6TwmTJomg&sig=TgDpd60DQRXYP7DAJB6G0ZQqQ&redir\\_esc=y#v=onepage&q&f=false](https://books.google.pt/books?hl=enlr=&id=JGBcEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=A+cren%C3%A7a+amplamente+difundida+%C3%A9+que+a+sociedade+grega+era+essencialmente+homossexual.&ots=z6TwmTJomg&sig=TgDpd60DQRXYP7DAJB6G0ZQqQ&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false)>. Acesso em: 26 jun. 2024.

## EDUCAÇÃO DO CAMPO E ESCOLA ATIVA: UMA REVISÃO LITERÁRIA RURAL EDUCATION AND ACTIVE SCHOOLS: A LITERATURE REVIEW

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.28.1-2

Pedro Roberto de Jesus Lima <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo concebe uma reflexão da evolução do campo, tendo como base o programa Escola Ativa, relacionado ao Ministério de Educação, sob a tutela da Secretária de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade, tendo a Coordenação-Geral de Educação no Campo, voltado a classes multisseriada, no ensino fundamental I. A pesquisa realizada a partir de uma revisão literária, em que o lugar de convivência dos educandos, possam ser valorizados, inicialmente no entendimento de pertencimento da sociedade local do campo, a partir da experiência dos movimentos sociais, e sua inserção na agenda política educacional nos últimos anos. O objetivo principal do artigo, é possibilitar conhecimento sobre as contribuições, das políticas públicas na educação do campo, tendo a escola ativa, fortalecendo a aprendizagem dos educandos, no projeto político e pedagógico das escolas do campo, adquirindo visibilidade e força nos últimos anos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação do campo. Escola Ativa. Revisão Literária.

### ABSTRACT

This article conceives a reflection on the evolution of the field, based on the Escola Ativa program, related to the Ministry of Education, under the supervision of the Secretary of Continuing Education, Literacy and Diversity, with the General Coordination of Education in the Countryside, focused on classes multigrade, in elementary school I. The research carried out based on a literary review, in which the students' place of coexistence can be valued, initially in the understanding of belonging to local rural society, based on the experience of social movements, and their insertion in the educational political agenda in last years. The main objective of the article is to provide knowledge about the contributions of public policies in rural education, having the school active, strengthening students' learning, in the political and pedagogical project of rural schools, acquiring visibility and strength in recent years.

**KEYWORDS:** Rural Education. Active School. Literature Review.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Católica do Salvador. Graduado em Psicologia pela Faculdade Anísio Teixeira – FAT. Graduado em Pedagogia pela A Faculdade Regional de Filosofia, Ciências e Letras de Candeias –FAC – Candeias. E-MAIL: pedrorj-lima@hotmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/8141124454442550

## INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo dialogar, através de uma revisão bibliográfica, resumindo historicamente a construção da educação do campo brasileiro, tendo uma visibilidade crescente nos últimos anos, com finalidade apresentar uma proposta política-pedagógica, voltada ao programa escola ativa.

Em diferentes regiões do Brasil, onde tinha escolas multisseriadas, havia uma política pública, tendo seu início com mais de 10 mil escolas no campo com várias séries em uma sala do ensino fundamental I.

O programa escola ativa, teve como metodologia o fundamento construtivista e neoescolanovista, sofrendo críticas de setores acadêmicos e de movimentos sociais, abordando mudanças no modo capitalista e reformas educacionais, tendo seu início na década de 1990.

## EDUCAÇÃO NO CAMPO

Com a Constituição Cidadã de 1998, houve uma política pública educacional, com inclusão de diversas categorias, com destaque a educação do campo, em que na gestão de Fernando Henrique Cardoso, a elaboração e implementação de reformas, com documentos de relevância como: Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, a 9394/96 e o Plano Nacional da Educação de 2001 e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Como cita Pinheiro (1998, p.4, apud SAVIANI, 1997):

A Constituição Federal de 1998, em seu artigo 214 determina que “A lei estabelecerá o plano nacional de educação” e no artigo 211 estabeleça como tarefa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios a organização de seus sistemas de ensino, não significa que a origem desse pensamento tenha surgido exatamente neste período.

Articulado a esse pensamento, Knijnik (2013, p.5 apud BRASIL, p.8, 2010):

A escola do campo, incluída cada vez mais na agenda das políticas públicas, tem como desafio oferecer educação de qualidade social para todos os povos que vivem nesse espaço. Se a escola do campo mudou é porque o próprio campo está em movimento e é do campo que resultou as reivindicações histórica mais acentuadas pela garantia do direito à vida com dignidade e valorização humana.

Com a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996), no capítulo II, no seu artigo 28, que legisla a educação do campo, como cita Pinheiro (1998, p.6 apud DORNAS, 1997):

Permite a adaptação é educação básica às peculiaridades da zona rural e de cada região, tendo especificamente: conteúdos curriculares e metodologia apropriada às necessidades reais e interesses e condições climáticas, adequação á natureza do trabalho.

Com isto, ocorreu no ano de 1998 a I Conferência Nacional de Educação Nacional de Educação do Campo, numa organização da Educação Básica do Campo, apresentando uma nova conotação. (Pinheiro, 1998)

Educação do Campo e não mais educação rural ou educação para o meio rural. A proposta é pensar a educação do campo como processo de construção de um projeto de educação dos trabalhadores do campo gestado desde o ponto de vista dos camponeses e da trajetória de lutas de suas organizações. Pinheiro (1998, p.8 apud CALDART, 2004)

Nascimento (2006), elenca uma série de necessidade de implementação de política pública, fortalecendo a educação do campo:

Alfabetização de jovens e adultos (eliminação do analfabetismo do campo);  
Acesso de todos (as) a escola pública, gratuita e de qualidade em todos os níveis;  
Gestão democrática do sistema escolar (participação das comunidades nas decisões e na fiscalização dos recursos públicos);  
Apoiar iniciativas de inovação das estruturas e currículos, construindo uma pedagogia adequada ao meio rural. Que a organização curricular seja planejada de modo a incluir uma efetiva relação dos alunos (as) com sua comunidade de origem;  
Escolas técnicas regionais (ensino fundamental e médio);  
Docentes que queiram trabalhar nas escolas do campo;  
Formação contínua para educadores/as do campo;  
Disciplinas específicas a essa formação nos cursos de magistérios e nos cursos superiores de pedagogia e demais licenciaturas;  
Divulgação de materiais didáticos e pedagógicos voltados para a realidade do campo.

Tanto que a educação brasileira se associa com a educação do campo, na falta de política pública ainda insuficiente no Brasil. Como afirma Azevedo et al, 2022, p.4-5:

A origem da educação rural está na base do pensamento latifundista empresarial do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. O debate a respeito da educação rural data das primeiras décadas do século XX. Começou no 1º Congresso de Agricultura do Nordeste Brasileiro, em 1923, e tratava de pensar a educação para os pobres do campo e da cidade no sentido de prepará-los para trabalharem no desenvolvimento da agricultura [...] Enquanto a Educação do Campo vem sendo criada pelos povos do campo, a educação rural é o resultado de um projeto criado para a população do campo de modo que os paradigmas projetam distintos territórios. Duas diferenças básicas desses paradigmas são os espaços onde são construídos e seus protagonistas. (FERNANDES, MOLINA, 2004, p.621)

Vem corroborar com as políticas públicas, o pertencimento de vivenciar o ambiente social e cultural local, como afirma os autores abaixo:

No: O povo tem direito a ser educado no lugar onde vive. Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura, e suas necessidades humanas e sociais. Duarte (2015, p.2 apud CALDART, 2005, p.27)

Em seu artigo 28, da Lei de Diretrizes e Base da Educação, diz que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (LDB, 1996)

E com estas Diretrizes, a escola do campo, passa a ter uma identidade, como afirma Queiroz, 2011, p.4:

Definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais, em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (DIRETRIZES, Art. 2º, Parágrafo Único)

Continuando, a educação Básica e seu currículo na educação do campo, Queiroz, 2011:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (DIRETRIZES OPERACIONAIS, Art. 2º, Parágrafo Único)

Em consonância Souza (2008, apud BRASIL, 2001, p.1), destaca que:

A educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, tem um significado que incorporam os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas ultrapassa ao colher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas, o campo, nesse sentido, mais do que um perímetro não-urbano, é um de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações de sociedade humana.

Melo et al (2013) vem reafirma, o processo histórico da educação do campo:

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade. (LEITE, 1999, p.14)

De acordo Jesus et al (2013) adquiriu um novo rumo, através dos movimentos sociais, da educação do campo, como cita:

A defesa de uma educação do campo tem como sustentação o reconhecimento de uma realidade de trabalhadores (as) que têm resistido para continuar produzindo sua vida no espaço rural. E, especialmente, o reconhecimento de que esta realidade precisa ser alterada, tendo em vista a crescente pobreza, o desemprego, as grandes desigualdades sociais e as dificuldades de acesso às políticas públicas (saúde, educação, transporte, infraestrutura etc). Portanto, pensar um projeto de educação do campo pressupõe a sua sustentabilidade em termos econômicos, sociais e culturais. (VENDRAMINI, 2007, p.129)

Em relação a nova perspectiva da educação do campo, há uma distorção idade-série, ao acesso do ensino e sua qualidade. (Lira et al, 2011, p.10):

A educação do campo tem se desenvolvido em muitos lugares através de programas, de práticas comunitárias, de experiências pontuais. Não se trata de desvalorizar ou de ser contra estas iniciativas porque elas têm sido uma das marcas de nossa resistência (resistência dos movimentos sociais do campo). Mas é preciso ter clareza de que isto não basta. A nossa luta é no campo das políticas públicas, porque esta é a única maneira de universalizarmos o acesso de todo o povo à educação. (CALDART, 2002, p.26)

Neto et al (2010), cita sobre educação na zona rural:

No campo conservam-se formas tradicionais de vida em comunidade há muitos desaparecidos na cidade [dado que] a família rural ainda mantém a forma de vida de trabalho, sob a autoridade do chefe, num verdadeiro regime patriarcal. A identidade de interesses e aspirações (boa colheita, bom tempo, etc) e as amizades levam à união de famílias vizinhas, principalmente em tarefas que, temporariamente requerem maior número de braços. (SILVA, 1970, p.13)

Aparecida (2013), cita uma fala do Ex-Ministro da Educação Aloizio Mercadante, em que o Brasil, tem uma dívida com a população do campo.

Nós temos, aproximadamente, 30 milhões de pessoas que vivem no campo, o Brasil é a segunda maior agricultura do mundo, produz 300 bilhões de dólares e exporta quase 95 bilhões de dólares. No entanto, nós não temos uma política específica de educação para a população que vive no campo brasileiro. (PROCAMPO, 2013, p.01)

De acordo ao grupo permanente de trabalho de Educação do Campo, no Ministério da Educação (2003), cita, os princípios da Educação do Campo:

- I – A Educação do Campo de qualidade é um direito dos povos do campo;
- II – A Educação do Campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido;
- III – A Educação do Campo no Campo;
- IV – A Educação do Campo enquanto produção de cultural;
- V – A Educação do Campo na formação dos sujeitos;
- VI – A Educação do Campo como formação humana para o Desenvolvimento Sustentável;
- VII – A Educação do Campo e o respeito às características do campo.

Medeiros et al (2013), cita apud ARROYO, CALDART e Molina, 2004, p.66:

Na Educação do Campo, o processo educativo deve ser compreendido como uma prática de liberdade, vinculado á dinâmica social e cultural, contribuindo com os processos de transformação, visando á justiça e a humanização da sociedade.

De acordo a Ribeiro (2011), o Conselho Nacional de Educação (CNE), junto a Comissão de Educação Básica (CEB), aprovou uma resolução, instituindo as Diretrizes

Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

A educação do campo projetada nesse processo, coloca-se, então, como contraponto á existência de uma escola qualificada como “rural”. Historicamente, a escola rural tem-se prestado a disseminar a civilidade e os valores relacionados ao trabalho e á vida urbana, anulando, desta forma, os sujeitos que trabalham e vivem no campo, ou seja, os agricultores enquanto produtores de matérias primas, de conhecimentos, linguagens, culturas e arte.

### ESCOLA ATIVA

De acordo a Ribeiro (2011), a Escola Ativa começa em 1997 e seu termino em 2007, criando o Fundo de Desenvolvimento da Escola - Fundescola, tendo seus recursos financeiros, orientações administrativas e pedagógicas, designando as secretarias estaduais e municipais de educação, nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Melo et al (2013), tendo em seu objetivo a melhoria da qualidade da educação em salas de aula multisseriadas, resultante de escolas da zona rural, tendo seu desenvolvimento estratégico, de acordo com os objetivos específicos no projeto base, como:

- a) Apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, disponibilizando diversos recursos pedagógicos e metodológicos adequadas as classes multisseriadas;
- b) Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas;
- c) Realizar formação continuada para os educadores envolvidos no programa com base em princípios políticas – pedagógicas voltada ás especificidades e propostas pedagógicas do campo;
- d) disponibilizar e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados para o

desenvolvimento da proposta pedagógica do Programa. (BRASIL, 2010, p.36)

Continuando, a metodologia do programa escola ativa, tem as seguintes etapas:

- I – Levantamento de problemas da realidade;
- II – Problematização, em sala de aula, das questões identificados na realidade, a partir de fundamentos filosóficos, antropológicos, sociais, políticos, culturais, econômicos e articulação com os conteúdos;
- III – Teorização (pesquisa, estudos e estabelecimentos de relação com o conhecimento científico);
- IV – Definição de alternativas de solução em relação á problemática identificada;
- V – Proposição de ações de intervenção na comunidade. (BRASIL, 2010, p.20)

E valorização a proposição dos conteúdos, como:

Os conteúdos escolares são pensados para estabelecerem a relação especificidade/universalidade e na abordagem de temas que tratam de grandes problemas que afetam a vida cotidiana. A compreensão da linguagem e do conhecimento se faz a partir de sua consideração como mediação do processo de aprendizagem e de formação da mente e a busca de relações interdisciplinares do conhecimento e conteúdos articulados com o ensino e a pesquisa pedagógica. (BRASIL, 2010, p.20)

Entretanto, o programa Escola Ativa, teve reformulação em seu percurso em:

No Programa Escola Ativa, a valorização da experiência extraescolar aponta para a organização interdisciplinar dos conteúdos e da relação que se busca estabelecer entre o conhecimento que os estudantes trazem de suas experiências comunitárias e dos conteúdos da aprendizagem escolar.

[...] No contexto da Educação do Campo, a proposta pedagógica do Programa Escola Ativa tempo objetivo propiciar condições para o trabalho com as diferenças regionais e com as populações que constituem os povos do campo, tendo como propósito contribuir para a superação da visão tradicional e preconceituosa sobre o espaço rural e seus habitantes. (BRASIL, 2010, p.23)

Para Medeiros (2013), o educando precisa se o principal foco do processo ensino-aprendizagem, numa comunidade local rural, como cita:

É preciso transformar a vida da aula e da escola, de modo que se possam vivenciar práticas sociais e intercâmbios acadêmicos que induzem á solidariedade, á colaboração, a experimentação compartilhada, assim como a outro tipo de relações com o conhecimento e a cultura que estimulem a busca, a compração, a crítica, a iniciativa e a criação. (SANCRISTAN e GOMEZ, 2000, p.26)

Mello (1999), na gestão do Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, tendo os parceiros da UNICEF e do Banco Mundial, teve a seguinte justificativa:

O sistema promove um processo de aprendizagem ativo, centrado no aluno, um currículo pertinente e intensamente relacionado com a vida da criança, calendários e sistemas de aprovação e avaliação flexíveis uma relação mais estreita entre as escolas e a comunidade e a formação de valores democráticos e participativos por meio de estratégias vivenciais. Fornece também, módulos de aprendizagem ás escolas, dotando-se de bibliotecas, e promove a capacitação do professor para melhorar suas práticas pedagógicas. (BRASIL, /ME, 1999)

De acordo Pires (2004), a capacitação dos professores, seria de responsabilidade das secretarias

municipais de educação, de acordo a Coordenadora Nacional:

A Escola Ativa por um momento de fragilidade, precisamos rever a concepção da Escola Nova que já ultrapassada e não atende a realidade de nossas escolas. (CAPACITAÇÃO NACIONAL, Fortaleza, 03 de novembro de 2004).

Já a Coordenadora Estadual, dizendo sobre a proposta apaixonante do programa:

A Escola Ativa é feita com muito amor e se diferencia de qualquer outra proposta de educação da zona rural, (...), os professores é que são os verdadeiros responsáveis pelo bom funcionamento da proposta nos municípios. (Campina Grande/PB, 20 de setembro de 2004)

Azevedo et al (2022, p.16), demonstra que não houve uma avaliação técnica, respaldando a decisão, de uma política pública no Brasil, sendo extinta em 2011, com argumento de nova proposta da agenda governamental, com substituição a implementar o Programa Escola da Terra, com novas perspectivas a educação do campo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com proposito de preencher lacunas existentes na escola do campo, buscou-se alternativas, com viés metodológicos adequado a realidade rural, para regiões no Brasil, com defasagem escolar e com municípios mantenedora com classe multisseriada. A escola do campo, atualmente ainda perpassa pela falta de oportunidade em política pública, voltada a comunidade local rural. Mesmo com o processo sócio-histórico ao longo do tempo, atualmente se vê resquícios da herança colonial no Brasil, com diferentes formas e contextos de negação de direitos, também com enfoque na educação.

No contexto atual, se busca por uma Educação do Campo, com qualidade, com saberes científicos e escolares, com ajuda de elementos que fazem parte do lugar de construção da identidade dos educandos, refletindo na cultura tradicional do ambiente social, verdadeiramente democrático.

### REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A. de; QUEIROZ, M. A. de; SOUZA, F. das C. S. **Escola nova, educação do campo e a política educacional: a experiência do programa escola ativa.** Roteiro, [S. l.], v. 47, p. e28138, 2022. DOI: 10.18593/r.v47.28138. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/28138>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CALDART, Roseli Salet. **A escola do campo em movimento.** Currículo sem Fronteiras, v.3, nº 1, p.60-81, jan/junh, 2003.

BERGAMASCO, Wanderleia Aparecida. **Educação do campo: concepção, fundamentos e desafios.** Versão on-line, Paraná, Governo do Estado, Secretaria de Educação, v.1, 2013.

DI PIERRO, Clara Maria. **Situação educacional dos jovens e adultos assentados no Brasil: Uma análise de dados da pesquisa nacional de educação na reforma agrária.** Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas/ nº 18.

Duarte, C. G., & Santos, S. V. dos. (2015). **Apresentação da Seção Temática - Educação do Campo.** Educação & Realidade, 40(3). Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/56800>.

JESUS, Adriana do Carmo; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **A herança colonial e as implicações na educação do campo no Brasil.** Revista Histedbr on-line, nº 50 (especial), p. 238-250, maio, 2013.

KNIJINIK, Gelsa; WANDERER, Fernanda. **Programa escola ativa, escolas multisseriadas do campo e educação matemática.** Educ. Pesqui., São Paulo, v. 39, n. 1, p. 211-225, jan./mar. 2013.

LIRA, Débora Amélia N; MELO, Amilka Dayane Dias. **A educação no campo e a sociedade brasileira: quando números desenham desigualdades.** I encontro de pesquisa de práticas em educação do campo da Paraíba. 2011.

MARSIGLIA, A. C. G. MARTINS, L. M. **“Programa Escola Ativa”:** análise crítica. In: BARBOSA, M. V.; MENDONÇA, S. G. L. (Orgs.). **Ensino e aprendizagem como processos humanizadores: propostas da teoria histórico-cultural para a educação básica: coletânea de textos da 9ª Jornada do Núcleo de Ensino de Marília.** Marília: Oficina Universitária Unesp, 2010. 14p. ISSN: 2175-4063.

MEDEIROS, Emerson Augusto de; AMORIM, Giovana Carla Cardoso. **Educação do campo e escola ativa: (des)construindo práticas e concepções de ensino.** Espaço do Currículo, v.6, nº 3, p.620-629, setembro e dezembro de 2013.

MELLO, M.A.L. **O Programa Escola Ativa no contexto na Educação do Campo: impasses e contradições.** In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012. Pelotas, RS. Anais. I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012.

MELO, DE; Souza, S. C. de. **Educação do campo e o programa escola ativa: elementos históricos, conceituais e pedagógicos.** Holos, v.2, 2013.

Ministério da Educação. **Grupo permanente de trabalho de educação do campo.** Referencias para uma política nacional de educação do campo, cadernos de subsídios, Brasília, outubro de 2003.

MOLINA, Monica Castagna. **Expansão das licenciaturas em educação do campo: desafios e potencialidades.** Educar em revista. Curitiba, Brasil, nº 55, p. 145-166, jan/mar. Editora UFPR, 2015.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação e cultura: As escolas do campo em movimento.** FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 867-883, nov./dez. 2006.

NETO, Luiz Bezerra; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos. **A importância do materialismo histórico na formação do educador do campo.** Revista Histerdbr on-line, Campinas, nº especial, p. 251-272, agosto, 2010.

NETO, Lauro Xavier Neto. **Educação do campo em disputa: análise comparativa entre o MST e o Projeto escola ativa.** Departamento de Educação. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Maio, 2010.

PANHO, Leila Maria. **Educação do campo: algumas reflexões a partir do olhar geográfico.** Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, v. 15, n. 101, 2017. Disponível em: [https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao\\_do\\_campoalgumas\\_consideracoes\\_a\\_partir\\_d\\_o\\_olhar\\_geografico.pdf](https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao_do_campoalgumas_consideracoes_a_partir_d_o_olhar_geografico.pdf). Acesso em: 4 jun. de 2020.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. **A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira.** I Conferencia Nacional por uma Educação Básica do Campo realizada em 1998 em Luziânia – Go.

RIBEIRO, Marlene. **Educação do Campo e Escola Ativa: contradições na política educacional no Brasil.** Educação em revista, Marília, v.12, nº 2, p.23-40, julh-Dez, 2011.

SAMUEL, Ramos da Silva. **Movimento, comunicação e linguagem na educação de jovens e adultos do MST.** Pós-graduação, do Centro de Ciências da Educação, da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, fevereiro de 2003.

SOUZA, Maria Antonia de. **Educação do campo, práticas pedagógicas e produção científica.** Educa. Soc. Campinas, vol. 29, nº 105. P.1089-1111, set/dez, 2008.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Crianças rurais e acesso á escola, sugestões de política pública.** São Paulo em Perspectiva, janeiro/março, 1991.

**DIDÁTICA, METODOLOGIA, RECURSOS E FERRAMENTAS PARA O PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO DE HISTÓRIA**  
**DIDACTICS, METHODOLOGY, RESOURCES, AND TOOLS FOR THE TEACHING AND LEARNING PROCESS IN HISTORY EDUCATION**

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.28.1-3

Roberto Pinto Moura<sup>1</sup>

**RESUMO**

Neste estudo, investiga-se a relevância da avaliação formativa e do feedback contínuo no ensino de História, adotando uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica. Por meio da análise crítica de fontes secundárias, como artigos científicos e obras especializadas, examina-se tanto os fundamentos teóricos quanto as aplicações práticas dessas estratégias pedagógicas no contexto educacional. A avaliação formativa é reconhecida por sua capacidade de proporcionar um acompanhamento próximo do progresso dos alunos, permitindo a identificação de suas necessidades individuais e promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. Por sua vez, o feedback contínuo emerge como uma ferramenta essencial para estimular a autonomia e a autoavaliação dos estudantes, fomentando o desenvolvimento de habilidades críticas e analíticas. Destaca-se, assim, a importância dessas práticas avaliativas para uma abordagem eficaz do ensino de História, preparando os alunos para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo com um sólido embasamento histórico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação formativa; feedback contínuo; ensino de História.

**ABSTRACT**

This study investigates the relevance of formative assessment and continuous feedback in History teaching, adopting a methodological approach based on bibliographical research. Through the critical analysis of secondary sources, such as scientific articles and specialized works, both the theoretical foundations and the practical applications of these pedagogical strategies in the educational context are examined. Formative assessment is recognized for its ability to provide close monitoring of students' progress, enabling the identification of their individual needs and promoting more meaningful and contextualized learning. In turn, continuous feedback emerges as an essential tool for encouraging student autonomy and self-assessment, fostering the development of critical and analytical skills. This highlights the importance of these assessment practices for an effective approach to teaching History, preparing students to face the challenges of the contemporary world with a solid historical foundation.

**Keywords:** Formative assessment; continuous feedback; History teaching.

<sup>1</sup> Mestrado em Ciências da Educação pela Facultad Interamericana de Ciências Sociales, FICS. Especialização em Teoria e Metodologia da História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE. Graduação em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE. E-MAIL: robertomoura521@gmail.com. CURRÍCULO LATTES: //lattes.cnpq.br/5914321546584311

## INTRODUÇÃO

O ensino de História desempenha um papel fundamental na formação dos indivíduos, contribuindo para a compreensão do presente por meio da análise crítica do passado. No entanto, para que esse processo seja eficaz, é necessário adotar abordagens pedagógicas atualizadas e dinâmicas que promovam o engajamento dos alunos e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e analíticas (Runsen, 2019). Nesse contexto, a presente pesquisa visa explorar a importância da avaliação formativa e do feedback contínuo no ensino de História, considerando as contribuições teóricas e práticas de diversos autores especializados na área.

A metodologia empregada neste estudo baseia-se na pesquisa bibliográfica, que consiste no levantamento e análise crítica de fontes secundárias, como artigos científicos, livros, teses e dissertações relacionadas ao tema em questão. Por meio dessa abordagem, pretende-se compreender as diferentes perspectivas teóricas e práticas acerca da avaliação formativa e do feedback contínuo no contexto do ensino de História, identificando suas contribuições, desafios e implicações para a prática docente.

O crescente interesse em estratégias de avaliação mais abrangentes e inclusivas reflete uma mudança de paradigma no campo educacional, onde o foco se desloca da mera mensuração de conhecimentos para a promoção de uma aprendizagem significativa e contextualizada (Muniz, 2017). Nesse sentido, a avaliação formativa surge como uma ferramenta pedagógica essencial, que permite aos professores acompanharem de perto o progresso dos alunos, identificando suas necessidades e dificuldades de aprendizagem ao longo do processo educativo.

Diante da complexidade do ensino de História e da diversidade de perfis de alunos presentes nas salas de aula, é fundamental adotar estratégias avaliativas que sejam flexíveis e adaptáveis às diferentes realidades e

contextos de aprendizagem. A avaliação formativa e o feedback contínuo oferecem essa flexibilidade, possibilitando uma abordagem mais personalizada e individualizada do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, ao fornecer retornos regulares e construtivos, essas práticas pedagógicas estimulam a autonomia e a autoavaliação dos alunos, contribuindo para o seu desenvolvimento integral como cidadãos críticos e participativos (Leite, 2019).

O principal objetivo deste trabalho é analisar a importância da avaliação formativa e do feedback contínuo no ensino de História, considerando suas implicações para a promoção de uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. Além disso, busca-se compreender como essas práticas pedagógicas podem contribuir para o desenvolvimento de habilidades cognitivas, analíticas e críticas nos alunos, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo de forma informada e consciente.

## ABORDAGENS METODOLÓGICAS INOVADORAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Bento e Costa (2019) juntamente com Bittencourt (2011) e Fonseca (2003) colocam em destaque a necessidade de um ensino de História que vá além da memorização e se aprofunde nos processos e perspectivas que moldam nossa compreensão do passado. Esta visão é complementada por Kenski (2007), que vê a tecnologia como um catalisador para renovar as práticas pedagógicas e aproximar o ensino de História das necessidades e realidades do século XXI. A convergência dessas perspectivas sinaliza uma mudança paradigmática na educação histórica, onde o engajamento, a pesquisa, e a análise crítica tornam-se os pilares fundamentais da aprendizagem.

A abordagem proposta por esses autores enfatiza a importância de transformar o aluno de um receptor passivo de informações em um participante ativo no processo de construção do conhecimento. Isso

é realizado através do incentivo à análise de fontes primárias, realização de projetos de pesquisa, e a exploração de narrativas históricas alternativas, permitindo aos alunos uma imersão profunda nas múltiplas dimensões da experiência humana. Estas estratégias pedagógicas não apenas fomentam uma relação mais íntima e questionadora com a História, mas também equipam os alunos com as habilidades analíticas e críticas necessárias para navegar nas complexidades do mundo contemporâneo.

A tecnologia, conforme discutido por Kenski (2007), desempenha um papel fundamental nessa transformação, oferecendo novas possibilidades para o acesso a recursos educacionais, a interação colaborativa, e a personalização do aprendizado. As ferramentas digitais podem enriquecer a experiência educacional ao proporcionar acesso instantâneo a uma vasta gama de fontes históricas, arquivos digitais, e recursos multimídia, permitindo uma exploração mais diversificada e interativa do passado. Além disso, plataformas de aprendizagem colaborativa e tecnologias de realidade virtual podem simular experiências imersivas, trazendo eventos históricos à vida e permitindo aos alunos explorar ambientes históricos de maneira virtual.

Este novo paradigma exige uma reavaliação do papel do educador, que deve se adaptar para atuar como um orientador, facilitador e colaborador no processo de aprendizagem. O professor, nesse contexto, deve estar equipado não apenas com conhecimento histórico sólido, mas também com as competências necessárias para integrar tecnologias digitais no currículo de forma eficaz. Isso implica em uma necessidade urgente de programas de formação continuada que preparem os professores para os desafios da educação moderna, capacitando-os a utilizar as ferramentas tecnológicas para enriquecer o ensino e a aprendizagem de História.

A implementação dessas abordagens inovadoras também requer o apoio do sistema educacional em sua totalidade. Santos (2019) ressalta a importância do suporte institucional para a inovação

pedagógica, incluindo o desenvolvimento de políticas públicas que incentivem a adoção de práticas educativas progressistas e o investimento em recursos tecnológicos. Isso envolve a alocação de recursos financeiros, o desenvolvimento de infraestrutura tecnológica nas escolas, e a criação de um ambiente que valorize e promova a experimentação pedagógica.

## O PAPEL DOS RECURSOS DIGITAIS E TECNOLÓGICOS

Moran, Masetto e Behrens (2013) ressaltam a revolução pedagógica introduzida pelas novas tecnologias, marcando uma transição significativa na maneira como o ensino e a aprendizagem são concebidos e praticados. Esta mudança não apenas amplia os horizontes da educação formal, mas também desafia os educadores a integrarem de maneira eficaz as ferramentas digitais nas suas práticas pedagógicas, promovendo uma aprendizagem que é ao mesmo tempo significativa e adaptada à era digital.

Freitas (2012) ecoa essa necessidade de transformação, apontando para a importância de uma revisão crítica das práticas educacionais vigentes. A introdução de tecnologias no processo educacional não deve ser vista apenas como um acréscimo ao modelo tradicional, mas como uma oportunidade para repensar fundamentalmente a dinâmica de ensino-aprendizagem. A autora argumenta que para que essa transição seja bem-sucedida, é crucial uma mudança de paradigma que coloque o aluno no centro do processo educativo, fomentando a autonomia e o protagonismo estudantil.

Rüsen (2001) contribui para essa discussão ao enfatizar o papel crucial da tecnologia no desenvolvimento do pensamento crítico e na compreensão histórica. Através da utilização de recursos digitais avançados, como bancos de dados online e simulações históricas, os alunos podem ter uma experiência de aprendizado mais rica e envolvente, que vai além da memorização de fatos e datas. Essas

ferramentas oferecem novas possibilidades para explorar o passado, permitindo uma investigação mais profunda e uma análise mais crítica dos eventos históricos.

A eficácia dessa integração tecnológica, conforme apontado por Cruz (2019), depende de uma abordagem holística que reconheça tanto as potencialidades quanto os desafios inerentes ao uso de recursos digitais no ensino. Isso implica não apenas na seleção de ferramentas tecnológicas adequadas, mas também na preparação dos professores para incorporar essas tecnologias de forma pedagógica. O desenvolvimento de competências digitais entre os educadores é tão crucial quanto o acesso dos alunos às tecnologias.

Costa (2018) acrescenta que a implementação bem-sucedida de tecnologias digitais no ensino de História requer a criação de materiais didáticos que sejam compatíveis com as novas mídias e o estabelecimento de ambientes de aprendizagem que promovam a curiosidade, a investigação e o pensamento crítico. Tais ambientes devem encorajar os alunos a colaborar, a questionar e a construir conhecimento de forma ativa, utilizando as tecnologias como facilitadoras desse processo.

Além disso, uma reflexão sobre as implicações éticas e sociais do uso da tecnologia na educação é indispensável. A adoção de recursos digitais deve ser acompanhada de uma conscientização sobre questões de privacidade, segurança na internet e a veracidade das informações acessadas. Os educadores têm a responsabilidade de orientar os alunos não apenas no uso competente das tecnologias, mas também na adoção de práticas responsáveis e éticas online.

## **NARRATIVAS E DOCUMENTOS HISTÓRICOS COMO RECURSOS DIDÁTICOS**

A discussão sobre metodologias de ensino de História tem sido um campo fértil para a reflexão crítica

e inovação pedagógica. No centro dessa discussão, encontra-se a crítica à organização tradicional do trabalho pedagógico e da didática, conforme abordado por Freitas (2012). A autora argumenta de maneira convincente que a educação contemporânea, marcada por rápidas transformações sociais e tecnológicas, exige abordagens mais dinâmicas e interativas. Isso implica uma reavaliação do uso de documentos e narrativas históricas no currículo, visando não somente a transmissão de conhecimento, mas também o desenvolvimento de habilidades analíticas e interpretativas nos alunos. A integração desses recursos ao ensino de História promove uma aprendizagem significativa, estimulando a análise crítica e a reflexão sobre o impacto do passado no presente.

Rüsen (2001) acrescenta uma dimensão teórica importante a essa discussão, ao explorar os fundamentos da ciência histórica e a importância da razão histórica. Segundo o autor, o entendimento do passado não pode ser simplificado; requer uma abordagem que valorize a complexidade das fontes históricas e reconheça a multiplicidade de interpretações possíveis. Isso ressalta a relevância das narrativas e documentos históricos como ferramentas pedagógicas, que não apenas facilitam o acesso dos alunos aos eventos e contextos estudados, mas também os encorajam a desenvolver um pensamento histórico crítico e reflexivo.

A relação entre mídia, modernidade e história, como explorada por Thompson (1998), traz à tona o papel influente dos meios de comunicação na construção e na percepção das narrativas históricas. A capacidade dos meios de comunicação de moldar a compreensão pública do passado sublinha a necessidade de uma abordagem crítica no uso de documentos históricos e narrativas midiáticas em sala de aula. Ensinar os alunos a questionar e a analisar as fontes de informação torna-se essencial, reconhecendo as influências e os interesses que podem afetar a representação dos fatos históricos, conforme destacado por Souza (2018).

Zamboni (1998) propõe uma analogia entre a pesquisa em arte e a ciência histórica, sugerindo que o ensino de História, através da análise de documentos e narrativas, compartilha aspectos com a pesquisa artística, especialmente no que tange à criatividade e interpretação. Esta perspectiva defende que explorar a história por meio desses recursos promove uma abordagem investigativa e interpretativa, incentivando a curiosidade, o questionamento e a exploração de diferentes perspectivas, de forma semelhante ao processo criativo na arte.

A contribuição de Arroyo (2004) para esta discussão enfatiza a importância de reconhecer as "imagens quebradas" das trajetórias de alunos e professores, metaforicamente falando sobre a desconstrução e reconstrução do conhecimento histórico no ambiente educacional. Utilizar documentos e narrativas históricas em sala de aula significa embarcar em uma jornada coletiva de reconstrução do passado, desafiando as concepções prévias e reconfigurando o entendimento histórico. Essa abordagem transforma o estudo da História em um diálogo contínuo entre passado e presente, promovendo uma relação mais dinâmica e participativa com o conhecimento.

## **PROJETOS INTERDISCIPLINARES E O ENSINO DE HISTÓRIA**

O debate sobre a interdisciplinaridade e a inovação no ensino de História tem sido uma preocupação constante entre educadores e teóricos da educação. Moraes (2014) argumenta que inserir a teoria da história como um componente central na sala de aula não é apenas enriquecedor, mas essencial. Este argumento ressalta a importância de fornecer aos alunos as ferramentas analíticas necessárias para navegar pela complexidade dos eventos históricos. A interdisciplinaridade amplia significativamente o escopo da análise histórica, permitindo que os estudantes façam conexões entre a História e disciplinas como Literatura,

Geografia, Economia e Ciências Sociais. Tal abordagem enriquece a compreensão dos alunos sobre o passado e desenvolve habilidades críticas de pensamento que são aplicáveis em várias áreas do conhecimento.

Magalhães (1998) destaca a importância da didática na promoção da interdisciplinaridade, sugerindo que os educadores devem adotar estratégias pedagógicas que facilitem a integração de diferentes áreas do saber. Projetos interdisciplinares, segundo a autora, rompem com a compartimentalização tradicional do conhecimento, incentivando os alunos a estabelecer conexões significativas entre conteúdos aprendidos em diferentes disciplinas. Pinsky (2019) reforça essa ideia, salientando que um planejamento cuidadoso e a disposição para explorar novos métodos de ensino e avaliação são fundamentais para refletir a natureza integrada do conhecimento.

Silva (2012) enfatiza a importância de renovar os conteúdos e as abordagens no ensino de História, argumentando que a educação básica deve se adaptar às mudanças sociais e tecnológicas contemporâneas. Nesse contexto, a interdisciplinaridade surge como uma estratégia eficaz para enfrentar os desafios atuais da educação, possibilitando que os estudantes compreendam a complexidade do mundo em que vivem. Através da integração de diversas perspectivas e métodos, os projetos interdisciplinares promovem um aprendizado mais engajado e relevante, preparando os alunos para uma atuação crítica e informada na sociedade.

Moran, Masetto e Behrens (2013) discutem como as novas tecnologias podem facilitar a interdisciplinaridade, destacando o potencial dos recursos digitais e plataformas online para promover a colaboração entre disciplinas. As tecnologias de informação e comunicação oferecem oportunidades únicas para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que utilizam recursos multimídia, bancos de dados online e ferramentas colaborativas,

enriquecendo a experiência de aprendizagem dos alunos e tornando-a mais acessível e diversificada.

Freitas (2012) critica a organização tradicional do trabalho pedagógico e da didática, defendendo uma abordagem mais flexível e integrada à educação. A autora argumenta que a interdisciplinaridade é essencial para superar as limitações dos modelos educacionais centrados na transmissão de conhecimento fragmentado, promovendo uma compreensão mais holística e contextualizada do saber. Esta perspectiva sugere que a educação contemporânea deve ser dinâmica e adaptativa, capaz de incorporar múltiplas dimensões do conhecimento em um currículo integrado.

Rüsen (2001) fornece uma base teórica sólida para a interdisciplinaridade no ensino de História, argumentando que a compreensão histórica é significativamente enriquecida pela integração de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. Segundo Rüsen, a razão histórica beneficia-se da abordagem interdisciplinar, pois permite aos alunos explorar a multiplicidade de fatores que influenciam o desenvolvimento histórico, incluindo aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos. Leal (2018) complementa essa visão, destacando como a interdisciplinaridade pode ajudar os alunos a entender a complexidade das relações humanas e dos processos históricos, promovendo uma aprendizagem mais rica e diversificada.

A necessidade de uma abordagem interdisciplinar no ensino de História reflete uma compreensão mais rica e matizada dos eventos históricos e suas implicações no mundo atual. Através dela, os estudantes aprendem a ver a História não como uma sequência isolada de datas e eventos, mas como um tapeçário interconectado de influências culturais, sociais, econômicas e políticas que moldam a sociedade.

A integração da História com outras disciplinas também destaca a importância da contextualização, permitindo aos alunos entender como os eventos históricos influenciam e são influenciados por outros

aspectos do conhecimento humano, como a ciência, a arte, a literatura e a tecnologia. Esta abordagem holística não apenas enriquece a experiência educacional, mas também prepara os alunos para enfrentar os desafios complexos da sociedade moderna com uma perspectiva informada e multifacetada.

Além disso, a interdisciplinaridade fomenta um maior engajamento dos alunos. Ao verem as conexões entre diferentes áreas do conhecimento, eles tendem a encontrar mais significado e relevância em seu aprendizado, o que pode aumentar sua motivação e interesse. Isso é especialmente importante em um contexto educacional onde o engajamento do aluno é frequentemente desafiado por uma vasta gama de distrações e alternativas de entretenimento.

A educação interdisciplinar em História também promove habilidades essenciais para o século XXI, como a capacidade de pensar criticamente, resolver problemas complexos, comunicar eficazmente e trabalhar colaborativamente. Essas habilidades são indispensáveis para o sucesso em praticamente todos os campos de estudo e carreiras profissionais, destacando a relevância da interdisciplinaridade não apenas como uma abordagem pedagógica, mas como um imperativo para o desenvolvimento de cidadãos capazes e responsáveis.

## **AVALIAÇÃO FORMATIVA E FEEDBACK CONTÍNUO**

A didática da História, conforme explorada por Bento e Costa (2019), e os dados de Bittencourt e Fonseca (2011, 2017) sobre avaliação formativa, sublinham a importância de uma abordagem educacional que vá além da memorização de fatos. Esta perspectiva é ampliada pela contribuição de Fonseca (2003), que vê a prática de ensino de História como um laboratório para experimentação e inovação, onde a avaliação formativa e o feedback contínuo são fundamentais para criar um ambiente de aprendizado envolvente e produtivo.

A integração das tecnologias de informação e comunicação no processo educativo, destacada por Kenski e Freire (2007, 2017), oferece ferramentas valiosas para facilitar essa avaliação formativa. As plataformas digitais e os recursos online permitem um acompanhamento mais detalhado do progresso dos alunos e fornecem meios para feedback imediato e personalizado. Essa interação tecnologicamente mediada contribui para uma experiência de aprendizado mais rica, permitindo ajustes pedagógicos mais precisos e oportunos que atendam às necessidades individuais dos estudantes.

Pinsky (2012) traz uma dimensão crítica ao debate, enfatizando a necessidade de uma abordagem questionadora no ensino de História. A avaliação formativa, nesse contexto, incentiva os alunos a engajarem-se ativamente com as fontes históricas, promovendo uma reflexão sobre as múltiplas interpretações dos eventos passados. Esse processo ajuda a construir uma compreensão mais profunda e crítica da História, fomentando o pensamento analítico e a capacidade de questionamento.

Schmidt e Cainelli (2004) argumentam a favor de uma didática que desperte a curiosidade dos alunos e estimule seu pensamento analítico. A avaliação formativa e o feedback contínuo são essenciais para orientar os alunos na exploração de temas históricos de maneira ativa e investigativa. Essa abordagem pedagógica não só enriquece a experiência educacional, mas também prepara os alunos para uma compreensão mais complexa e crítica dos processos históricos.

Além disso, a avaliação formativa no ensino de História pode ser vista como uma ponte para a interdisciplinaridade, encorajando a integração de conhecimentos de outras áreas, como a literatura, a geografia e as ciências sociais. Essa abordagem holística contribui para uma compreensão mais rica e multifacetada do passado, permitindo aos alunos fazer conexões significativas entre diferentes aspectos do

conhecimento humano e entender melhor a complexidade dos eventos históricos.

A prática de fornecer feedback contínuo e construtivo também é crucial para o desenvolvimento da autoeficácia dos alunos. Ao receberem orientações regulares sobre seu desempenho, os estudantes podem identificar áreas de melhoria e celebrar os avanços em seu aprendizado, fortalecendo sua confiança e motivação. Esse aspecto da avaliação formativa é particularmente importante para cultivar uma atitude resiliente frente aos desafios, tanto acadêmicos quanto pessoais.

No contexto atual, marcado por rápidas mudanças sociais e tecnológicas, a educação histórica enfrenta o desafio de permanecer relevante e engajante. A avaliação formativa, enriquecida pelo uso de tecnologias digitais e por uma abordagem pedagógica inovadora, oferece uma resposta a esse desafio. Ao adaptar o processo educativo para atender às necessidades e aos interesses dos alunos, os educadores podem promover um aprendizado mais significativo e duradouro.

## **DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE PENSAMENTO CRÍTICO**

Arroyo (2004) oferece uma visão profunda sobre a complexidade das relações entre alunos e professores no processo educativo. Ao discutir "imagens quebradas" de trajetórias e tempos de alunos e mestres, o autor ressalta a importância de uma abordagem educacional que reconheça e valorize as experiências e perspectivas individuais no aprendizado da História. Isso implica uma didática que estimule o pensamento crítico, permitindo que alunos e professores questionem e reconstruam juntos o conhecimento histórico.

Bento e Costa (2019) argumentam que a didática da História deve ir além da mera memorização de fatos e datas. Deve promover uma compreensão mais aprofundada dos processos históricos e das diversas

perspectivas que compõem o tecido social. Essa abordagem, baseada no diálogo, na pesquisa e na problematização, é essencial para o desenvolvimento do pensamento crítico. Os alunos são encorajados a se engajar ativamente com o passado, refletindo sobre suas implicações no presente e desenvolvendo uma compreensão mais matizada e crítica da História.

Freire (2017), com sua ênfase na "Pedagogia da Autonomia", destaca a necessidade de uma educação que promova a autonomia do pensamento. Para Freire, o desenvolvimento do pensamento crítico está intrinsecamente ligado à capacidade dos alunos de se tornarem sujeitos ativos em seu próprio processo de aprendizagem. Isso envolve a adoção de uma postura questionadora, a busca constante por conhecimento e a reflexão crítica sobre o mundo e a própria prática educativa.

Leal e Pimenta (2018) abordam o ensino de História em tempos de reforma curricular, salientando a importância de currículos e práticas pedagógicas que estejam alinhados às necessidades e desafios contemporâneos. Eles argumentam que uma abordagem crítica e reflexiva no ensino de História é fundamental para que os alunos compreendam a complexidade dos processos históricos e suas conexões com o presente, desenvolvendo assim competências de pensamento crítico que os capacitam a interpretar e agir sobre a realidade de maneira informada e responsável.

Leite (2019), por sua vez, discute as metodologias ativas como estratégias eficazes para o ensino de História. Ao centrar o processo de aprendizagem na atividade do aluno, essas metodologias promovem a investigação, a análise crítica e a síntese de informações. Isso não apenas facilita a compreensão dos conteúdos históricos, mas também estimula o desenvolvimento do pensamento crítico, à medida que os alunos são encorajados a formular questões, buscar respostas e avaliar criticamente as fontes de informação.

Magalhães (2019) reflete sobre o ensino de História, destacando a importância de práticas

pedagógicas que fomentem a reflexão e o questionamento. Para Magalhães, o ensino de História deve ser visto como uma oportunidade para os alunos desenvolverem uma compreensão crítica dos eventos passados e suas implicações para o presente e o futuro. Isso implica o uso de estratégias didáticas que promovam a análise de fontes primárias, a realização de projetos de pesquisa e a exploração de narrativas históricas alternativas, fundamentais para o cultivo do pensamento crítico.

## SIMULAÇÕES E JOGOS EDUCACIONAIS

Leal e Pimenta (2018) ressaltam a importância de adaptar o ensino de História às novas realidades e demandas da sociedade, incluindo a reforma curricular e a inclusão de tecnologias digitais. Nesse contexto, simulações e jogos educacionais surgem como ferramentas potenciais para aproximar os conteúdos históricos da realidade dos alunos, tornando o aprendizado mais dinâmico e interativo.

Leite (2019) defende as metodologias ativas como um caminho para integrar o ensino de História à prática pedagógica contemporânea. Jogos e simulações, nessa perspectiva, são vistos como estratégias eficazes para estimular a autonomia dos alunos, convidando-os a explorar ativamente os eventos históricos, desenvolver habilidades de pesquisa e análise crítica, e construir seu próprio conhecimento de forma colaborativa.

Magalhães (2019) reflete sobre o potencial dos jogos educacionais para enriquecer as práticas de ensino de História. Ao promover um ambiente de aprendizado mais lúdico e participativo, essas ferramentas podem facilitar a compreensão dos processos históricos complexos e estimular o interesse dos alunos pelo estudo da História, ao mesmo tempo em que desenvolvem competências essenciais, como o pensamento crítico e a capacidade de solução de problemas.

Rüsen (2019) aborda a didática da História sob a perspectiva da necessidade de renovação e adaptação às novas gerações de alunos. A utilização de simulações e jogos educacionais é vista como uma forma de conectar o passado ao presente, permitindo que os estudantes experimentem, ainda que virtualmente, a complexidade das decisões históricas e compreendam melhor os contextos que moldaram eventos e sociedades ao longo do tempo.

Schmidt e Cainelli (2017) destacam os desafios contemporâneos do ensino de História, entre eles a necessidade de tornar o aprendizado mais atrativo e relevante para os alunos. Neste sentido, as simulações e jogos educacionais aparecem como recursos valiosos para superar esses desafios, ao oferecerem experiências de aprendizado que são ao mesmo tempo informativas e estimulantes.

Silva (2012) foca na atualização dos conteúdos e abordagens no ensino de História, enfatizando a importância de incorporar novas tecnologias educacionais. Jogos e simulações, nesse aspecto, contribuem para a atualização do currículo de História, proporcionando aos alunos uma maneira mais contemporânea e engajadora de interagir com o conhecimento histórico.

Souza e Faria (2018) discutem as práticas de ensino de História e a pesquisa em educação histórica, apontando para a necessidade de inovação nas estratégias pedagógicas. Simulações e jogos educacionais são reconhecidos como recursos que podem enriquecer a pesquisa e a prática educacional em História, oferecendo novos caminhos para a exploração de temas históricos e a compreensão das múltiplas dimensões do passado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Primeiramente, fica evidente que a avaliação formativa desempenha um papel crucial no processo educacional, proporcionando aos professores uma

ferramenta eficaz para acompanharem de perto o progresso dos alunos. Ao invés de se limitar a simplesmente mensurar conhecimentos, essa abordagem permite uma compreensão mais profunda das necessidades individuais de cada estudante, favorecendo a adaptação do ensino às suas particularidades (Trajber, 2017)

Além disso, a avaliação formativa contribui significativamente para uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. Ao fornecer feedbacks regulares e construtivos, os alunos são estimulados a refletirem sobre o próprio processo de aprendizagem, identificando pontos fortes e áreas de melhoria. Isso promove uma maior conscientização sobre o próprio desempenho e estimula o desenvolvimento de habilidades metacognitivas, tão importantes para o sucesso acadêmico e profissional.

Outro ponto relevante é a relação entre avaliação formativa e autonomia do aluno. Por meio dessa prática avaliativa, os estudantes são encorajados a assumirem um papel mais ativo em seu processo de aprendizagem, tornando-se protagonistas do próprio desenvolvimento. Ao receberem feedbacks personalizados e orientações específicas para o aprimoramento de seu desempenho, os alunos sentem-se mais capacitados e motivados a buscar o conhecimento de forma autônoma, extrapolando os limites da sala de aula.

Ainda dentro desse contexto, é importante ressaltar que a avaliação formativa contribui para uma abordagem mais inclusiva e equitativa do ensino. Ao considerar as necessidades individuais de cada aluno, independentemente de seu contexto socioeconômico ou histórico, essa prática avaliativa ajuda a reduzir as disparidades de aprendizagem, promovendo uma educação mais justa e igualitária. Dessa forma, a avaliação formativa não apenas avalia o conhecimento adquirido, mas também funciona como uma ferramenta de promoção da equidade e da inclusão.

Já o feedback contínuo, por sua vez, desempenha um papel complementar à avaliação formativa, potencializando seus efeitos positivos. Ao fornecer orientações específicas e direcionadas para o aprimoramento do desempenho dos alunos, o feedback contínuo contribui para uma aprendizagem mais efetiva e duradoura. Além disso, ao ser realizado de forma regular e sistemática, o feedback contínuo permite uma maior aproximação entre professores e alunos, fortalecendo o vínculo pedagógico e criando um ambiente de aprendizagem mais colaborativo e enriquecedor.

Em síntese, este estudo evidenciou a importância da avaliação formativa e do feedback contínuo no ensino de História como instrumentos fundamentais para uma prática pedagógica mais eficaz e inclusiva. Ao proporcionarem uma compreensão mais abrangente das necessidades e potencialidades dos alunos, essas práticas avaliativas contribuem para uma aprendizagem mais significativa, autônoma e equitativa. Diante disso, é essencial que os educadores reconheçam o valor dessas abordagens e as incorporem de forma sistemática em sua prática docente, visando promover um ensino de qualidade e preparar os alunos para os desafios do século XXI.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BENTO, M. V.; COSTA, H. F. da. **Didática da História: reflexões e práticas no ensino fundamental e médio**. São Paulo: Contexto, 2019.

BITTENCOURT, C. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

COSTA, Keila. **Didática do Ensino de História: Experiências e Reflexões**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2018.

CRUZ, Maria E. V. **Didática da História e o Ensino de História: Perspectivas e Práticas**. Curitiba: Appris Editora, 2019.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História: Experiências, Reflexões e Aprendizados**. Porto Alegre: Penso, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

LEAL, Fernanda; PIMENTA, Selma. **O Ensino de História em Tempos de Reforma: Currículos e Tendências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LEITE, Júlio. **Metodologias Ativas e Ensino de História: Uma Proposta Integrada**. São Paulo: Editora Senac, 2019.

MAGALHÃES, Marcelo. **Ensino de História: Reflexões e Práticas**. São Paulo: Contexto, 2019.

MAGALHÃES, M. **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 1998.

MORAES, A. C. R. **História e ensino: a teoria da história na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas, SP: Papirus, 2013.

MUNIZ, Júlio. **A Sala de Aula Invertida no Ensino de História: Estratégias e Práticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.

OLIVEIRA, L. F.; MIRANDA, A. C. (Orgs.). **Ensino de História: Currículos, Teorias e Práticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

PINSKY, J. (Org.). **O ensino de História e a criação do fato**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PINSKY, Jaime. **Ensino de História: Conceitos, Temas e Metodologias**. São Paulo: Contexto, 2018.

RÜSEN, J. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **Didática da História: Passado, Presente e Perspectivas**. Curitiba: Editora UFPR, 2019.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensino de História: Desafios Contemporâneos**. São Paulo: Cortez Editora, 2017.

SILVA, M. A. da. **História na educação básica: novos conteúdos, novas abordagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOUZA, Ângela; FARIA, Patrícia. **Práticas de Ensino de História e Pesquisa em Educação Histórica**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

THOMPSON, J. B. **Mídia e modernidade: uma teoria social da mídia**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAJBER, Rachel; COLE, Norma; ARAÚJO, Maria Cristina. **Ensino de História: Desafios Contemporâneos**. São Paulo: Autêntica Editora, 2017.

ZAMBONI, S. **A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

**FASCICULO II - SAÚDE PSÍQUICA NAS MULHERES E A REDUÇÃO DE DANOS ATRAVÉS DE MÉTODOS SAUDÁVEIS**  
**FASCICULO II - MENTAL HEALTH IN WOMEN AND HARM REDUCTION THROUGH HEALTHY METHODS**

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.28.1-4

Ivete Medeiros de Farias <sup>1</sup>

**RESUMO**

O artigo aborda uma condição de saúde que limita as capacidades funcionais do indivíduo, restringindo sua percepção de bem-estar. Mulheres com doenças mentais enfrentam perda de qualidade de vida, do sono e de produtividade, afetando tanto o trabalho quanto a vida reprodutiva e social. Essas condições prejudicam suas relações interpessoais, incluindo os vínculos familiares, sociais e amorosos, além de impactar sua capacidade de amadurecer e avançar nos estudos e em seus objetivos. A dificuldade em planejar e executar ações com eficácia limita a vivência plena dos benefícios que a vida pode proporcionar. A vulnerabilidade feminina extrapola fatores emocionais, físicos, biológicos, genéticos e sociais, sendo influenciada por alterações hormonais significativas, como as que ocorrem na menarca, gestação, climatério e menopausa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher. Saúde Psíquica. Vulnerabilidade.

**ABSTRACT**

The article addresses a health condition that limits the individual's functional capacities, restricting their sense of well-being. Women with mental illnesses experience a loss of quality of life, sleep, and productivity, affecting both work and reproductive and social life. These conditions impair their interpersonal relationships, including family, social, and romantic bonds, and hinder their ability to mature and advance in studies and goals. The difficulty in planning and executing actions effectively limits their ability to fully experience the benefits life can offer. Female vulnerability goes beyond emotional, physical, biological, genetic, and social factors, being influenced by significant hormonal changes such as those occurring during menarche, pregnancy, menopause, and the climacteric period.

**KEYWORDS:** Women. Mental Health. Vulnerability.

<sup>1</sup> Doutoranda em Psicanálise pela ACU - Absolute Christian University. Graduada em Ciências Biológicas pela Faculdade de Tecnologia e Ciências - FTC. Graduada em Direito, pela Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL). E-MAIL: ivetefarias27@gmail.com / fariasivete@hotmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/2206657188658002.

## INTRODUÇÃO

Cuidar da saúde é fundamental para garantir a qualidade de vida, sendo muito mais do que apenas tratar sintomas quando estes surgem. A prevenção ainda é uma das atitudes mais eficazes para salvar vidas. A vida cotidiana está repleta de situações estressantes, exigindo que se lide com pressões e prazos no trabalho, a rotina doméstica, a falta de estrutura familiar, a insegurança, o casamento, o medo, o baixo desempenho, o desemprego, o mal emprego, o trânsito, o excesso de compromissos, as contas a pagar e a receber, entre outras atividades que fazem parte do dia a dia de qualquer pessoa, especialmente das mulheres.

Quando se fala em saúde, é necessário considerar aspectos como moradia, condições de trabalho, educação, lazer, alimentação, a organização dos serviços de saúde, a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente (mares, rios, lagos, florestas e fauna). Também é relevante refletir sobre a participação popular, as relações interpessoais, o tratamento mútuo entre indivíduos e a valorização das culturas locais.

A relação com a figura materna desempenha um papel significativo na formação de arquétipos e complexos psicológicos. Desde o nascimento, as experiências com a mãe vão gradualmente sendo registradas no inconsciente. O arquétipo da Mãe é um dos mais complexos, dado sua onipresença e forte representatividade, englobando figuras como a donzela, a amante, a soberana, a caçadora, a sábia e a mística.

A opressão das mulheres, em especial o confinamento no ambiente doméstico, segundo Simone de Beauvoir (1949-2009), é um fator gerador de tensões nas relações de gênero. A filósofa afirma: "A sociedade codificada pelos homens decreta que a mulher é inferior: ela só pode abolir essa inferioridade destruindo a superioridade viril. Dedicar-se, pois, a mutilar, a dominar o homem, contradizendo-o, negando-lhe a verdade e os valores. Mas com isso, apenas se defende: libertar a

mulher é recusar a encerrá-la nas relações que ela mantém com o homem, não as negar" (BEAUVOIR, 2009). Para Beauvoir, "a independência em relação ao homem é o que trará a liberdade e a emancipação feminina" (BEAUVOIR, 2009).

As doenças psíquicas nas mulheres estão frequentemente associadas às condições de gênero, o que influencia profundamente sua saúde mental e emocional.

A saúde da mulher é um tema amplamente discutido na atualidade, uma vez que as mulheres constituem a maior parte da população.

Para Fuentes (2009, p. 22) "A mulher não existe". Enquanto para Lacan.

A mulher não é mutilada do pênis que jamais teve, mas privada das sensações da sexualidade primária. Ela a esquece, ou mesmo recalca a feminilidade, e tal esquecimento constitui a castração simbólica da mulher". Trata-se de uma castração simbólica, correlata da privação de sua sexualidade primordial. Se uma parte é suscetível à representação, entra no discurso e pode ser recalçada, há outra faceta da sexualidade feminina não representável - sua experiência de gozo que extrapola a diagramação fálica. Assim, a escrita feminina não deveria ser acolhida como uma tática mais eficaz para acessar o inconsciente e clarear o que até então insiste em permanecer na obscuridade, mas dar vazão à vertente real do feminino.

Esta mesma realidade é explicitada por Wittig (1992, p. 27-28, nos seguintes termos:

Então se fala em troca de mulheres, diferença entre os sexos, ordem simbólica, Inconsciente, Desejo, Gozo, Cultura, promovendo um significado absoluto a esses conceitos, quando na verdade são apenas categorias fundadas a partir da heterossexualidade, que produz a diferença entre os sexos como um dogma político e filosófico.

## DESENVOLVIMENTO

A saúde mental de um indivíduo está diretamente relacionada à forma como ele responde às exigências da vida e equilibra seus desejos, capacidades, ambições, ideias e emoções. Ter saúde mental implica:

- Estar bem consigo mesmo e com os outros;
- Aceitar as exigências da vida.

Ao longo dos anos, o papel da mulher na sociedade tem passado por transformações significativas. Mulheres que antes eram vistas exclusivamente como procriadoras e cuidadoras do lar, hoje assumem múltiplos papéis. Apesar das mudanças e das conquistas alcançadas por meio das lutas feministas, a sociedade ainda mantém a maternidade como uma imposição compulsória. Nesse contexto, mulheres que decidem não se tornar mães enfrentam julgamento, opressão social e estigmatização.

O presente trabalho busca compreender o sofrimento psíquico causado pela opressão social enfrentada por mulheres que não desejam a maternidade, bem como explorar suas perspectivas sobre o tema. No Brasil, a maternidade é frequentemente tratada como compulsória e sagrada, e discussões sobre família, aborto e outros assuntos correlatos são permeadas por um viés moralista, mesmo em um país que se define como democrático.

A filósofa Simone de Beauvoir questiona como a história, construída por homens, também moldou a narrativa das mulheres. Nesse processo, as opressões e obrigações impostas às mulheres foram frequentemente motivadas pelos homens para manter sua posição de poder e perpetuar a submissão feminina. Essa estrutura reforça uma cultura machista onde figuras masculinas dominam instituições que deveriam representar as mulheres, sendo, paradoxalmente, apresentados como "heróis" da narrativa de opressão feminina.

Com o objetivo de reduzir os danos causados às mulheres, como doenças psíquicas e outros problemas de saúde, destaca-se a importância da alimentação como

um fator relevante no cuidado integral à saúde mental e emocional feminina.

Este trabalho, portanto, propõe uma análise crítica das imposições culturais e sociais que impactam a saúde mental das mulheres, contribuindo para o debate sobre a maternidade compulsória e as consequências dessa dinâmica na sociedade contemporânea.

## DOENÇAS MENTAIS MAIS COMUNS

Os transtornos mentais que afetam as mulheres, como depressão, transtorno afetivo bipolar, esquizofrenia (considerada uma das mais graves), outras psicoses, demência, deficiência intelectual, transtornos de desenvolvimento, autismo e transtornos neurocognitivos, como Parkinson, Alzheimer ou outras demências, são diversos e impactam a saúde mental feminina.

Os transtornos mentais (psiquiátricos ou psicológicos) incluem alterações no pensamento, nas emoções e/ou no comportamento. Pequenas alterações nesses aspectos da vida são comuns, mas quando essas mudanças causam angústia significativa à pessoa e/ou interferem em sua vida cotidiana, elas são consideradas uma doença mental ou um transtorno de saúde mental, cujos efeitos podem ser duradouros ou temporários (FIRST, 2022).

As doenças mentais têm origem em fatores genéticos, biológicos (fatores físicos), psicológicos e ambientais (incluindo fatores sociais e culturais). O direito das pessoas portadoras de doenças mentais é assegurado pela Lei nº 10.216/2001, que normatiza a assistência à saúde mental dos indivíduos.

Dentre os problemas de saúde mental mais frequentes na atualidade, destacam-se: ansiedade, mal-estar psicológico ou estresse contínuo, depressão, dependência de álcool e outras drogas, perturbações psicóticas, como a esquizofrenia, atraso mental, demências, Transtorno Disruptivo da Desregulação do Humor (TDDH), Transtorno de Déficit de Atenção e

Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA), Estresse Pós-Traumático, Transtorno Desafiador Opositivo, Síndrome de Tourette, entre outros.

## **COMPORTAMENTO E PERSONALIDADE FEMININA ATUALMENTE**

As características que definem a feminilidade não são universalmente idênticas, pois existem alguns padrões, como bondade, empatia, coragem, vingança, sentimentalismo, persistência, bravura, caridade, sensibilidade, carinho, doçura, compaixão, tolerância, nutrição, resiliência, deferência, carência, racionalidade e perfeccionismo. Esses traços tradicionalmente têm sido citados como femininos, porém, é importante observar que muitos homens também possuem essas características e não são mulheres, talvez representando um lado feminino.

Para Freud (1910-1969, p. 210), toda doença psíquica deve ser tratada pela psicanálise, que compreende por meio da associação livre, interpretação de sonhos, desejos, gestos, o significado das palavras, diálogos, pensamentos, ideologias e a observação dos hábitos do indivíduo, sua história, cultura, entre outros. Os sintomas de doenças psíquicas variam amplamente e podem afetar a vida do indivíduo em várias dimensões, como humor, raciocínio, capacidade lógica, interação com a sociedade e a família, e a dificuldade de conviver com os outros. Por isso, a história clínica deve ser baseada no atendimento a esses fatores e suas causas.

O Ministério da Saúde se dedica ao diagnóstico e tratamento dos problemas de saúde mental, buscando aliviá-los por meio de atendimento médico. Dessa forma, o Ministério adota como política a implantação, acompanhamento e avaliação do autocuidado apoiado, motivando e incentivando os usuários com Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) a seguirem o plano de cuidado.

O autocuidado apoiado consiste em um conjunto estruturado de ações e serviços oferecidos às

pessoas e à comunidade, que pode incluir: educação em saúde; desenvolvimento de habilidades para o autocuidado; campanhas e atividades individuais e coletivas para promover a saúde; adoção de comportamentos saudáveis; informação e aconselhamento; planos de cuidado elaborados em conjunto com o indivíduo e com abordagem familiar; atividades de automonitoramento; materiais informativos; educação dos profissionais de saúde para adoção de novas atitudes e comportamentos; treinamento dos profissionais de saúde para apoio ao autocuidado; envolvimento de redes sociais e recursos comunitários; e desenvolvimento de parcerias entre as equipes de saúde e a comunidade.

Uma alimentação saudável para as mulheres, que favoreça seu bem-estar, passa diretamente por várias iniciativas que podem ser colocadas em prática. Desse modo, a mulher conquista saúde com essa abordagem em relação à sua alimentação, que também se beneficia significativamente com a adoção de uma dieta mais balanceada. Contudo, infelizmente, um número muito baixo de mulheres tem acesso a alimentos, medicamentos, exames, assistência social, judiciária, educacional, saúde e outros direitos que devem ser ofertados pelo Estado. Muitas famílias vivenciam hábitos alimentares transmitidos de geração em geração, e esses hábitos influenciam as gerações mais jovens. Assim, uma família com costumes alimentares errôneos pode ter diversos membros obesos.

## **PRÁTICAS ALIMENTARES E BEM-ESTAR: A INFLUÊNCIA DAS ERVAS MEDICINAIS NA SAÚDE MENTAL E FÍSICA DAS MULHERES**

A sensação de prazer é profundamente corporal e frequentemente está relacionada a práticas de consumo alimentar que podem contrastar com regras e controles conscientes devido às suas possíveis consequências no organismo. Nesse contexto, a avaliação

contínua das atividades realizadas é essencial para minimizar danos psíquicos e prevenir outras condições que possam comprometer a saúde das mulheres.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) destaca pontos importantes a serem observados no desenvolvimento de ações educativas, como:

- Motivação dos participantes;
- Assiduidade nos encontros;
- Formas de interação e participação;
- Temáticas abordadas;
- Metodologias aplicadas;
- Adequação do ambiente;
- Integração da equipe de coordenação;
- Satisfação dos participantes com as atividades realizadas.

Além disso, algumas plantas medicinais, consumidas em forma de chá, podem trazer um impacto significativo na qualidade de vida diária. Essas ervas possuem propriedades que atuam no sistema nervoso e na circulação sanguínea, ajudando a reduzir o estresse e os efeitos de uma rotina agitada, tornando-a mais leve e agradável. Entre as opções mais conhecidas e eficazes, destacam-se:

- Passiflora;
- Melissa;
- Camomila;
- Valeriana;
- Capim-santo.

Essas plantas são aliadas na busca por uma vida mais equilibrada e saudável.

### **A IMPORTÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA REDUÇÃO DE DANOS**

A alimentação desempenha um papel crucial na saúde física e mental das mulheres, influenciando diretamente seu bem-estar geral e, especialmente, a saúde psíquica. Em um cenário em que o mercado oferece uma gama de alimentos prontos para consumo,

como os enlatados e produtos industrializados, é fundamental refletir sobre os impactos dessas escolhas na saúde do corpo e da mente. Esses alimentos, muitas vezes desprovidos de valor nutricional e carregados de aditivos químicos, não só comprometem a saúde física, mas também podem contribuir para o desenvolvimento de doenças mentais, como depressão e ansiedade.

A redução do consumo de alimentos processados e ultraprocessados é o primeiro passo para uma alimentação mais equilibrada e saudável. Alimentos como salgadinhos, refrigerantes, batatas fritas, carnes processadas e sorvetes, comuns na dieta diária de muitas pessoas, estão entre os principais vilões que afetam a saúde a longo prazo. O consumo excessivo desses produtos tem sido relacionado ao aumento do risco de doenças crônicas, como diabetes tipo 2, hipertensão arterial, doenças cardíacas, gordura no fígado e até mesmo câncer. O impacto na saúde mental também é significativo, pois esses alimentos podem alterar o equilíbrio hormonal e cerebral, exacerbando condições como estresse e ansiedade.

É importante destacar que, ao falar sobre alimentação saudável, não se trata apenas de evitar alimentos prejudiciais, mas também de fazer escolhas conscientes que promovam o bem-estar. Ao optar por lanches saudáveis, como frutas frescas e snacks naturais, é possível manter uma alimentação equilibrada sem abrir mão da praticidade. As refeições intermediárias, como os lanches entre as refeições principais, devem ser planejadas para fornecer uma quantidade moderada de nutrientes e calorias. A ingestão de alimentos ricos em açúcar deve ser evitada, dando preferência a opções naturais e frescas, que são mais nutritivas e benéficas para a saúde.

Outro erro comum é pular refeições em busca de mais tempo na rotina diária. Embora pareça uma solução para otimizar o tempo, a falta de uma alimentação regular pode prejudicar o rendimento físico e mental. O corpo precisa de energia constante para desempenhar suas funções de maneira eficiente, e isso

inclui o bom funcionamento da mente. Portanto, manter uma alimentação regular e balanceada é essencial para garantir o bom desempenho nas atividades cotidianas.

As gorduras, muitas vezes vistas como inimigas da saúde, são, na verdade, essenciais para o funcionamento adequado do organismo, quando consumidas em quantidades adequadas. Gorduras saudáveis, como as encontradas no abacate, azeite de oliva, castanhas e nozes, são fundamentais para a manutenção da saúde cerebral, além de desempenharem papel crucial na redução de inflamações e na regulação hormonal.

A hidratação também é um ponto importante a ser considerado. Cerca de 70% do nosso corpo é composto por água, e a ingestão adequada de líquidos é essencial para o funcionamento de todos os sistemas do corpo, incluindo o sistema nervoso. A água deve ser a principal bebida consumida ao longo do dia, pois outras bebidas, como sucos e refrigerantes, muitas vezes contêm açúcar e aditivos que podem prejudicar a saúde a longo prazo.

Por fim, a diversidade de alimentos em uma refeição é outro fator importante para garantir uma alimentação saudável. Um prato colorido, composto por frutas, vegetais e outros alimentos naturais, traz benefícios para a saúde física e mental, pois cada alimento oferece nutrientes específicos que atuam no organismo de forma complementar. Ao incluir mais cores no prato, o corpo se beneficia de uma variedade de vitaminas, minerais e antioxidantes, que promovem o equilíbrio hormonal e a proteção contra doenças.

Em suma, a alimentação saudável é um dos pilares fundamentais para a manutenção da saúde psíquica e física das mulheres. Ao adotar práticas alimentares conscientes e equilibradas, é possível reduzir os danos à saúde e promover um estado de bem-estar duradouro. O investimento em escolhas alimentares saudáveis é um passo importante na prevenção de doenças e na melhoria da qualidade de vida, especialmente em um contexto em que a saúde

mental tem sido cada vez mais reconhecida como um aspecto vital do cuidado integral.

### **A IMPORTÂNCIA DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS E EXAMES PREVENTIVOS PARA A SAÚDE FEMININA: UM OLHAR INTEGRADO PARA O BEM-ESTAR FÍSICO E MENTAL**

A prática regular de exercícios físicos é fundamental para a manutenção da saúde física e mental das mulheres, contribuindo para a prevenção de diversas doenças e promoção do equilíbrio emocional. Entre as modalidades recomendadas estão Pilates, Dança, Natação, Body Combat, Zumba, Yoga, ciclismo, corrida, caminhadas e meditação. A Organização Mundial da Saúde (OMS), em seu relatório "Saúde Mental: Nova Concepção, Nova Esperança" (Lisboa, 2002), destaca a importância da atividade física como uma estratégia eficaz para o cuidado da saúde mental. No entanto, é essencial que toda e qualquer prática esportiva seja precedida de orientação e avaliação por um profissional de educação física, garantindo segurança e eficiência nos benefícios proporcionados.

Além de manter o corpo ativo, as mulheres devem estar atentas à realização de exames preventivos, que são essenciais para a detecção precoce de condições de saúde e para a promoção de uma vida saudável e equilibrada. O check-up feminino é composto por uma série de exames que permitem monitorar diversos aspectos da saúde, tanto física quanto mental. Dentre os exames fundamentais, destacam-se: ultrassonografia transvaginal, mamografia digital, papanicolau, exames de sangue, exames de fezes e urina, eletrocardiograma, avaliação ergométrica e densitometria óssea.

Para um acompanhamento mais específico, o check-up básico deve incluir exames como hemograma completo, colesterol total e fracionado (HDL, LDL e VLDL), triglicerídeos, glicose, ureia, creatinina, entre outros parâmetros bioquímicos e hematológicos. Já o check-up hormonal envolve a avaliação de hormônios essenciais para o equilíbrio hormonal feminino, como T3

total, cortisol, TSH, estradiol (E2), LH, FSH e T4 livre. Além disso, exames para diagnóstico de infecções, como HIV, hepatite B, hepatite C, sífilis (VDRL) e outros, também são imprescindíveis.

Todos esses exames devem ser realizados sob orientação médica, especialmente em consultas de rotina a cada seis meses ou quando indicados pela presença de sintomas específicos. A realização regular desses exames não só contribui para a detecção precoce de doenças, mas também ajuda a manter a saúde mental equilibrada, promovendo uma sensação de bem-estar e prevenindo danos futuros.

Outro aspecto relevante para a saúde feminina é a higiene íntima adequada, que desempenha papel crucial na prevenção de infecções vaginais. A falta de higiene adequada pode levar ao desenvolvimento de condições como a candidíase e a vaginose bacteriana, que têm sintomas característicos, como coceira, corrimento e irritação vaginal. O cuidado diário com a higiene íntima, utilizando produtos específicos e evitando práticas inadequadas, pode ser uma medida simples e eficaz para prevenir tais doenças.

Portanto, ao adotar uma rotina saudável que inclua a prática regular de exercícios físicos, a realização de exames preventivos e a manutenção de hábitos de higiene adequados, as mulheres podem não apenas cuidar da sua saúde física, mas também preservar sua saúde mental, garantindo uma vida mais equilibrada, saudável e feliz.

## HÁBITOS DE HIGIENE

A higiene pessoal desempenha um papel crucial na prevenção de doenças e infecções, especialmente no que se refere à saúde feminina. A lavagem frequente das mãos, incluindo a higienização das unhas, é uma das principais medidas de prevenção contra doenças infecciosas. Além disso, a prática de tomar banho diariamente, escovar os dentes após cada refeição e manter a limpeza adequada no ambiente doméstico são

hábitos essenciais para a promoção da saúde. A lavagem cuidadosa dos alimentos antes do consumo também é uma ação preventiva importante para evitar contaminações alimentares.

As infecções relacionadas à higiene íntima representam uma preocupação significativa para a saúde feminina. Entre as infecções genitais mais comuns, destacam-se a tricomoníase, causada por protozoário, a Gardnerella, resultante da superpopulação de bactérias, e a candidíase, originada pelo fungo *Cândida*. A adoção de práticas de higiene adequadas, incluindo o uso de lençóis descartáveis para a higiene do nariz, a cobertura da boca e do nariz ao espirrar ou tossir, e a higienização das mãos após esses episódios, contribui significativamente para a prevenção dessas infecções. É igualmente importante evitar o contato direto com as mucosas dos olhos, nariz e boca, além de não compartilhar objetos de uso pessoal, como alimentos, lençóis, roupas, copos, pratos, toalhas e outros itens.

No contexto da proteção feminina, o direito das mulheres à segurança e ao respeito é respaldado por uma série de legislações que buscam coibir a violência e garantir a assistência adequada às vítimas. A Lei Maria da Penha (11.340/2006) é uma das mais importantes, criando mecanismos para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, além de estabelecer medidas de assistência e proteção. A Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012) tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para a obtenção de dados pessoais, enquanto a Lei do Minuto Seguinte (12.845/2013) oferece garantias às vítimas de violência sexual, incluindo atendimento imediato pelo Sistema Único de Saúde (SUS), amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e informações sobre seus direitos.

A Lei Joana Maranhão (12.650/2015), por sua vez, alterou os prazos de prescrição de crimes de abuso sexual de crianças e adolescentes, estabelecendo que a prescrição só começa a contar após a vítima completar 18 anos e aumentando o prazo para denúncia para até

20 anos. Por fim, a Lei do Feminicídio (13.104/2015) classifica o feminicídio como uma circunstância qualificadora do homicídio, reconhecendo que o crime cometido contra a mulher por razões da condição de sexo feminino configura uma grave violação dos direitos humanos.

A combinação de cuidados com a higiene pessoal e a proteção garantida por legislações específicas é fundamental para assegurar a saúde e a segurança das mulheres, proporcionando uma vida mais digna e livre de violências e doenças.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde mental das mulheres é um tema complexo e multifacetado, que engloba fatores emocionais, físicos, biológicos, genéticos e sociais. A análise das condições de saúde mental revelam como essas condições impactam significativamente a qualidade de vida das mulheres, afetando suas capacidades funcionais, a percepção de bem-estar e os diversos aspectos de sua rotina, como o trabalho, a vida reprodutiva, social e emocional. As doenças mentais, além de prejudicarem a saúde física e psicológica, também interferem nas relações interpessoais, dificultando o desenvolvimento de vínculos saudáveis com a família, amigos e parceiros.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres em gerenciar suas condições de saúde mental impactam diretamente sua produtividade, sua capacidade de aprendizado, seus objetivos de vida e sua experiência social, limitando-a de vivenciar os benefícios que a vida oferece. Em especial, as fases da vida feminina, como a menarca, a gestação, o climatério e a menopausa, estão associadas a alterações hormonais significativas, que exacerbam a vulnerabilidade às doenças mentais e aumentam a complexidade do cuidado e do acompanhamento psicológico e médico.

A adoção de métodos saudáveis e preventivos, como práticas de higiene adequadas, atividade física

regular, alimentação equilibrada e o apoio a políticas públicas de proteção e assistência à saúde da mulher, se mostram fundamentais na mitigação dos danos à saúde mental feminina. A promoção de hábitos saudáveis, somada à educação e à conscientização sobre a importância do cuidado integral com a saúde da mulher, pode ser uma poderosa ferramenta na prevenção e no enfrentamento de transtornos mentais.

Além disso, as leis que protegem as mulheres contra a violência, como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, desempenham um papel essencial na criação de um ambiente mais seguro e saudável, permitindo que as mulheres vivam com mais dignidade e autonomia. O acesso a cuidados médicos e psicológicos de qualidade, especialmente no que se refere à saúde mental, é imprescindível para que as mulheres possam alcançar o equilíbrio entre o corpo e a mente, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida.

Portanto, é imperativo que os cuidados com a saúde mental das mulheres sejam tratados de forma abrangente e personalizada, levando em consideração as particularidades de cada fase da vida e as especificidades de cada indivíduo. As políticas públicas, a educação em saúde e o fortalecimento da rede de apoio à mulher são ferramentas essenciais para garantir que elas possam viver plenamente, com saúde, bem-estar e segurança.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. **A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas**. Brasília. (Série B. Textos Básicos de Saúde). 2003:60p. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_atencao\\_alcool\\_drogas.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_atencao_alcool_drogas.pdf). Acesso em: 24 mar. 2023.

FBSP Fórum Brasileiro De Segurança Pública. **Violência contra mulheres em 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/violencia-contra-mulher-2021-v5.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2023.

GUSSO, G.; LOPES, J. M. C. (Org.). **Tratado de medicina de família e comunidade: princípios, formação e prática**. Porto Alegre: Artmed, 2012.

INCA. **Diretrizes Brasileiras para o Rastreamento do Câncer do Colo do Útero**. 2. ed. Ministério da Saúde, 2016. Disponível em:

[https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//sumario\\_executivo\\_em\\_portugues-ccu.pdf](https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//sumario_executivo_em_portugues-ccu.pdf). Acesso em: 24 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE CANCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Estimativa 2018: incidência de câncer no Brasil**. Rio de Janeiro: INCA, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE CANCER (Brasil). **Câncer de mama: vamos falar sobre isso?** Instituto Nacional de Câncer. 7. ed. Rio de Janeiro: INCA, 2022. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/cgrtill.pdf>, Acesso em: 24 mar. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE CANCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Parâmetros técnicos para o rastreamento do câncer do colo do útero/** Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva; Maria Beatriz Kneipp Dias; Caroline Madalena Ribeiro (organizadores). Janeiro: Inca, 2019. Disponível Rio de Janeiro: Inca, 2019. Disponível em: [https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//parametros\\_tecnicos\\_colo\\_do\\_uterio\\_2019.pdf](https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//parametros_tecnicos_colo_do_uterio_2019.pdf). Acesso em: 24 mar. 2023.

MICHELS, BD; ISER, B. P. M.. **Mortalidade materna por COVID-19 no Brasil: atualizações**. Revista Brasileira de Saúde Materno-Infantil, v. 22(2), abr. 2022.

WHO-OMS. **Relatório mundial da saúde. Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Lisboa, 2002 Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42390/WHR.2001.por.pdf;jsessionid.> Acesso em: 23 mar. 2023.

MESSIAS, Ewerton Ricardo; CARMO, Valter Moura do; ALMEIDA, Victória Martins de. **“Feminicídio: Sob a perspectiva da dignidade da pessoa humana”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, e60946, 2020.

BASTONE, P. (2020). **Ser mulher segundo Freud: um caminho para a feminilidade?**. Ekstasis: Revista De Hermenêutica E Fenomenologia, 9(2), 276–291. <https://doi.org/10.12957/ek.2020.51328>.

ARÊAS, Denise Coelho. **Arteterapia como um caminho para inclusão psicossocial de pessoas com transtorno mental**. 2011. 51 f. Monografia (Especialização) - Curso de Arteterapia em Educação e Saúde, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS DOENTES DEPRESSIVOS E BIPOLARES (ADEB). Disponível em: <https://www.adeb.pt>. Acesso em: 19 jun. 2023. INSTITUTO CUIDAR. **Carl Jung – Quem foi para a Psicanálise**. 2020. Disponível em: <https://institutocuidar.com/carl-jung-quem-foi-para-a-psicanalise/>. Acesso em: 19 jun.2023.

JENSEN, Peter S. et al. **What is the evidence for evidence-based treatments?** A hard look at our soft underbelly. Mental Health Services Research, v. 7, p. 53-74, 2005.

LACAN, Jacques. **Nota sobre a criança (1969)**. In: Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, p. 369-370, 2003.

BRASIL Ministério da Saúde. Portaria nº 874, de 16 de maio de 2013. **Institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Brasília, 2013

WHO-OMS. **Relatório mundial da saúde. Saúde mental: nova concepção, nova esperança**. Lisboa, 2002 Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/42390/WHR.2001.por.pdf;jsessionid.> Acesso em: 23 mar. 2023.

## AS MÚLTIPLAS DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS THE MULTIPLE DIVERSITY IN EDUCATION: CHALLENGES AND RESISTANCE

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.28.1-5

Cristiano de Assis Silva <sup>1</sup>  
Bruno de Freitas Santos <sup>2</sup>  
Edenia Brandão Santos <sup>3</sup>  
Gracinha Araujo Silva <sup>4</sup>

### RESUMO

Ao se tratar das questões de diversidade logo nos reportamos a três pontos em específico: A diversidade racial, a religiosa e a de gênero. O objetivo do presente artigo é discutir algumas questões relacionadas à essa importante temática, que se faz tão necessária a sua discussão de forma benéfica e construtiva, servindo de suporte para amenizar os entraves da educação na atualidade em especial o preconceito nas suas mais diversas facetas. A metodologia usada foi por meio de fonte bibliográfica, extraindo aquilo que é mais pertinente para elaboração das ideias. Os referenciais teóricos estão alicerçados nos autores que apontam caminhos para amenizar o índice elevado de desrespeito para com a pessoa humana. Os resultados dessa pesquisa têm como finalidade verificar que a educação seja qual for a modalidade deve ser sempre inclusiva e nunca excludente. A conclusão do artigo é mostrar que por meio da educação é possível, sim construir uma educação com mais equidade, através de ações e intervenções realizadas pela escola- família e sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diversidade; Escola; Inclusão; Respeito Mútuo.

### ABSTRACT

When dealing with issues of diversity, we immediately refer to three specific points: Racial, religious and gender diversity. The objective of this article is to discuss some issues related to this important topic, which is so necessary to discuss in a beneficial and constructive way, serving as support to alleviate the obstacles to education today, especially prejudice in its most diverse facets. The methodology used was through a bibliographic source, extracting what is most pertinent for developing the ideas. The theoretical references are based on authors who point out ways to alleviate the high level of disrespect towards human beings. The results of this research aim to verify that education, whatever the modality, must always be inclusive and never exclusive. The conclusion of the article is to show that through education it is possible to build an education with more equity, through actions and interventions carried out by the school, family and society.

**KEYWORDS:** Diversity; School; Inclusion; Mutual respect;

---

<sup>1</sup> Pós-Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

<sup>2</sup>Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

<sup>3</sup>Graduação Em Licenciatura Em Pedagogia. Faculdade Evangélica Do Piauí, FAEPI. **E-MAIL:** edeniabrandao2011@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4237320967574964

<sup>4</sup>Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** gracinha.araujo.s1980@gmail.com

## INTRODUÇÃO

No que concerne a temática diversidade nos seus diversos significados, há muitos equívocos presentes na educação atual, no qual precisa ser debatido e desconstruído para que sejam construídas relações sociais mais harmônicas e menos discriminatórias, como tem sido a nossa realidade.

Ao falar da questão diversidade vêm logo átona, as questões raciais que no Brasil é ainda um grave problema, que requer certa intervenção. E isso até já vem sendo feito por meio de projetos pedagógicos e propostas curriculares das escolas, porém o problema é ainda muito nítido na sociedade. Nesse sentido é preciso que haja maiores investimentos na educação e na reeducação ao de valores e princípios, onde o respeito mútuo as diversidades, seja de certa forma mais aprofundado e cobrado.

Dessa forma, outra diversidade também que merece ser debatida é a religiosas, pois o homem e a religião são dois componentes indissociáveis, onde a escola desde muito cedo deve educar a tolerância e o respeito as mais diversas religiões existentes. Outro ponto a ser discutido nesse trabalho é a diversidade de gênero, que nos últimos anos tem sido uma temática muito delicada, e que a escola precisa está apta para trabalhar com cuidado e cautela todas essas questões.

No Brasil e no mundo essas três diversidades são pontos de inúmeros debates e, que a cada momento precisa ser encarado com ética, dignidade e tolerância. Durante séculos, a diversidade racial, em específico os negros eram tratados como seres inferiores e até mesmo animais por seus senhores. Mesmo depois da chamada Libertação dos escravos entre aspas as questões relacionadas ao preconceito é ainda uma temática muito delicada. Já a diversidade de gênero por anos foi uma questão pouco debatida dentro do espaço escolar, sendo que agora existe uma maior abertura para trabalhar toda essa orientação sexual. Já a diversidade religiosa durante muitos anos desde o Brasil colonial, o que reinava era o

catolicismo europeu, sendo menosprezada todas as demais religiões. Na atualidade existe também uma maior abertura para falar sobre as demais religiões e o seu papel frente a formação do sujeito.

Nesse contexto, a pesquisa constitui-se como objeto de trabalho debater sobre a temática diversidade no sentido racial, de gênero e religioso. Com o objetivo de amenizar o preconceito existente dentro dessas três temáticas.

A respeito da diversidade racial, em especial dos negros, foi criada a Lei 10.639/03, que trata da implementação do ensino de História e Arte Afro-brasileira. O objetivo da lei é destacar o papel social e econômico que os negros desempenham e desempenharam na construção do Brasil, desconstruindo a imagem errônea que os negros, durante séculos, tiveram, sendo vistos apenas como mão de obra para a realização de trabalho braçal.

A respeito da diversidade religiosa já sabemos que o estado brasileiro é laico. Isso significa que há o que chamamos de liberdade religiosa, no entanto falta muita informação sobre essa questão da laicidade. Tema esse que desde muito cedo deve ser inserido dentro do espaço escolar.

A respeito da diversidade de gênero muitos são os manifestos em busca pela igualdade de direitos para pessoas que vivem com pessoas do mesmo sexo, bem como o respeito e aceitação dos mesmos frente a sociedade. O tema principal dessa luta é o reconhecimento da dignidade de grupos excluídos. Porque a falta desse reconhecimento gera a impunidade e a violência.

Tais temáticas que aqui foram apresentadas devem estão inseridas dentro do currículo escolar com o intuito de conscientizar as crianças a respeito de todas essas diferenças que existe dentro da sociedade, bem como o respeito que deve ser dado a todas essas diferenças.

Como metodologia para a realização deste trabalho se deu por meio de

pesquisa de cunho bibliográfico, onde busca-se o conhecimento científico acumulado sobre a temática. A pesquisa buscou analisar a importância da diversidade sob essas três vertentes que é a questão racial, sexual e religiosa, pontos de interesse de todos que constroem a educação.

Dessa forma, teve-se como objetivo fazer uma breve análise sobre esses importantes pontos, trazendo uma discussão benéfica e esclarecedora, para que assim o ambiente escolar, seja um espaço mais acolhedor e menos discriminatório.

A justificativa da pesquisa é perceber a relevância do respeito às diferenças seja elas quais forem, onde desde muito cedo devem ser estimuladas. Reconhecendo e valorizando todo esse conjunto de diferenças com ética, sabendo que a sociedade é sinônimo de pluralidade nos seus mais diversos aspectos. O problema aqui detectado é a prática do racismo e da discriminação que acontece a cada instante, e que é necessário que haja um trabalho mais intensivo em prol do combate do mesmo.

A estrutura desse trabalho se dá por meio de uma apresentação de conceitos e posicionamento de alguns teóricos acerca da diversidade sob a ótica de três pontos específicos. O primeiro capítulo fala sobre a questão racial, que mesmo em um país miscigenado é ainda muito grave a questão do racismo. O segundo capítulo traz uma abordagem sobre a questão do gênero e da sexualidade, uma temática ainda muito complexa e delicada que exige cautela ao trata da mesma. O terceiro capítulo traz uma análise sobre a diversidade religiosa, mostrando os pontos convergentes e divergentes acerca dessa importante diversidade.

## A DIVERSIDADE RACIAL

O IBGE Notícias sobre moradores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2016, atualizado em fevereiro de 2019, vemos que o número de pardos autodeclarados cresceu 6,6% e o de pretos,

14,9%, chegando a 95,9 milhões e 16,8 milhões. A relação social de brancos e negros no Brasil, sempre foi algo delicado, pois durante anos o homem negro era visto como um objeto para o trabalho. Essa relação foi construída ao longo dos séculos, e se perpetuou por anos também e, isso é uma questão cultural. Conforme Meksenas (2005), a questão da cultura é um problema delicado para ser trabalho, pois desculturalizar o homem, uma sociedade acerca de uma imagem que foi construída em volta do homem negro, não é uma tarefa fácil. O autor define a cultura aqui como tudo aquilo que resulta da criação humana, onde abrange as dimensões de suas crenças, artes, tecnologia, instituições etc. Gomes (2011, pág.149) afirma que:

A sociedade com personalidade negra sofre com o racismo, como sendo um mito da democracia racial que foi um processo construído historicamente, a cerca de qualquer processo de socialização entre os indivíduos.

Vannucchi (1999) traz em seus estudos as características da cultura popular, sendo que dentro dessas características aparecem os chamados símbolos nacionais. De forma simplificada isso implica que o homem negro durante muitos anos dentro dessa cultura preconceituosa foi símbolo apenas do trabalho braçal, sendo vítima dos maltratos e dos castigos mais cruéis para aqueles que se opunham contra esse sistema escravista. Hoje é importante inserir o negro como um símbolo nacional do trabalho não só no sentido braçal, mas como um ser capaz de assumir outras importantes profissões, que em outrora era apenas exclusividade para a grande elite branca. Rosa (2012, pag.34) menciona que:

As políticas de promoção da igualdade racial podem ser compreendidas como ações públicas ou privadas que visam o combate ao racismo e à discriminação racial, em todas as esferas da vida social, seja por meio de políticas universais,

voltadas à população como um todo, seja por meio de políticas específicas voltadas aos grupos marginalizados e discriminados.

A escola cada vez mais deve abrir espaço para as questões sociais e raciais, onde deve ser exercitados e valorizar e o respeito a diversidade nos seus mais diversos contextos. Analisando a história do Brasil Ribeiro (2008), diz que a participação do negro dentro da formação brasileira, tem três importantes dimensões são fundamentais: a história, a memória e as práticas culturais.

Munanga (2008) apresenta a presença exclusão social e educacional que a população negra vem ao longo dos anos, bem como a cristalização das funções do negro dentro das profissões sempre inferiorizadas com papéis estigmatizados pela sociedade discriminatória. Outro grave problema apresentado pelo autor é a auto rejeição e a baixa autoestima consigo mesmo, um grave problema que requer a intervenção de profissionais dentro de áreas específicas para tratar e mediar esses entraves. E, é papel da escola em meio a tantos desafios que a mesma tem, trabalhar com ações preventivas para evitar o crescimento desse problema, que cada vez mais é comum.

Observando a Constituição Federal, em seu art. 6º: diz que é direito social do sujeito a educação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição” (1999, p. 11). Todos esses direitos são previstos em lei, porém na prática não são cumpridos, o exemplo maior é falta de oportunidade para negros dentro do mercado de trabalho e dentro das instituições de ensino, que já traçam em seus currículos de perfil características totalmente discriminatórias, onde o negro na grande maioria das vezes não se encaixariam jamais. Essa realidade acontece a cada instante como provas as estatísticas do IBGE (2017) que aponta que 63,7% dos desempregados no Brasil são negros ou

pardos. Na prática isso significa o número absurdo 13 milhões de pessoas. E mesmo os que estão empregados são vítimas de salários inferiores em relação aos brancos recebendo, em média, R\$ 1.531,00.

Isso prova mais uma vez que durante toda a história do Brasil, a população negra sempre foi vítima da negação dos direitos mais importantes. Então, a escola e a sociedade, a família deve atuar como agentes ativos de combate a toda essa problemática que em hipótese alguma deve acontecer. Uma vez que, vivemos em um país miscigenado em que a população negra, segundo o IBGE em 2014 representava 54% da população do país.

Observando os PCNs (BRASIL, 1997) orienta que a escola tem o papel de construir a cidadania, e a valorização da cultura. Isso é muito válido, porque não se constrói a cidadania de um povo sem a base inicial que é o respeito mútuo às diferenças existentes dentro dessa sociedade. Nesse sentido isso quer dizer que é necessário propiciar às crianças desde muito cedo que existe diferentes grupos sociais, e que cada um deles tem suas diferenças e especificidades, sendo necessário aceitar e repetir as escolhas e decisões que algumas pessoas tomam. E que as características físicas referente a cor de pele não torna as pessoas inferiores ou menos valorizadas frente a sociedade.

Para Fonseca (2007) tratar dos problemas sociais que envolvem a figura do homem negro, é uma árdua tarefa, porém é de fundamental importância, pois no Brasil, os negros formam os responsáveis por sustentar o crescimento econômico do país, gerando lucros para os senhores brancos, pois é impossível construir um país sem o suor do rosto. E esse mérito deve ser dado e atribuído aos negros, que de forma árdua e desumana fez esse país crescer.

A questão racial é um problema delicado que fere fisicamente e emocionalmente e que a escola, família e sociedade devem atuar em conjunto e subsidiado pela Lei 10.639/03, dar sua parcela de contribuição em prol de uma sociedade mais justa e menos preconceituosa. Assim sendo, Munanga (2008),

diz que a luta contra o racismo é um processo de superação que deve iniciar no ceio familiar e se propagar pela Escola e, dar continuidade por todas as instancias da sociedade.

Uma das estratégias para fazer esse árduo trabalho de superação é apontado por Ribeiro (2008), que fala da importância de focar no estudo da História e Cultura afro-brasileira e africana nas escolas com maior profundidade, pois a educação é sem sombras de duvidas um processo moldador que vai lapidando o sujeito, tornando pessoas melhores e com uma nova postura frente a sociedade e os seus problemas.

Já Kronbauer e Troer (2009), propõe que a educação deve estar alicerçada no educar para a convivência na diversidade, isso sendo consolidado, teremos resultados bem maiores, pois se desde pequenos fossemos estimulados a conviver com as diferenças e diversidade, não teríamos tantos problemas que vemos na sociedade contemporânea. Assim, sendo é necessário cuidar de nossas crianças de hoje que serão o futuro do amanhã.

A luta pela igualdade não é de hoje, e se deu inicio há muito séculos atrás, quando os negros oprimidos lutavam por melhores condições de vida e de trabalho. Muitas manifestações e movimentos sociais negros surgiram em prol de uma equidade entre brancos e pretos. Após muitas lutas como resposta por da aprovação da Lei 10.639/03 pelo governo do presidente Lula. Uma conquista, mas que ainda não é suficiente, pois falta maior fiscalização e real cumprimento dessa importante lei. Essa importante lei mostra que a educação deve ter como princípios: A igualdade, a liberdade, e o respeito às diferenças. Assim, teríamos uma educação muito mais inclusiva e realmente mais democrática.

O currículo escolar já trás em seu conteúdo a questão da diversidade nas suas mais diversas variáveis, porém ainda muito de forma superficial. É necessário que haja a ampliação de políticas públicas educacionais que priorizem muito mais essa questão tão importante

para o maior êxito da educação brasileira. Na visão de Moreira (2008) O currículo constitui-se em um instrumento significativo para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos. Realmente o currículo é tudo isso, porém deve está apoiado com outras importantes ações e intervenções que em conjunto fará de fato a educação fluir. Nesse caso em especifico é necessário ampliar o currículo para um trabalho especifico com as famílias. Porque o preconceito nasce inicialmente por parte daqueles que convivemos diariamente. Então, é necessário articular ações precisas na raiz do problema com o objetivo de amenizar esses entraves sociais.

É preciso desconstruir a imagem que a função da escola é apenas transmissora de conteúdo. O seu papel enquanto instituição vai muito alem como confirma Nascimento (2008), um dos defensores que diz que a Educação escolar deve acima de tudo assumir a postura da diversidade, seja ela qual for. Na prática isso significa que é de fundamental importância reconhecer e valorizar as diferenças étnico-raciais existentes dentro da sociedade. Assim, sendo a escola deve propiciar discussões benéficas sobre essa temática, promovendo as condições básicas para que aconteça a troca do reconhecimento entre tais diferenças, bem como o exercício continuo do respeito para com o outro.

A educação escolar dentro da temática diversidade deve atuar logo no inicio da formação da identidade e do caráter do sujeito. Como confirma Hall (2006) que esclarece que é dentro da identidade do sujeito que vai ser desenvolvido características preconceituosas e egoístas. E isso está dentro de cada um de nós. Então o processo escolar deve priorizar inicialmente na educação infantil, que é onde as crianças se encontram nesse estagio de desenvolvimento e se estender pelos demais anos do processo escolar.

Essa questão do preconceito racial é muito complexa, pois hoje a mesma escola que luta por formar um sujeito que respeitem as diversidades. Foi durante muitos anos discriminatória e racista e seletiva como

confirma Carvalho (2008) ao falar que a instituição escolar foi organizada dentro de uma estrutura organizacional etnocêntrica, do século XIX, onde prevalecia nessa época as mais diversas práticas discriminatórias e racistas pelo espaço social. Nesse sentido entende-se que é um processo árduo para transformar a visão preconceituosa de mundo que muitos construíram ao longo dos anos. Esse processo requer tempo e muitas articulações para que pouco a pouco os resultados sejam perceptíveis.

Por meio da Lei 10.639/03 o currículo escolar tornou-se mais aberto e inovador, dando oportunidade para que determinados valores sejam inseridos e trabalhados, principalmente a valorização do homem negro dentro da sociedade.

Segundo Libâneo (2003), para lidar com maior eficiência dentro da temática diversidade, seja ela qual for é preciso preparar esses profissionais de educação por meio de formações continuadas, pois o preconceito racial, sexual e religioso, está presente nas ações que muitos professores realizam dentro do seu agir docente. Isso significa que para que haja maior eficácia dentro desse trabalho de respeito mútuo as diferenças, Libâneo (2003) aponta que é necessário conhecer de forma mais aprofundada o contexto social, econômico, político e cultural do indivíduo, pois, de tratando de Brasil essa riqueza de diversidade é muito rica e em cada região do país existe suas especificidades, das quais devem ser compreendidas e respeitadas. A falta desse autoconhecimento sobre a realidade em que nossos alunos vivem tem sido um dos muitos impedimentos que torna o processo educativo defasado, pois como intervir sabiamente, se não se conhece o problema de forma precisa.

Conhecer as questões relacionadas à diversidade deve aparecer como um fator prioritário para uma melhor ação e intervenção docente, como confirma Souza (2009), ao se referir que formação inicial e continuada para esses docentes tem o objetivo central de capacitar tais profissionais a compreender a vivência

dos diferentes paradigmas da diversidade existentes nesse país, que é ao mesmo tempo é tão multipluralista.

A diversidade cultural é um processo que requer também uma atenção especial, pois diante de Munanga (2006), o processo cultural é definido como um estágio dinâmico, que é responsável pela construção da identidade cultural do sujeito, daí surge a relevância que haja um profundo trabalho sobre as questões sócio culturais do sujeito dentro de suas distintas realidades.

## A DIVERSIDADE SEXUAL.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto. (PNUD, 2003, p. 1)

A educação em todas as suas instâncias tem o grande desafio de promover a igualdade de gênero, e isso significa um árduo trabalho, do qual ainda existe muita resistência e preconceito em volta de toda essa temática. A educação hoje precisa direcionar políticas educacionais de combate às desigualdades de gênero e sexualidade, porque ainda existe muita desinformação e muito tabus a serem quebrados.

A pesquisadora Deborah Britzman (1996) em seus estudos diz que a cultura escolar, está alicerçada dentro da heterossexualidade, pois diante do tradicionalismo das famílias isso é tido como algo normal e natural. Por outro lado, vemos que a realidade não compreende só as questões da heterossexualidade. A

realidade é eu existo outra realidade que são indivíduos que apresentam comportamento voltados para a homossexualidade e demais variantes que se segue dentro do mesmo campo. E, isso deve ser encarado e trabalhado dentro do contexto escolar, valorizando o sujeito pelo que ele é, e não o julgar ou excluí-lo pela opção sexual que tem.

Dinis, (2008) fala que a questão da homossexualidade em específico gays e lésbicas sofrem inúmeras situações de discriminação e rejeição. Onde a sociedade na grande maioria das vezes tem esse público em específico como pessoas perigosas, predatórios e contagiosos. É aí que a escola deve ser atuante para trabalhar que independentemente da opção sexual que tenham, são seres humanos, e que merecem respeito dentro da sociedade em que estão inseridos.

Diante de Louro (2003), é comum o erro das escolas se hesitarem em debater as questões de gênero e sexualidade. Porque são pontos muito íntimos e pessoais. E que na grande maioria das vezes não tem o profissional apto para trabalhar todas essas questões de uma forma que não venha magoar, constranger o sujeito. Então é necessário que haja uma qualificação específica para tais educadores, direcionando o caminho a ser trabalhado dentro dessa importante discussão.

A UNESCO em (2002) revelou por meio de uma pesquisa pais e professores não estão preparados para lidar com assuntos referentes às questões da diversidade de gênero e de sexualidade. E isso é uma realidade, pois essa falta de tato, resulta em conflitos e feridas que se abem ferindo o psicológico, o moral, e o emocional do sujeito. Dados da UNESCO (2002) diz ainda que o preconceito na forma da homofobia tem sido crescente na sociedade. E, isso se refere tanto a pais como alunos que não gostariam de ter um aluno homossexual dentro da sala de aula ou no convívio deles. Isso é resultado da falta de uma educação, uma reeducação de valores e princípios e de uma conscientização acerca da diversidade que existe dentro da sociedade. Então, é papel da escola tentar amenizar e desconstruir essa

imagem que foi construída, e que tanto exclui, fere, magoa e constrange o indivíduo.

Combater o preconceito nas suas mais diversas facetas é um grande desafio. Outro grave problema nesse sentido é a resistência em não aceitar a nova realidade que temos. De acordo com Candau (2008) em um de suas obras intitulada de As tensões entre a igualdade e diferença, diz que mais da maioria das pessoas não preferem tratar das questões de gênero e de sexualidade dentro da sala e, também fora dela. Sendo, assim fica impossibilitado um trabalho exitoso de combate ao preconceito de gênero, pois se não há abertura para uma discussão benéfica, o preconceito e a discriminação só se fortalecem dia após dia.

De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica – DCE, 2008 é de obrigatoriedade que dentro do ambiente escolar, haja o respeito mútuo à etnia, raça, geração, ao sexo e gênero. Em contrapartida não realidade não condiz a isso, percebe-se que esse público vem sofrendo muito com afrontas, zombarias e situações vexatórias e constrangedoras. Isso implica que a escola, a sociedade e as famílias precisam ser reeducadas para que haja o respeito às diferenças.

Segundo Dinis (2008) o Brasil, tem demonstrado uma maior abertura para tratar das discussões sobre a diversidade sexual e de gênero. E essa abertura é um importante canal para que sejam trabalhados o respeito e a tolerância com o intuito de incluir e não de excluir esse público que na grande maioria se sentem fora do contexto social. Sendo assim, o caminho é ainda a conscientização, onde a escola, a família e a sociedade no geral devem abrir um espaço democrático e aberto para as temáticas de gênero e sexualidade. Na educação tais temáticas, não devem ser mais um tabu. E sim um importante trabalho que deve ser executado com sabedoria e respeito.

Para Vianna e Silva (2008), é papel da escola e do familiar ampliar os conceitos de sexualidade dentro do convívio cotidiano, pois essa amplitude abrirá espaço para o diálogo e para uma conscientização. Isso em

outrora era papel só dos profissionais da saúde. No entanto cabe agora que todos deem sua parcela de contribuição na formação da identidade sexual do sujeito e, isso inclui a escola, a família, a igreja e a sociedade como um todo.

O objetivo maior da educação deve ser sempre o de Educação Inclusiva, e ser inclusiva significa também conviver com as diferenças sexuais. Para isso é preciso combater a cultura errônea de uma sociedade sexista e homofóbica, como tem sido a visão e a postura de muitos frente a essas diversidades. Observando a Constituição Brasileira de 1988, assegura, no seu texto, o direito de “ser” a todas as crianças brasileiras. Simplificando essa frase o direito de “ser”, significa também o espaço para escolher a opção sexual que queira. Decisões e escolhas devem ser respeitadas, desde que não venha infringir a lei e ao outros.

A Declaração de Salamanca (1994) dá uma ênfase importante para o exercício da Educação Inclusiva que está amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394/96), que assegura o direito à escola a todas as pessoas sem discriminar a opção sexual características que são específicas de cada indivíduos ou grupos humanos, e isso inclui a opção sexual que ele ou ela tem optado.

No Brasil e no mundo vem sendo feitas várias Conferência Mundiais de combate a discriminação de gênero. Nesse sentido no Brasil em outubro de 2001, foi criado O Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD). Mesmo assim, ainda há um árduo trabalho a ser feito, pois os obstáculos ainda são grandes no que se refere a orientação sexual. Que tem sido uma temática tão complexa e polemica, mas que com cuidado e cautela deve ser abordado e trabalhado.

A UNESCO em 2004 traçou importantes ações com o intuito de diminuir a discriminação por orientação. Já em 2002, foi criada a segunda versão do Plano de Direitos Humanos (PNDH II), onde o Governo Brasileiro dedica uma seção, com 16 programas de combate a discriminação por orientação sexual. Todo esse

importante trabalho é benéfico e proveitoso, porém outras ações devem ser realizadas em prol de um maior êxito nesse processo de construção de respeito às diversidades, a exemplo programas específicas para as famílias, pois o preconceito nasce inicialmente no seio familiar e, acaba sendo disseminado para os filhos.

Em 2004, foi criado o Programa Brasil sem Homofobia (BSH) uma importante ação que tem desenvolvido ações no âmbito da educação e orientação sexual, tendo como objetivo inicial constituir uma educação muito mais inclusiva, e menos sexista e homofóbica como temos visto na atualidade. Esse importante programa contava também com a distribuição de material didático para a formação inicial e continuada de professores na área da sexualidade. Isso implica que ações como essa devem ser ampliadas e com a meta de alcançar um público cada vez maior.

Quartiero (2008) é também um dos defensores do respeito à diversidade sexual, mostrando que é preciso desenvolver uma postura respeitosa frente às diferenças relativas a orientação sexual e a construção da identidade de gênero do sujeito, cabendo a escola cada vez mais dá o suporte para que esse trabalho seja realizado com excelência, sem constrangimento e com um dialogo aberto. Nesse sentido Brasil (2007), aponta que um importante caminho a ser trilhado é a criação de políticas de inclusão, que sejam eficientes na discussão dessas questões de gênero e de sexualidade, que envolve tanta complexidade, exigindo cautela para tais temas sejam abordados com ética e respeito.

As questões de gênero é um tema de grande relevância que O CNE juntamente com a nova BNCC, abre um espaço para aprofundar os debates sobre sexualidade e orientação sexual. O MEC junto com nova BNCC (2016) enfatiza que o respeito aos indivíduos deve existir “sem preconceitos de origem, etnia, gênero, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza”. Hoje com as novas reformulações a nova BNCC é enfática em dizer a educação deve acontecer em todas as instancias “sem

preconceitos de qualquer natureza”. E, na prática isso deve acontecer com a parceria de todos que constroem a educação nesse país

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao falar de diversidade racial, logo nos reportamos as nossas raízes étnico-racial e cultural tais como a indígena, negra e a europeia. E percebemos a grande riqueza que se tem para ser investigada e trabalhada dentro do contexto escolar.

Assim, estudar a diversidade na educação significa mergulhar a fundo na história da educação brasileira, com enfoque de compreender toda essas especificidades e ao mesmo tempo incentivar o respeito e a tolerância em meio a tantas diferenças e diversidades.

Sendo assim, é preciso que haja um currículo escolar plural, que contemple as questões de gênero, raça e religião sem ferir o físico e o emocional do sujeito, estabelecendo uma relação respeitosa e harmônica dentro de cada realidade.

A proposta final desse estudo foi refletir sobre essa importante temática com o intuito de se construir um melhor trabalho pedagógico dentro da sala de aula, onde esses três pontos aqui seja aqui apresentados, sejam respeitados e que conflitos sejam amenizados, a partir de uma conscientização, ou uma educação acerca das diversidades existentes dentro da sala de aula, dentro da sua cidade, dentro do seu país.

Por último, em resposta ao objetivo inicial e a situação problema aqui proposta, conclui-se que o objetivo foi atingido, pois a partir dessa discussão foi possível refletir sobre a temática, desconstruindo a visão preconceituosa de que é possível construir uma educação mais inclusiva e menos excludente, desde que haja uma consciência crítica e respeitosa aguçada e, acima de tudo afetiva e humana para com o outro. Como sugestão, indica-se que novos estudos sejam realizados dentro dessa importante temática, para que sejam

aprofundados outros aspectos que estão contextualizados com a temática.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual**. Temas transversais. Brasília, v.10,1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Brasil Sem Homofobia (BHS) - Ministério da Saúde 2004, Ministério Saúde/Conselho/Nacional de Combate à Discriminação. Programa de Combate à Violência e à Discriminação**. Temas transversais. Brasília, v.10,2004

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: dez.2016.

BRASIL. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Cadernos SECAD 4. Secretaria da Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade. 2007.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho nacional de Combate a Discriminação (CNCD) para o Educação básica**. Resolução CNE/CEB nº 2/2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL, **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Catálogo de Experiências Municipais do Programa BPC na Escola**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010. 52 p.
- BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. D.O.U de janeiro de 2003.
- BRASIL, Lei 9.459/1997, que considera crime a prática de discriminação ou preconceito contra religiões. **Cartilha da Campanha em Defesa da Liberdade de Crença e contra a Intolerância Religiosa**. Brasília: MEC/SEF, 1997.
- BRITZMAN, D. **O que é essa coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 71-96, jan./jun. 1996.
- CARVALHO, José Jorge de. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. Série Antropologia n. 395, Brasília: Universidade de Brasília, 2006.
- DINIZ, N.F. **Educação, Relações de Gênero e Diversidade Sexual**. Educação e Sociedade. Campinas, v. 29, n.103, p. 477-498, 2008.
- FONSECA, V. M. **A Arte de Construir o Invisível: O Negro na Historiografia Educacional Brasileira**. SBHE. Ed. Autores Associados. Jan./Abr. Ano 2007. Nº 13. São Paulo.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade: tradução Tomaz Tadeu da Silva**, Guacira Lopes Louro-11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise da taxa de porcentagem da população negra no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das Condições trabalhistas de vida da população negra brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.
- KRONBAUER, S., C. G.; STROHER, M. J. (Org.). **Educar para a Convivência na Diversidade: Desafio à Formação de Professores**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- GOMES, Nilma Lino. **Cultura negra e educação**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação Revista Brasileira de Educação 2003 p. 81, *ibid.*, p.172.
- LIBÂNEO, J. C. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. São Paulo: Cortez, 2003.
- LOURO, G. **A Construção Escolar das Diferenças**. In: Gênero, Sexualidade e Educação. Petrópolis, Vozes, 1997.
- MEKSENAS, P. **Sociologia da Educação: Introdução ao Estudo da Escola no Processo de Transformação Social**. São Paulo. Edições Loyola, 2005.
- MOREIRA, A. F. B. (Org.) **Currículo: Questões atuais**. Campinas, São Paulo, 2008. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)
- MUNANGA, K. (Org.). **Estratégias e Políticas de Combate à Discriminação Racial**:São Paulo: USP. 2008.
- MUNANGA, K. (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. Brasília. 2ª Edição. MEC. SECAD.2006.
- NASCIMENTO, E. L. (Org.). **Cultura em Movimento**. Matrizes africanas e ativismo negro no Brasil. (Sankofa: cultura brasileira-2) São Paulo, Selo Negro, 2008.
- QUARTIEIRO, E.T. **A Diversidade Sexual na Escola: produção de subjetividade e políticas públicas**. Tese (Doutorado) UFRS, Instituto de Psicologia, programa de Psicologia Social. Porto Alegre-RS. 2009.
- ROSA, Barbara Silva. **A influência dos fóruns de educação e diversidade étnicoracial na implantação da política de promoção da igualdade racial**. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Programa de Pós-Graduação em Administração Mestrado Profissional em Administração Pública p.34, Brasília 2012
- RIBEIRO, C. D.O **Éthos do Sujeito Negro na Literatura Brasileira**. Estudos Semióticos.Dietrich. Número 4, São Paulo, 2008.
- SOUZA, Arivaldo. **Racismo institucional: para compreender o conceito**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, v.1, n.3, nov. 2009.
- UNESCO. Declaração de Salamanca: **sobre princípio política e prática em educação especial**. 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.
- UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação, gênero e sexualidade para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. 2004. Disponível em<<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>>. Acesso em 20/6/2009.
- UNESCO. **Políticas públicas voltadas para igualdade de gênero**. Brasília: UNESCO, 2002.
- VANNUCCHI, A. **Cultura Brasileira: O que é, como se faz**. Edições Loyola. Universidade de Sorocaba. 4. Ed. São Paulo Brasil, 1999.
- VIANNA, C.; SILVA, C. R. **Gênero e Sexualidade: mapeando as igualdades e as diferenças entre os sexos e suas relações com a educação**. Revista Educação. Especial Grandes Temas. São Paulo-SP: Editora Segmento, Março 2008.

## HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO IMPERIAL - JESUÍTICO: UMA VIAGEM NO TEMPO HISTORY OF EDUCATION IN THE IMPERIAL - JESUIT PERIOD: A JOURNEY THROUGH TIME

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.28.1-6

Cristiano de Assis Silva <sup>1</sup>  
Bruno de Freitas Santos <sup>2</sup>  
Edenia Brandão Santos <sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo objetivou discorrer a respeito do percurso histórico da educação brasileira com tantas negligências e exclusão social. A abordagem partiu de levantamento bibliográfico, cuja fonte de pesquisa se deu por meio de artigos acadêmicos da área, pesquisa documental com a utilização de estatísticas, tabelas e consultas em bases de dados publicados de total confiança. Como resultados e discussões percebeu-se que a educação pública no período colonial era vendida e negligenciada e roubada dentro desse sistema alienante e alienador e os menos favorecidos de poder aquisitivo eram as principais vítimas de um sistema que privilegiava uns e excluiu outros. O trabalho se divide em ideias claras e concisas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Companhia de Jesus. Direito à educação. Sistema. Exclusão.

### ABSTRACT

This article aimed to discuss the historical path of Brazilian education with so many negligence and social exclusion. The approach started from a bibliographical survey, whose source of research was through academic articles in the area, documental research with the use of statistics, tables and consultations in published databases of complete confidence. As results and discussions, it is perceived that public education in the colonial period was sold and neglected and stolen within this alienating and alienating system and the less favored of purchasing power were the main victims of a system that favored some and excluded others. The work only breaks down into clear and concise ideas.

**KEYWORDS:** Society of Jesus. Right to education. System. Exclusion.

---

<sup>1</sup>Pós-Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

<sup>2</sup>Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

<sup>3</sup>Graduação Em Licenciatura Em Pedagogia. Faculdade Evangélica Do Piauí, FAEPI. **E-MAIL:** edeniabrandao2011@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4237320967574964

## INTRODUÇÃO

Uma educação corrompida e alienada, resultado da reprodução do sistema dos jesuítas e do período colonial capitalista, era um privilégio de poucos e para poucos. Assim, as classes menos favorecidas sofriam com o sistema e com as desigualdades daquela época.

Exclusão, alienação, a reprodução de oportunidades negadas e sonhos podados eram o cenário predominante, que se perpetuou durante anos e ainda reflete, de diferentes formas, na sociedade atual. Um modelo educacional que combinava exclusão e desigualdade social.

A base legal da educação naquele momento histórico estava pautada na exploração e nos dogmas da classe dominante, que impunha um sistema onde os mais pobres eram os mais atingidos e prejudicados. Dessa forma, a exploração e a dominação serviam aos interesses de expansão da religião dominante e aos lucros da classe privilegiada. Dentro desse sistema, os direitos sociais eram reduzidos a migalhas ou favores para poucos. Em casos extremos, isso se manifestava de formas ainda mais desumanas.

As crises sociais e culturais eram o reflexo da sociedade daquele tempo, gerando uma educação privilegiada e restrita a um pequeno grupo. Isso acontecia devido a diversas questões, uma das quais era a divisão do trabalho e das classes sociais, que excluía e segregava os indivíduos. Sem dúvida, há uma enorme necessidade de reformas no sistema educacional atual, que ainda carrega vestígios do passado.

O modelo educacional vigente era baseado na manipulação e na reprodução, com o objetivo de gerar maior produtividade, lucros e renda para os detentores do poder econômico, que ocupam a cúpula da pirâmide social. Esse cenário, que se repete como um ciclo vicioso no século XXI, ganhou apenas uma nova maquiagem. A dominação e o adestramento desse modelo educacional se estendem ao longo dos anos e da história.

## MATERIAL E MÉTODO

Quanto à abordagem, o método utilizado é o dialético, o qual pressupõe que os fatos não devem ser analisados e revelados de forma contextualizados. A abordagem partiu de levantamento bibliográfico, cuja fonte de pesquisa se deu por meio de artigos acadêmicos da área de ensino e da história. O trabalho teve como bases de dados sites confiáveis como (SciELO, Portal CAPES, Scholar Google, Science.gov), além de sites governamentais do setor educacional, objetivando tratar analiticamente da temática.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente artigo objetiva examinar a estrutura escolar no período imperial brasileiro, destacando as dificuldades de expansão da educação para toda a população, especialmente para os menos favorecidos (ARANHA, 1996). Esse período foi marcado por rupturas no cenário político, econômico e sociocultural, com profundas desigualdades que marcaram as páginas da história de forma cruel e desumana. A classe dominante sempre se caracterizou pela manipulação e dominação, monopolizando o acesso à cultura, à educação e a muitos outros direitos fundamentais que eram almejados por grande parte da população.

A reprodução dos valores das classes dominantes sempre esteve associada à segregação e exclusão, com os mais pobres à margem da sociedade, vivendo em extrema pobreza (EBY, 1962). Dessa maneira, a educação escolar da época esteve sempre atrelada a interesses ideológicos egocêntricos, mantendo um modelo elitizado, excludente e destinado a poucos. Isso afastava a grande maioria da população, que se via refém dos interesses de uma pequena cúpula no poder do país.

O modelo educacional imperial apresentava três características que, nos dias de hoje, seriam inadmissíveis sob a ótica dos direitos humanos e da ideia

de universalização da educação equitativa: a) classista; b) racista, por não ser acessível aos negros; e c) dual, ao reforçar a hegemonia do bloco no poder. Tais características influenciavam negativamente o aumento da exclusão e da negação de direitos básicos, essenciais e não negligenciáveis (FARIA FILHO, 2000).

A educação da época possuía uma estrutura aristocrática, voltada à organização e manutenção de uma elite que escravizava e menosprezava as classes pobres, tratando-as de forma desumana e desrespeitosa. Romanelli (1985) destaca em uma de suas obras que a manutenção dessa herança cultural e conservadora atendia aos interesses de uma minoria que detinha o poder de dominar, comprar, escravizar e submeter os demais.

A fase imperial visava atender à demanda da classe com maior poder aquisitivo, deixando os demais à mercê da negação de direitos básicos, tornando-os reféns da desinformação e da ignorância social e cultural (HOLANDA, 1987). O acesso à educação era um privilégio de poucos, e a organização educacional se deu com a chegada dos jesuítas, momento marcado pelos dogmas e pelas ideologias da Igreja Católica, que buscavam catequizar os indivíduos, tornando-os adeptos do catolicismo.

A separação entre uma educação para a classe burguesa e outra para os indígenas, escravos e alforriados configurava um sistema de exclusão, onde a educação dos filhos dos nobres era de excelência, enquanto os filhos dos pobres recebiam uma educação deficiente e marginalizada (MACHADO, 2005).

A educação colonial brasileira estava integrada ao processo de expansão do capitalismo mercantil, onde direitos básicos como educação, segurança, moradia e lazer eram destinados a uma pequena minoria da população. O ideário de exploração, dominação e escravização permeava a história, com quem detinha o domínio do mercado financeiro ditando as normas e regras (PRIORE & VENÂNCIO, 2001).

Nesse modelo econômico, a educação era reprodutora e centrada na grande propriedade de base escravocrata, que possibilitou a formação de uma elite agrária, responsável por diversos crimes e atitudes desumanas contra aqueles que não possuíam riquezas. Não se pode falar de educação sem fazer um paralelo com a economia da época, que consolidou uma elite conservadora e pernicioso, dificultando o acesso aos direitos básicos (PRADO JÚNIOR, 2000).

A exploração dos recursos naturais, da atividade econômica e do trabalho das pessoas, sem garantias de direitos trabalhistas, era uma constante. Para Piletti (1991), a sociedade da época estava alicerçada no patriarcalismo severo dos escravocratas, que cometiam atrocidades contra os mais pobres e necessitados. A manutenção de um sistema hierarquizado na produção açucareira constituía uma sociedade marcada por graves desigualdades (PRIORE & VENÂNCIO, 2001).

O trabalho da época estava centrado nos engenhos, onde os negros, sem qualquer direito trabalhista, eram os principais responsáveis pela economia. Assim, a elite política e econômica detinha privilégios, enquanto os demais, marginalizados, estavam abandonados pelo sistema político e econômico da época.

A presença da corte portuguesa no Brasil também representou uma sociedade marcada por problemas estruturais, segregação e exclusão social. A colonização brasileira resultou do desejo de Portugal de explorar riquezas e expandir seu campo de atuação, com base no modelo de dominação e exploração (CUNHA, 1980).

A importação de mão de obra escrava africana para as fazendas brasileiras foi um cenário repetido inúmeras vezes, trazendo prejuízos para aqueles que, mesmo internamente, sonhavam com o direito ao estudo e à formação científica. Muitos nomes se destacaram nesse período, como Tomé de Souza e os jesuítas, liderados por Manoel da Nóbrega, e outros anônimos que marcaram a história (NOVAIS, 1975, p. 7).

O fortalecimento de uma elite colonial, que detinha o poder econômico e político, se colocou acima de tudo e de todos, revelando inúmeros problemas de diferentes naturezas (RIBEIRO, 1981).

Ao falar de educação, é imprescindível mencionar a Companhia de Jesus, que teve um papel importante ao chegar com o objetivo de educar e catequizar, principalmente os nativos, sob os dogmas religiosos do catolicismo. A elite colonial sempre esteve pautada por um modelo de educação excludente. Os jesuítas, uma ordem religiosa fundada em 1534, baseavam-se na alfabetização com cunho religioso.

O principal objetivo das missões católicas, segundo Saviani (2013), era expandir a religião. Esse período pode ser dividido em dois momentos: o primeiro, denominado "período heroico" (1549-1570), e o segundo, com a consolidação da pedagogia jesuítica (1599-1759), que marcou positivamente e negativamente a história da educação (ROMANELLI, 1998).

A principal estratégia pedagógica utilizada na época era limitada e pautada em castigos físicos, considerados hoje como violência inadmissível. As crianças eram tratadas de acordo com a cor e a classe social a que pertenciam (ROMALLI, 2005). Os meninos índios eram catequizados para servir de ponte para chegar aos caciques, com o objetivo de converter e domesticar toda a tribo para a fé católica, no auge de poder político e religioso (SAVIANI, 2013, p. 43). A expansão das escolas propostas pela época tinha um cunho religioso e domesticação.

O processo educativo era pautado na indução emocional, perpetuando a dominação da cultura europeia. Esse processo é conhecido como aculturação. As atividades pedagógicas dos jesuítas visavam expandir a religião católica, imposta por força e violência (ROMALLI, 2005).

A implantação e consolidação desse modelo educacional tiveram tanto contribuições positivas quanto negativas. A gramática dessa época priorizava a

construção e recitação de poesias e apresentações teatrais, de maneira difícil e espinhosa. Saviani (2013, p. 47) afirma que a catequese foi a prática que domesticou e dominou a época.

A pedagogia jesuíta, estruturada por meio de um currículo e uma ordem, tinha na Bíblia seu principal manual prático e sistêmico. A proposta curricular desse período, conhecida como *Ratio Studiorum*, dividia-se entre "estudos inferiores" e "estudos superiores", voltados para a educação das elites, enquanto os nativos eram reservados à catequização, que na prática consistia em um processo de violência religiosa (VECHIA, 2005).

Saviani (2013) discute um plano universalista e elitista, destinado a poucos. Enquanto os filhos de colonos, índios, negros e pobres recebiam uma educação deficiente, a elite colonial se beneficiava de um sistema educacional que excluía os demais (XAVIER, 1980).

A educação elitizada, ainda presente hoje, se perpetuou ao longo dos séculos. O sistema jesuítico constituía-se dentro de um modelo elitista, onde a população colonial, formada por escravos, índios, mestiços, mulheres e brancos pobres, convivia com a exclusão social. O acesso à educação escolar era um privilégio para poucos, e muitos, desde a infância, estavam marcados pela necessidade de trabalhar para sustentar a família, em um cenário de pobreza e desigualdade social.

Xavier (1980) destaca o Marquês de Pombal como uma figura importante nesse cenário revolucionário, em um período de limitações de recursos e condições. Uma série de reformas emergenciais foram necessárias para alcançar um maior número de pessoas, mas o regime político, dominado pela Igreja Católica, visava o aumento das rendas através da exploração e dominação colonial.

Durante muito tempo, sustentou-se uma economia baseada na escravização e exclusão dos mais pobres. A administração da Coroa portuguesa, pautada na exploração e manipulação dos mais fracos, contribuiu para um sistema político, econômico e religioso

alienante. A Companhia de Jesus exerceu domínio sobre o Brasil por cerca de 210.

## **ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR NO PERÍODO IMPERIAL**

A conjuntura econômica e sociocultural do Brasil permanece como um cenário repleto de complexidades, onde se concentravam as atividades por meio da exploração da mão de obra escrava, e que hoje repercute na atualidade, mas sob uma ótica diferenciada. Uma população que era excluída do crescimento político, econômico e educacional, e que sempre esteve a serviço dos interesses da elite. O que não difere muito dos dias atuais (FARIA FILHO, 2000).

Hoje, os latifundiários de base escravocrata, senhores de engenho, fazendeiros do café (aristocratas livres) ganharam novas facetas e sinônimos, mas estão mascarados sob um paletó e uma gravata. As elites, núcleo da sociedade que integra a classe dominante, escravizam de diferentes formas brancos, pobres, mestiços (mamelucos, cafuzos e caboclos), negros escravos e alforriados que formavam o grupo dominado, que sofria os mais diferentes mandos e desmandos.

O trabalho escravo era o responsável direto pela sustentação da produção econômica brasileira, mas hoje se apresenta de forma diferenciada. Os grandes detentores de terras ainda se perpetuam até os dias atuais como os mais privilegiados (RIBEIRO, 1981). No que diz respeito ao campo educacional, a legislação deve ser especial e prioritária. A existência de escolas primárias em todo o Império sempre foi privilégio de poucos e para poucos. O direito de todos à educação escolar sempre foi um sonho distante. A grande maioria da população no Império se sentia incapaz de promover uma revolução em prol de uma educação popular de qualidade e excelência. Era necessário um novo sistema nacional de educação, com um projeto voltado para novas políticas públicas educacionais e nacionais (BARBANTI, 1981).

Os colégios e universidades de cunho religioso ainda estão muito enraizados no Brasil e no mundo. Muitas famílias religiosas tradicionais ainda optam por esse modelo de educação, onde priorizam o ensino da retórica, das ciências, belas letras e artes (BRASIL, 1824).

Cunha (1980) afirma que o ensino no período Imperial foi organizado em três níveis: primário, secundário e superior. E cada uma dessas fases possuía um limite composto pelo ato de ensinar a ler e escrever, nas aulas régias, com o ensino superior voltado para as elites, onde somente os filhos dos mais privilegiados podiam alcançar. O período colonial sempre manteve uma “estrutura” e “organização” escolar voltada para atender os interesses das elites e da burguesia, o que não difere dos dias atuais.

A educação nacional era composta por um conjunto articulado de escolas, envolvendo quatro graus: as pedagógicas, os liceus, ginásios e academias. No entanto, esses ciclos não eram acessíveis a todos, e havia sempre a segregação e a exclusão social em todas as instâncias (CUNHA, 1980).

Um modelo educacional, político e religioso que sempre foi favorável aos interesses de uma elite corrompida e egoísta. Um plano nacional de educação formado para a elite e com a elite. Um conjunto de medidas que lhes assegurava o direito e acesso à educação, mas para poucos, servindo de barreiras para os mesmos favorecidos (AZEVEDO, 1958).

Esse cenário trouxe inúmeras consequências e um processo lamentável, que dificultava o acesso e a oferta de ensino para as camadas populares, que em sua maioria não sabiam ler, escrever nem fazer contas. A questão central aqui era a ausência de efetivação de leis e políticas públicas que dessem assistência para os menos favorecidos.

A criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades era privilégio para poucos, e não havia um direcionamento para essas questões tão essenciais e cruciais para a sociedade daquela época. Um ensino precarizado que, por sua vez, gerava uma educação

sucateada e fragilizada. Um sistema composto por uma incapacidade de cuidar da educação popular e de organizar as possibilidades de acesso aos favorecidos (PILETTI, 1991).

Um ensino elitizado que somente uma pequena minoria podia custear, e os demais estavam à mercê do abandono dos direitos básicos. A organização da educação escolar no período imperial se acentuou numa tradição voltada para as classes ricas, enquanto os demais sofriam os descasos de uma sociedade de poucos. Onde se negava ao povo o direito de acesso à educação, saúde, moradia e qualidade de vida.

A fragmentação das políticas educacionais daquela época era algo comum, em um cenário onde a responsabilidade com a educação elementar era de poucos. Regulamentar e promover a educação primária e média para as grandes massas era um sonho distante (ROMANELLI, 2005, p. 93).

As diferenças econômicas, políticas e socioculturais dividiam e segregavam o povo em grupos, o que gerava pobreza e uma série de desigualdades. Um modelo educacional que coadunava com os interesses das camadas dirigentes da sociedade e excluía os demais. A manutenção de uma educação excludente, dual e elitista prevalecia a todo vapor, e hoje se perpetua, mas agora, em um novo contexto e cenário.

Deste modo, segundo Romanelli (2005, p. 40), a falta de recursos, das condições e de um olhar prioritário para todas essas questões era o problema a ser solucionado.

Nessa condição, a educação brasileira continuou sendo direcionada à elite dirigente do país. Um “sistema” educacional integrado em todos os seus graus e modalidades, com um caráter classista e acadêmico, visando atender aos interesses de grupos restritos, com uma oferta de organização limitada, com apenas alguns cursos preparatórios para o ensino superior, mas ainda de forma muito precária (NOVAIS, 1975).

Para Romanelli (2005), uma das maiores heranças desse período é o Colégio Pedro II, criado na Corte e único mantido pelo Governo Central para servir de modelo educacional, um espaço de curso preparatório, mas que não escapou da pressão ideológica e política daquela época. A manutenção de uma educação dualista, excludente e classista foi uma estratégia de manipulação e exploração para a época, o que não difere dos dias atuais (ROMANELLI, 2005, p. 40).

O sistema educacional naquele momento oferecia uma educação elementar, com inúmeras deficiências e fragilidades. Assim, a grande maioria da população não pôde ter o gozo de direitos básicos e fundamentais para suas vidas e para a melhoria de sua qualidade de vida (NORONHA, 1994).

Romper com uma herança cultural conservadora é uma dificuldade que precisa ser encarada nos dias atuais. Não havia medidas adotadas para a efetivação da educação elementar para o povo, pois esse pensamento não era lucrativo para aqueles que detinham o poder. Já o trabalho escravo, a dominação e manipulação eram atraentes e lucrativos na visão daqueles que ocupavam a cúpula da pirâmide econômica (XAVIER, 1994).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente às questões norteadoras que aqui foram tratadas, buscou-se refletir acerca da organização e estruturação da educação no império, é possível perceber o descaso e as negligências com esse direito básico.

As dificuldades de expandir uma educação que abrange todos os grupos sociais, eram gigantescas e tais dificuldades ainda persistem até os dias atuais. A formação das elites rurais ou urbanas sempre se fez presente em todas as temporalidades, podem até ter mudado de nomenclatura, mas continuam as mesmas.

Uma história marcada por um modelo de educação voltada para os interesses do modo de

produção capitalista, moldada aos interesses da elite, como instrumento de manutenção dos mesmos. A educação era acessível, a um grupo predileto de pessoas deixando os demais à mercê da ignorância e da negligência social.

Uma população com enormes problemas de ordem econômica, política e sociocultural entre os grupos sociais que compunha o período imperial. O que não é muito diferente dos dias atuais assim, entre a elite e o povo, sempre se estabeleceu as divisões de classes e de trabalhos manuais e intelectuais.

Uma educação de caráter excludente, dual e classista que atendia a poucos e menosprezava os demais. Desse modo deve se pensar numa ação e numa intervenção essencial e radical que rompa com esse caráter conservador e reprodutor de educação, de indivíduos e de sociedade.

Desse modo ao retomar brevemente as questões aqui apresentadas o problema de pesquisa e os objetivos foram resolvidos, pois permitiu pontuar descobertas e novos e velhos problemas, sendo necessário abordagens futuras para a continuidade de novos trabalhos com a mesma temática que aqui foi previamente abordada.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil, 1500 a 1889**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. In: **a cultura brasileira**. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos. Brasília: INL, 1976.

BARBANTI, Maria Lúcia H. **Colégios americanos de confissão protestante na província de São Paulo**: Didática, p. 23-32. 1981, sua aceitação pelas elites progressistas da época. São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Escolas americanas de confissão protestante na província de São Paulo: um estudo de suas origens**. São Paulo, 1977. Tese de Doutorado. USP. Coleção das Leis do Império do Brasil, (1808 – 1889). Imprensa Nacional. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em 01 Jan. 2023.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

EBY, Frederick. **História da educação moderna**. Porto Alegre: Globo, 1962. Enciclopédia Itaú Cultural. Artes Visuais. Disponível em <[http://itaucultural.org.br/enciclopedia\\_ic/index.cfm](http://itaucultural.org.br/enciclopedia_ic/index.cfm)>. Acesso em: 02 Jan. 2023.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Instrução elementar no século XIX**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. v. 4. O Brasil Monárquico. Declínio e Queda do Império. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. DIFEL, 1987.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **O decreto de Leôncio de Carvalho e os pareceres de Rui Barbosa em debate: a criação da escola para o povo no Brasil no século XIX**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orga) **História e memória da educação no Brasil, vol. II: século XIX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do artigo sistema colonial (séc. XVI – XVIII)**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense. 1975.

NUNES, Maria Thetis. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe, 1984.

PRIORE, Mary Del Priore; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O livro de ouro da história do Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1991.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores associados, 2013.

RIBEIRO, Maria Luísa S. **História da educação Brasileira: a organização escolar**. 3 ed. São Paulo: Moraes, 1981.

ROMALLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed.Vozes, 2005.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 21ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

VECHIA, Ariclê. **O ensino secundário no Século XIX: instruindo as elites**. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orga) **História e memória da educação no Brasil**, vol. II: século XIX. Petrópolis, RJ:Vozes, 2005.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado; RIBEIRO, Maria Luísa Santos; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

## A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO FRENTE A MENOPAUSA: UM DESAFIO FEMININO WOMEN IN THE JOB MARKET FACING THE MENOPAUSE: A FEMALE CHALLENGE

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.28.1-7

Cristiano de Assis Silva <sup>1</sup>  
Bruno de Freitas Santos <sup>2</sup>  
Edenia Brandão Santos <sup>3</sup>

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** O presente buscou identificar os principais sinais e tipos de consequências da menopausa dentro do mercado de trabalho feminino como o adoecimento psicológicos e físico. **PROBLEMA:** De que forma o desrespeito com saúde física, psíquica e emocional das mulheres que estão no mercado de trabalho pode influenciar em sua produção e desenvoltura no mercado de trabalho? **OBJETIVO:** Analisar o relato de experiência de mulheres trabalhadoras em situação fisiológica em período da menopausa. **JUSTIFICATIVA:** Construir uma nova e ampla visão, sobre o valor da mulher dentro do mercado de trabalho, mesmo diante das questões fisiológicas inerentes a sua idade e questões do climatério de ciclos hormonais desafiadores. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem aplicada e enfoque descritivo, onde foram elaborada um questionário com 8 questões estruturadas e fechadas com mulheres entre 48 e 54 anos, trabalhadoras, de várias etnias e inúmeras diversidades, estas residenciadas na região metropolitana de Vitória, no Estado do Espírito Santo, Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulher; menopausa; envelhecimento; trabalho.

### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** This study sought to identify the main signs and types of consequences of the menopause in the female labor market, such as psychological and physical illness. **PROBLEM:** How can disrespect for the physical, psychological and emotional health of women in the job market influence their production and resourcefulness in the job market? **OBJECTIVE:** To analyze the experiences of working women in a physiological situation during the menopause. **BACKGROUND:** To build a new and broader vision of the value of women in the job market, even in the face of the physiological issues inherent to their age and the climacteric issues of challenging hormonal cycles. **METHODOLOGY:** This is a qualitative study, with an applied approach and a descriptive approach, in which a questionnaire was drawn up with 8 structured and closed questions with working women aged between 48 and 54, of various ethnicities and countless diversities, living in the metropolitan region of Vitória, in the state of Espírito Santo, Brazil.

**KEYWORDS:** woman; menopause; aging; work.

---

<sup>1</sup> Pós Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769. **ORCID:** orcid.org/0000-0001-9143-4848

<sup>2</sup> Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. **E-MAIL:** brunofreitas2017@outlook.com.br. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/8624648555654769

<sup>3</sup> Graduação Em Licenciatura Em Pedagogia. Faculdade Evangélica Do Piauí, FAEPI. **E-MAIL:** edeniabrandao2011@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4237320967574964

## INTRODUÇÃO

O presente buscou identificar os principais sinais e tipos de consequências da menopausa dentro do mercado de trabalho feminino como o adoecimento psicológicos e físico. O término do ciclo fértil das mulheres está historicamente atrelado a sua capacidade reprodutiva, mas não é o fim da vida pessoal e profissional de milhares de mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho. O início de um novo processo e uma nova transição que precisa ser tratada com estudos, pesquisa e respeito. Onde vivemos situações de mulheres, atuantes que agem no corpo e no comportamento das mulheres que passam pela sociedade que ainda está pautada na violência e no machismo ao longo de toda uma história. Onde se aborda as questões da saúde física e emocional de milhares de mulheres que estão inseridas dentro do mercado de trabalho dominado em sua maioria por homens, vítimas todos os dias da omissão e ficando as margens da negligências social.

É necessário consolidar uma realidade de forma positiva, para que esse ciclo da mulher seja tratado e visto com maior respeito

Os procedimentos usados para a elaboração desse trabalho é a leitura e a pesquisa, seguida do levantamento bibliográfico de autores, que estão relacionados ao tema.

O referencial teórico dessa pesquisa está embasado nos estudos de pesquisadores, que trazem à tona essa importante discussão sobre a saúde da mulher frente ao trabalho ou profissão desenvolvida.

A coleta de dados ocorreu por meio de leitura e a releitura de obras científicas, com essa temática, sendo transcrita em ideias, que aqui foram desenvolvidas.

## PROBLEMA

De que forma o desrespeito com saúde física, psíquica e emocional das mulheres que estão no

mercado de trabalho pode influenciar em sua produção e desenvoltura no mercado de trabalho?

## OBJETIVO

Analisar o relato de experiência de mulheres trabalhadoras em situação fisiológica em período da menopausa.

## JUSTIFICATIVA

Construir uma nova e ampla visão, sobre o valor da mulher dentro do mercado de trabalho, mesmo diante das questões fisiológicas inerentes a sua idade e questões do climatério de ciclos hormonais desafiadores.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem aplicada e enfoque descritivo, onde foram elaborada um questionário com 8 questões estruturadas e fechadas com mulheres entre 48 e 54 anos, trabalhadoras, de várias etnias e inúmeras diversidades, estas residenciadas na região metropolitana de Vitória, no Estado do Espírito Santo, Brasil.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O mercado de trabalho mundo nos últimos anos e hoje ganhou o brilho, o chame e a elegância das mulheres em muitas áreas que antes era dominada somente por homens. Com isso surgem novos desafios como por exemplo a Menopausa é um período na vida da mulher em que ela para de menstruar permanentemente. E isso, implica uma certa irritabilidade que pode afeta a qualidade e a produção do trabalho nas mais diversas áreas das profissões existentes. Como apontaram Trench e Santos (2005): “Na vida das mulheres existem marcos concretos e definitivos

que sinalizam diferentes fases ou passagens de suas vidas” (p. 91)

Desse modo, é preciso que haja por partes das empresas, repartições públicas e todos os demais setores que empregam um certo olhar para essa condição, valorizando essa profissional que está inserida em funções importantes, e que no presente momento não está 100% do equilíbrio físico, sentimental e emocional.

Em termos clínicos, esse estágio da vida reprodutiva das mulheres pode inferir no humor dessas milhares de mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho, e que são peças importante na roda da economia do mercado globalizado. Silva (2006) afirmou que “o climatério e a menopausa são alguns dos processos pelos quais todas as mulheres vão passar e precisam ser compreendidos em seus sinais e sintomas” (p. 19).

A menstruação faz parte do ciclo da vida das mulheres e junto com ela podem ser acarretados vários outros sintomas, que na verdade, pode ou não dura dias ou horas. E as empresas precisam de olhar sensível para atender, acolher e respeitar essas mulheres. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (Pnad), o ano de 2023 fechou com o maior número de pessoas ocupadas desde 2012, com 100.984.563 trabalhadores ativos. Um recorde histórico também de ocupação feminina totalizando 43.380.636 mulheres, a frente de 2022 que obteve 42.675.531.

Os sintomas da menopausa, é ciclo natural da vida da mulher e algumas delas podem ou não sofrer mais com alguns incômodos, durante esse período. Desse modo, os órgãos de saúde pública feminina, deveria adotar diretrizes específicas para acolher, tratar e dar suporte necessário para essas mulheres, que se encontram fragilizadas ou vulneráveis nesse período. Silva (2006) enriqueceu a discussão sobre esse termo esclarecendo que ele advém da língua grega (kli-makter-eros), “que denota um período de vida considerado crítico” (p. 19)

Esse período precisa de uma atenção especializada, por parte dos empregadores, pois nos casos mais graves precisa de atendimento médico especializado e afastamento das suas funções empregatícias. Há casos e casos em que algumas mulheres são mais acometidas do que outras, uma vez, que cada organismo reage de certa forma. E isso que pode acontecer muitos anos antes dela).

Clinicamente em sua linguagem à menopausa em si e à pós-menopausa (quando os sintomas geralmente continuam). Trinta e quatro sintomas da menopausa são comumente identificados, alguns físicos (por exemplo, fluxos menstruais intensos ou irregulares, ondas de calor e sudorese noturna, fadiga, insônia e secura vaginal). Esse processo pode ser prejudicial para a execução do trabalho formal ou informal, que essas mulheres desempenham dentro de determinado cargo e profissão.

Alguns sintomas psicológicos podem ser desenvolvidos, tais como (por exemplo, ansiedade e depressão, problemas de memória, perda de confiança, dificuldade de concentração e foco). Isso representa, que a menopausa é um item que precisa de políticas públicas específicas para assegurar os direitos de milhares que precisam de respeito e serem compreendidas nessa fase tão delicada, e que para muitas delas podem ser um gigante desafio na execução das atividades do dia a dia.

Em algum momento durante esse período, a capacidade das mulheres de ter filhos chega ao fim” (p. 434). Para a Organização Mundial de Saúde (1996): A menopausa é a fase da vida da mulher que cessa a capacidade reprodutiva. Os ovários deixam de funcionar e a produção de esteroides e peptídeo hormonal diminui e conseqüentemente se produzem no organismo diversas mudanças fisiológicas, algumas resultantes da função ovariana e de fenômenos menopáusicos a ela relacionados e outros devido ao processo de envelhecimento. Quando se aproxima da menopausa, muitas mulheres experimentam certos sintomas, em geral passageiros e inócuos, porém não menos

desagradáveis e às vezes incapacitantes (p. 1)

A combinação de sintomas físicos e psicológicos podem acartar vários outros problemas, que podem inferir na qualidade do trabalho que essas mulheres vêm desenvolvendo ao longo da sua vida profissional. Tais sintomas podem tornar debilitantes as suas ações do dia a dia dentro e fora do trabalho.

Os sintomas da perimenopausa podem “comprometeram severamente a qualidade de vida”, de mulheres, que ainda dentro de um sistema trabalhistas governado em sua maioria por homens, sofrem com o preconceito, a discriminação e muitos tabus, difíceis de serem quebrados ao longo da história da humanidade. Mucida (2006) ressaltou que foi Charles Pierre de Gardamme, em 1816, que “menopausa” é a cessação de atividade reprodutora a partir do término da ovulação.” (p. 162).

O mercado de trabalho ao longo da história da humanidade dominada por homens machistas e que sempre enxergaram a maioria das mulheres como objetos sexuais ou meras reprodutoras de filhos não aceitam, não compreendem ou simplesmente ignoram essa fase da mulher.

Atualmente as mulheres ocupam muitos cargos de alta liderança, mas junto com tudo isso se enfrentam vários preconceitos, tabus e dificuldades para conciliar carreira de mulher funcionaria, mulher empresária, mulher esposa e o maior desafio o papel múltiplo da maternidade.

A realidade das mulheres dentro e fora dos espaços de trabalho é ainda de exclusão e de segregação social que ao longo dos anos teve avanços significativos, porem há ainda muitos retrocessos.

O mercado exige muito mais do que persistência e determinação exige a aceitação. No entanto o mercado de trabalho, ainda precisa de clausulas específicas para as questões que envolve a menopausa, para que essa

funcionária se sinta valorizada e acolhida nesse momento de sensibilidade e de mudança de humor.

a beleza como a preservação exclusiva da juventude... torna as mulheres vulneráveis ao medo de envelhecer... As pressões sociais implacáveis para manter uma aparência elegante e jovial tornam as mulheres autoconscientes a respeito de seus corpos... [e] podem ser prejudiciais para o desenvolvimento e o senso de valor próprio das mulheres de meia-idade (Lenz, 1993, pp. 26-28).

Entre os 45 e 55 anos em média, quando chega a menopausa, muitas mulheres estão no auge da carreira pessoal e profissional, uma fase que é marcada por momentos felizes, de produtivas, e de inúmeros planos pessoais e profissionais e que de certa maneira podem ser abaladas pelas questões da menopausa e de suas consequências.

O desafio da vida social, sexual e profissional é sempre intensa, e quando se trata das mulheres isso ganha maior intensidade para que as mesmas vençam os inúmeros obstáculos, que aparecem a curto, médio e longo prazo.

A menopausa afeta a rotina de trabalho e impacta na condução da carreira todos os dias de milhares de mulheres nos diferentes tipos de profissões existentes. Papalia e Olds (2000):

“há maior probabilidade de os problemas psicológicos na meia-idade serem causados pela atitude do que pela anatomia, e principalmente pela visão negativa do envelhecimento por parte da sociedade” (p. 434).

Os problemas mais comuns da menopausa podem causar irritabilidade/intolerância, falta de concentração/memória e medo. E todos, esses sentimentos são comuns a todo e qualquer ser humano, mas que nas mulheres ganham uma certa intensidade e

com agravamentos maiores e que piora a qualidade de vida dessas profissionais.

O ambiente de trabalho, por si só é carregado por elevados níveis de irritabilidade e dependendo do tipo de profissão isso, pode ganhar maior intensidade.

E dentro dessa sociedade do vai e vem, percebe-se que a irritação e a falta de paciência se tornaram problemas mundiais, e que precisam de uma atenção especializada para essas questões, que afetam a todos diretamente ou indiretamente.

O foco e a concentração no trabalho são ingredientes-chaves para a realização de toda e qualquer atividade profissional com excelência e com qualidade. O estresse causado pela situação de trabalho afeta a todos, e isso aliado com as consequências da menopausa, ficam muito mais acentuadas. Esse ciclo vicioso, vem se repetindo com danos a qualidade do trabalho e da qualidade de vida dessas mulheres, que representam a figura de guerreiras e de incansáveis lutas e batalhas por dignidade e espaço dentro de uma sociedade de poucos e para poucos.

Entretanto, as mulheres são especialmente prejudicadas. No homem, o cabelo grisalho, a pele mais áspera e os “pés-de-galinha” são com frequência vistos como indicadores de experiência e conhecimento profundo; nas mulheres, eles são binômio de ter “passado da curva”. Essas mudanças numa esposa têm maior probabilidade de afetar a responsabilidade sexual do marido a ela do que viceversa. Uma vez perdida a aparência de juventude, perdeu-se também (aos olhos de muitos homens) o valor como parceira sexual e romântica. (Papalia & Olds, 2000, p. 437).

Estudos recentes têm revelado, que a menopausa é um atestado de incapacidade física e mental, o que deixa a mulher vulnerável a várias situações do dia a dia no trabalho e da vida doméstica em meio a tantos desafios a serem enfrentados e encarados todos os dias. Isso, implica que falta uma certa

compreensão e entendimento por parte de todos que lidam diretamente ou indiretamente com esse público todos os dias.

A ansiedade, a instabilidade emocional, as dificuldades de concentração e, conseqüentemente, menos produtividade afeta a todos, no entanto o público feminino enfrenta em todos os ciclos da vida produtiva e reprodutora esse turbilhão de sentimentos e de sensações, sob uma ótica diferenciada e com maior peso.

Ao envelhecemos, seja na vida pessoal ou na vida profissional e quando se trata das muitas mulheres, isso pode ganhar dimensões diferentes dentro ou fora do mercado de trabalho. A menopausa e os seus efeitos, não é uma escolha é uma condição que é inevitável no corpo feminino, onde em algumas mulheres tem maiores impactos com marcas profundas.

O declínio de determinados hormônios, são capazes de desencadear vários distúrbios e comportamentos nas ações e no comportamento das mulheres em específicos. Tais, sintomas dessa fase provocam, dezenas de efeitos físicos e emocionais indesejados, mas têm tratamento medicamentoso nos casos mais graves, em que essas mulheres precisam de maior atenção e intervenção para se sentir bem e realizar suas profissões.

Depois de acometidas por tais efeitos é possível sim recuperar a qualidade de vida, a saúde e viver produtivamente após o início, durante e o término da menopausa. Que precisa ser encarada com respeito e sensibilidade, e acima de tudo com conhecimento na área. Um período inevitável da condição feminina, mas totalmente controlável, e que os órgãos e as repartições públicas em que as mulheres, estão inseridas precisam de serem compreendidas. “as mulheres nessa época estão passando por mudanças nos papéis, relacionamentos e responsabilidades” (Papalia & Olds, 2000, p. 434)

A carreira profissional das mulheres não pode ser medida e nem calculada por condição física ou hormonal. A menopausa não desqualifica o papel e a função das mulheres dentro do mercado de trabalho, o

maior vilão aqui é o desrespeito, a ignorância e a negligência frente a todo esse estado.

É ressignificar os conceitos que foram criados em cima da menopausa e a partir daí criar possibilidades de valorizar essas importantes profissões exercidas com tanto afino, sensibilidade e charme por milhares de mulheres que estão inseridas dentro desses diferentes tipos de mercado.

O futuro da mulher no mercado de trabalho, podem até parecer ser incerto em muitas realidades, porém vitórias significativas já foram alcançadas. O que precisa são de novas perspectivas, onde a própria se defina como independentemente das condições sociais, dos tabus e dos muitos estereótipos.

Tomar novas rédeas da própria vida e da própria carreira da mulher é necessário para que sejam traçadas novas diretrizes para a valorização e para o real papel da mulher dentro desse novo mercado de trabalho.

O preconceito, os estereótipos e tabus envolvidos no mercado de trabalho feminino sempre existiram, pois historicamente e culturalmente falando fomos moldados e lapidados, dentro de uma sociedade de domínio dos homens autoritários e egoístas. Papalia e Olds (2000),

“há maior probabilidade de os problemas psicológicos na meia-idade serem causados pela atitude do que pela anatomia, e principalmente pela visão negativa do envelhecimento por parte da sociedade” (p. 434).

A menopausa não pode ser uma barreira, mas precisa ser um degrau para subir de nível na categoria do respeito e da desvalorização do público feminino frente a tantas situações contraditórias e adversas.

A idade, o envelhecimento e o declínio gradual de hormônios, como estrogênio, progesterona e testosterona, para as mulheres são barreiras difíceis de serem superadas e vencidas. O início de inúmeras

batalhas hormonais e históricas, que juntas formam uma guerra com várias fases e ciclos.

A menopausa é atingida no auge de toda força e garra da mulher, que junto com elas surgem várias mudanças comportamentais que irão impactar positivamente ou negativamente no mercado de trabalho.

Ainda assim, cerca de 1% de mulheres passam pela menopausa antecipadamente (antes de 45 anos) ou pela menopausa precoce (antes dos 40 anos). E para a empresa, o órgão de trabalho em que ela está inserida precisa do tratamento e acolhimento adequado para essas condições. “lutará com unhas e dentes para os conservar; lutará também ferozmente, se seus desejos sexuais continuarem vivos” (Beauvoir, 1949/2009, p. 764).

A menopausa no contexto brasileiro, é ainda amplamente vista com muito preconceito e inúmeros outros tabus, que nos cercam de diferentes formas e maneiras, com marcas profundas no físico e no psicológico.

Em termos de diferenças, culturais muitas mulheres na América Latina atingem a menopausa, em média, entre um e três anos mais cedo (Silva & Tanaka, 2013). E com isso, muitos novos problemas surgem numa longa escala de outros problemas que funcionam como um efeito dominó, onde não se tem uma política pública dentro da área da saúde pública, que deem uma assistência e um amparo legal para essas condições, que são tão específicas e particulares de cada um. Trench e Santos (2005) chamam atenção para o fato de a sintomatologia associada a esse período determinado pela OMS (1996) de menopausa poder ser relativizado, uma vez que essa se desenvolverá perante parâmetros sociais, econômicos, culturais e étnicos bastante distintos, o que torna difícil as intervenções.

De acordo com Blümel et al. (2012) a irregularidade menstrual pode ocasionar uma menopausa com graves problemas, e que podem afetar

as relações sociais e empregatícias, tornando-se um transtorno para o empregado e para o empregador.

Entre as mulheres brasileiras, europeias e asiáticas tais sintomas são “atípicos”, e que nas maiorias das vezes não interfere na qualidade do trabalho e nos comportamentos sociais, mas em outras realidades pode ser mal entendido como uma variação de comportamentos, que se expressam na forma de irritabilidade, depressão e ansiedade, e físicos, como dores musculares e nas articulações e exaustão (Silva & Tanaka, 2013).

O próprio contexto sociodemográfico, econômico e cultural em que essas mulheres vivem podem ser uma forma de violência contínua e histórica e que pode trazer uma realidade de cicatrizes bem profundas no físico e no espiritual delas (Silva & Tanaka, 2013, p. 68). Os fatores contextuais relacionados, que se repetem na literatura incluem a baixa educação e o baixo patamar.

Outros pontos também precisam ser levados em consideração como os socioeconômicos, assim como variáveis geográficas, como as altas altitude e temperatura - todas elas colaboram para intensificar os sintomas, o que precisam de uma atenção específica para os casos mais graves e preocupantes (Barazzetti et al., 2016).

Essas descobertas dentro da saúde pública, servem de suporte para se traçar novas diretrizes para o mercado de trabalho, que ainda trata a mulher com certo desprezo e negligência, e com enormes resistências que são culturais e históricas em aceitar tais mulheres no mercado de trabalho, que anteriormente eram dominados por homens.

“A crise da menopausa corta em dois, brutalmente, a vida feminina; é essa descontinuidade que dá à mulher a ilusão de uma “vida nova”; é outro tempo que se abre diante dela” (Beauvoir, 1949/2009, p. 764).

As questões fisiológicas da menopausa em níveis flutuantes de hormônios que estão numa explosão imensa, precisa de intervenções para oferecer a essas mulheres uma vida com maior qualidade e respeito. (Atkinson, Beck, Brewis, Davies, & Duberley, 2021, p. 51).

Já, as mulheres das camadas sociais menos favorecidas e com menor nível socioeconômico e baixos níveis de escolaridade, sofrem ainda mais, por não terem o tratamento devido para as condições de saúde que podem ser agravadas em níveis maiores (Amaral et al., 2018, 2019).

A interrupção no trabalho em decorrência de ondas de calor e sudorese noturna, não é bobagem, nem besteira como muitos ignorantes ainda enxergam essas mulheres, que nesse ciclo precisam de cuidados e uma certa sensibilidade nesse período tão difícil complexo. A Blümel et al. (2011).

Prescrever tratamento medicamentoso pode ser uma saída para muitas dessas mulheres, que precisam apoiar e de demais redes parceiras como o trabalho e própria família, em especial os conjugues. (Hillman, Shantikumar, Todkill e Dale 2020).

Quando a ciência se detém a falar da menopausa, seu discurso não almeja outra coisa: controlá-la e silenciá-la. Não obstante a reposição hormonal, controlando muitos dos efeitos da menopausa, não pode anular a incidência desse significativo sobre os sujeitos. (Mucida, 2006, p. 163)

Os tratamentos podem vir na forma de adesivos cutâneos. Pílulas que se propagam como poderosas, para oferecer uma certa qualidade e alívio para que elas consigam desenvolver as suas respectivas funções dentro de cada profissão.

Para Giron, Fonsêca, Berardinelli e Penna (2012) a transição da menopausa pode ser especialmente difícil, complexas e carregadas de enormes transtornos e marcas que podem deixar cicatrizes amargas durante a vida dessa mulher.

Desse modo, as cargas exaustivas de trabalho e as rotinas física e psicológica extenuantes podem ser gigantes desafios para essas guerreiras, que estão inserida dentro e no mercado de trabalho, mesmo com tantas situações adversas e machistas que acompanham ao longo da humanidade” (Giron et al., 2012, p. 746).

Para Fonsêca et al. (2014), a qualidade de vida de mulheres de maneira mais ampla e duradoura torna-se um desafio dentro de um período tão difícil e conturbado, com isso, o contexto laboral não é o foco central. O número de entrevistadas é também baixo, mesmo para um projeto qualitativo.

Em que ao trabalhar em determinadas funções isso pode se agravar para serviços frequentemente, de baixo status e precariamente remunerados, como uma saúde que, não lhe dá o suporte necessário para uma vida mais tranquila. Os serviços sociais de saúde básica precisam de maior qualificação e assistência para o apoio, orientação e, reparos da saúde duradoura dessas mulheres (Silva, 2019).

Os sintomas visíveis como fluxos intensos durante a menstruação, ondas de calor, esquecimento ou irritabilidade, dificuldades pontuais no trabalho não podem ser tratadas como bobagens mais com respeito por parte de todos os que estão envolvidos dentro do processo, desde a família até o grupo de trabalho (Atkinson, Carmichel, & Duberley, 2021;)

Os locais de trabalho podem se tornar os piores lugares, especialmente quando próximos a alta temperatura, umidade, ambientes secos ou malventilados, ruídos, falta de acesso à água potável refrigerada, uniformes ou roupas de trabalho pesados, restritivos e/ou sintéticos e instalações sanitárias precárias, bem como atividades fisicamente exigentes. Todo esse cenário precisa de estudos e de assistência médica e de outros profissionais que trabalham em concomitância com essas importantes áreas da saúde feminina, na forma de políticas públicas, para que elas têm uma certa qualidade e dignidade dentro do trabalho. (Putnam & Bochantin, 2009).

Seja, no trabalho no setor informal, forma os problemas apareceram cedo ou tarde mesmo em meio a um turbilhão de sentimentos, em acoes e de hormônios. A própria constituição Federal dentro das leis trabalhistas precisam dar essa proteção trabalhista em tal contexto de exclusão, segregação e machista e incompreensão social.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

**PERGUNTA 1.** Você sentiu em seu local de trabalho algum tipo de indisposição devido a menopausa?

Segundo o Ministério da Saúde 2008, apesar da diminuição nas taxas de estrogênio ser um fator constatado entre mulheres que passam pela menopausa em diferentes partes do mundo, na Ásia e na África tal fenômeno não apresenta qualquer manifestação clínica. Este panorama coloca em questão a universalidade da prescrição da reposição hormonal para tratar tantos sintomas diferentes, que vão desde fogachos, labilidade emocional, baixa autoestima, dificuldade para tomar decisões, insônia e até a perda de memória. Das 5 entrevistadas, 100% relatam que sentiram várias indisposições no trabalho.

**PERGUNTA 2.** No seu trabalho sentiu sintomas da menopausa como: calor, frio ou irritação?

Das 5 entrevistadas, 100% relatam que sentiram vários sintomas no trabalho sendo estes e outros. A complexidade de modos de envelhecer no corpo feminino é reduzida ao hormônio estrógeno. Isso significa que a condição da mulher se torna limitada a seus hormônios, cuja ausência ou diminuição traduz a incapacidade de a mulher cumprir o seu papel que, além da fertilidade, é o de dar prazer ao homem. A mulher é representada nos discursos de verdade, a partir de então, por uma série de sintomas associados à falta de hormônios: irritabilidade, perda do “desejo sexual”, um corpo pouco atraente que perde a viscosidade e se resseca (TÓTORA, 2008).

**PERGUNTA 3.** No seu trabalho sentiu-se emotiva ou chorosa em momentos fisiológicos da menopausa?

Na menopausa, com a falência ovariana, se estabelece um novo ciclo em que se manifestam condições fisiológicas importantes. Portanto, a menopausa não é uma doença, mas pode desencadear sinais e sintomas que necessitam de controle e avaliação, visando garantir a qualidade de vida no processo de envelhecimento feminino (Lorenzi, Catan, Moreira & Àrtico, 2009; Ferreira, Chinelato, Castro & Ferreira, 2013). Das 5 entrevistadas, 80%, ou seja, 4 mulheres relatam que se sentiram extremamente emotivas e chorosas por pequenos motivos ou até mesmo banais, mas que a emoção e sensibilidade ficam afloradas nesse período.

**PERGUNTA 4.** Você procurou ginecologista para atendimento diante da menopausa?

Das 5 entrevistadas, 100% relatam que marcaram consultas e tiveram que se afastar do trabalho no dia da consulta por algumas horas. O corpo das mulheres é compreendido como hormonal, logo, a diminuição dos hormônios na velhice seria causa de diferentes problemas de saúde (Martin, 1997). Enquanto a oscilação hormonal natural do corpo da mulher se configura como um problema médico, a reposição hormonal é apresentada como solução. Os hormônios, então, aparecem não como elemento que promove a volta do fluxo do sangue, mas aquele que retoma o equilíbrio do corpo feminino. No diálogo reproduzido a seguir, um médico enumera diferentes transtornos provocados pela diminuição dos hormônios durante o processo da menopausa e explica como a reposição hormonal poderia tratar cada um deles.

**PERGUNTA 5.** Realizou reposição hormonal?

Os hormônios, quando não estão bem “balanceados”, provocariam calores, problemas na libido, osteoporose, problemas cardíacos, secura vaginal etc., o que induz a busca por orientação médica para que o corpo alcance novamente o equilíbrio supostamente perdido com a

menopausa e o processo de envelhecimento. Assim, a terapia de reposição hormonal teria a capacidade de trazer de volta a juventude perdida, retardando o envelhecimento. A medicalização da menopausa abriu um enorme mercado para a indústria farmacêutica, e com isso, os efeitos da menopausa se transformaram em defeitos (Medeiros, 2004; Oudshoorn, 1994). Das 5 entrevistadas, 100% relatam que fizeram reposição de hormônios para melhoria dos sintomas do climatério.

**PERGUNTA 6.** Fez acompanhamento com Enfermeiros para palestra e entendimento da menopausa?

Das 5 entrevistadas, 100% não fizeram e relatam que evitaram se ausentar por motivo e medo de sofrer consequências e problemas no trabalho. O enfermeiro, por ter mais contato e mais oportunidades de conviver com as mulheres, nos momentos da prevenção do câncer do colo do útero e da mama, pode atuar com mais condições para orientá-las em todas as etapas da vida (BERNI E KOHLRAUSCH, 2007).

**PERGUNTA 7.** Fez acompanhamento nutricional para melhorar sintomas da menopausa?

Os benefícios de uma boa alimentação durante a menopausa vêm assumindo expressiva importância, uma vez que esta fase compreende um período relativamente longo na vida da mulher e um acompanhamento nutricional correto parece possuir um papel fundamental sobre sua saúde. Além disso, a literatura científica tem demonstrado a relação de determinados padrões alimentares com a saúde do indivíduo, tanto como fator de proteção quanto de risco para comorbidades (Hoffmann, et al., 2015). Das 5 entrevistadas, 100% não fizeram e relatam que evitaram se ausentar por motivo e medo de sofrer consequências e problemas no trabalho.

**PERGUNTA 8.** Fez acompanhamento psicológico?

Das 5 entrevistadas, 100% não fizeram e relatam que evitaram se ausentar por motivo e medo de sofrer consequências e problemas no trabalho. Segundo

Bayer, 2012, neste fragmento da campanha, a menopausa é descrita como um período conturbado e perigoso para a vida da mulher. Apesar de mudanças nos afetos, irritabilidade, depressão e ansiedade serem relatadas em diferentes períodos da vida de mulheres e homens, não é incomum que sejam associadas tanto à tensão pré-menstrual (TPM) quanto à menopausa. Nessa lógica, a oscilação dos hormônios está associada ao equilíbrio físico e emocional da mulher.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A menopausa constitui para a realidade da mulher, mas que precisa ser encarada e tratada com respeito por meio da sociedade, do ambiente de trabalho, por seus parceiros e por si mesma, sendo um período que é demarcador biopsicossocial do envelhecimento, na medida em que tanto as mulheres que já haviam passado por esse período, e que pode ser tão difícil e complexo de ser encarado e desafiado todos os dias. Uma fase que atravessavam todos os demais ciclos da vida da mulher dentro e fora do mercado de trabalho. Onde é vivenciado em termos de mudanças corporais, traduzidas pelas marcas deixadas pelo envelhecimento, e acompanhadas de muitos outros sintomas como a depressão e um turbilhão de novos sentidos que precisam ser ressignificados por mesma e pelos próprios órgãos de saúde feminina. As mulheres tem o desafio de não apenas lidar com a questão da decrepitude do corpo e da finitude, mesmo em com os preconceitos e com as muitas violências que a cerca. Desse modo, quando o envelhecimento, a menopausa e o mundo do trabalho são degraus a serem vencidos fisicamente, instaura-se através das transformações corporais, impõe limitações às realizações pessoais até então possíveis.

A partir do que foi investigado e exposto, ficou evidenciado que, no presente tempo da sociedade feminina dentro do mercado de trabalho, há ainda a muito ser feito e desconstruídos ao longo da história, tendo

como base o respeito a figura da mulher frente a tantas posições que a mesma ocupa da vida pessoal e profissional, vale ressaltar que é importante procurar ajuda de profissionais essenciais para o diagnóstico, tratamento para melhoria de sintomas e questões alimentares e de cunho psicológico, além de informações primordiais para o saber lidar, acompanhar e melhorar diante do quadro fisiológico da menopausa.

### REFERÊNCIAS

AMARAL, I. C. G. DE A., BACCARO, L. F., LUI-FILHO, J. F., OSIS, M. J. D., ORCESI, A., & Costa-Paiva, L. **Fatores associados ao conhecimento sobre menopausa e terapia hormonal em mulheres brasileiras de meia-idade: inquérito domiciliar de base populacional.** Menopausa, 2018

AMARAL, I. C. G. DE A., BACCARO, L. F., LUI-FILHO, J. F., OSIS, M. J. D., ORCESI, A., & Costa-Paiva, L. **Opiniões e principais fontes de informação sobre a menopausa entre mulheres brasileiras de meia-idade.** Menopausa, 2019

ATKINSON, C., BECK, V., BREWIS, J., DAVIES, A., & DUBERLEY, J. **Menopausa e local de trabalho: novos rumos na pesquisa e na prática de RH.** Diário de Gestão de Recursos Humanos, 2021.

ATKINSON, C., CARMICHAEL, F., & DUBERLEY, J. **O tabu da menopausa no trabalho: examinando as experiências incorporadas das mulheres na menopausa na força policial do Reino Unido.** Trabalho, Emprego e Sociedade, 2021

BARAZZETTI, L., PATTUSSI, MP, GARCEZ, A. S., MENDES, K. G., THEODORO, H., Paniz, V. M., & Olinto, M. T. A. **Distúrbios psiquiátricos e sintomas da menopausa em mulheres brasileiras.** Menopausa, 2016.

Bayer 18 de outubro - **Dia Mundial da Menopausa.** [Arquivo de vídeo]. 2012. <https://www.youtube.com/watch?v=kQ-tZWkmgSg> acesso em 24/06/2024.

BERNI, N.I. O.; LUZ, M. H.; KOHLRAUSCH, S. C. **Conhecimento, percepções e assistência á saúde da mulher no climatério.** Revista Brasileira de Enfermagem v.60, n.3, Mai/Jun., 2007.

BLÜMEL, J. E., CHEDRAUI, P., BARON, G., BELZARES, E., BECOSME, A., CALLE, A., ... Valjejo, M. S. **Um grande estudo multinacional sobre a duração da prevalência**

**dos sintomas vasomotores e o impacto na qualidade de vida em mulheres de meia-idade.** Menopausa, 2011

BLÜMEL, J. E., CHEDRAUI, P., BARON, G., BELZARES, E., BECOSME, A., CALLE, A., ... Vallejo, M. S. **Os sintomas da menopausa aparecem antes da menopausa e persistem 5 anos depois: uma análise detalhada de um estudo multinacional.** Climatério, 2012

BUTLER, C. **Gerenciando a menopausa através do “trabalho de abjeção”: quando os seios podem se tornar embaraçosamente úteis, novamente.** Trabalho, Emprego e Sociedade, 2020.

BEAUVOIR, S. **A velhice.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira. Beauvoir, S. O segundo sexo (S. Milliet, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Original publicado em 1949), 1990.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa.** 2008. <https://bit.ly/3h9Oqk7> » <https://bit.ly/3h9Oqk7>, acesso em 24/06/24.

CHEDRAUI, P., BLÜMEL, J. E., BARON, G., BELZARES, E., BECOSME, A., CALLE, A., ... VALLEJO, M. S. **Qualidade de vida prejudicada entre mulheres de meia idade: um estudo multicêntrico latino-americano.** Maturitas, 2008.

Ferreira, V.N., Chinelato, R.S.C., Castro, M.R., & Ferreira, M.E.C. **Menopausa: Marco Biopsicossocial do Envelhecimento Feminino.** Psicol. Soci., 2013.

FONSÊCA, T. C., GIRON, M. N., BERARDINELLI, L. M. M., & PENNA, L. H. G. **Qualidade de vida de profissionais de enfermagem climatérica.** Reverendo René, 2014

GIRON, M. N., FONSÊCA, T. C., BERARDINELLI, L. M. M., & PENNA, L. H. G. **Repercussões do climatério entre enfermeiras: um estudo exploratório.** Online Revista Brasileira de Enfermagem, 2012.

GRIFFITHS, A., COX, S., GRIFFITHS, R., & WONG, V. **MULHERES POLÍCIAS: ENVELHECIMENTO, TRABALHO E SAÚDE.** Relatório para a Associação Britânica de Mulheres Policiais, Instituto de Trabalho, Saúde e Organizações, Universidade de Nottingham, Reino Unido. 2006.

HIGH, RV e MARCELLINO, P. A. **Mulheres na menopausa e o ambiente de trabalho.** Comportamento Social e Personalidade, 1994.

HILLMAN, S., SHANTIKUMAR, AR, TODKILL, D., & DALE, J. **Status socioeconômico e prescrição de TRH: um estudo de dados em nível de prática na Inglaterra.** Jornal Britânico de Prática Geral, 2020.

Hoffmann, M. et al. **Padrões alimentares de mulheres no climatério em atendimento ambulatorial no Sul do Brasil.** Ciência & saúde coletiva, v. 20, 2015. [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232015000501565&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232015000501565&lng=pt&tlng=pt). Acesso em 24.06.24

KITTELL, LA, MANSFIELD, PK e VODA AM. **Manter as aparências: o processo social básico da transição da menopausa.** Pesquisa Qualitativa em Saúde, 1998.

KRONENBERG, F. **Ondas de calor: Epidemiologia e fisiologia.** Anais da Academia de Ciências de Nova York, 592, 52-86. doi: 10.1111/j.1749-6632.1990.tb30316.1990.

LENZ, E. **Mirror, mirror...: One woman's reflections on her changing image.** Modern Maturity, 1993.

LORENZI, D.R.S., CATAN, L.B., MOREIRA, K., & ÀRTICO, G.R. **Assistência à mulher climatérica: novos paradigmas.** Rev Bras Enferm. 2009.

MARTIN, E. **Medical metaphors of women's bodies: menstruation and menopause.** In K. Conboy, N. Medina & S. Stanbury (Orgs.), Writing on the body: female embodiment and feminist theory. Columbia University Press. 1997.

MEDEIROS, P. F. **A diversidade em saúde para corpos femininos.** In: M. N. Strey & S. T. L. Cabeda (Orgs.), Corpos e subjetividades em exercício interdisciplinar (pp. 267287). EDIPUCRS. 2004.

MUCIDA, A. **O sujeito não envelhece: psicanálise e velhice.** (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

PRUSA, A., & PICANÇO, L. (EDS.). **Um Instantâneo da Situação da Mulher no Brasil,** Washington, EUA: Brazil Institute - Wilson Center. 2019.

PUTNAM, LL E BOCHANTIN, J. **Corpos de gênero: Negociando normalidade e apoio.** Pesquisa em Negociação e Gestão de Conflitos, 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Investigaciones sobre la menopausia em los años noventa (Serie de Informes Técnicos, Vol. 866).** Ginebra: Author. 1996

OUDSHOORN, N. **Beyond the natural body: an archeology of sex hormones** Routledge. 1994.

PAPALIA, D. E. & OLDS, S. W. **Desenvolvimento humano** (D. Bueno, Trad., 7ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2006.

PAPALIA, D. E., Olds, S. W., & Feldman, R. D. **Desenvolvimento humano** (D. Bueno, Trad., 8ª ed.). Porto Alegre: Artmed. 2006.

REIS, A. P. M. BARBOSA et al. **Inscrições corporais e menopausa: signos da “meia-idade” numa perspectiva antropológica.** (Orgs.), Interfaces – Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva (pp. 207-243). Campinas, SP: Ed. da UNICAMP. 1999.

SILVA, R. B. R.. **A mulher de 40 anos: sua sexualidade e seus afetos.** Belo Horizonte: Gutenberg. 2006.

SILVA, A. R. DA, & TANAKA, A. C. D’A. **Fatores associados à gravidade dos sintomas da menopausa em mulheres brasileiras de meia-idade da Amazônia Ocidental brasileira.** Maturitas, 2013.

SILVA, M. C. **Racismo contemporâneo, sexismo e trabalho escravo.** In: Prusa, A. e Picanço, L. (eds) Um Instantâneo da Situação da Mulher no Brasil 2019, Washington, DC.: Wilson Center, pp.

TÓTORA, S. **Apontamentos para uma ética do envelhecimento.** Revista Kairós, 2008.  
<https://bit.ly/3l4JnCR> » <https://bit.ly/3l4JnCR>, acesso em 24/06/24.

TRENCH, B. & SANTOS, C. G. **Menopausa ou menopausas?** Saúde e Sociedade, Janeiro/abril, 2005.

VÉLEZ, MP, ALVARADO, BE, SENHOR, C., & ZUNZUNEGUI, M. V. **Adversidades socioeconômicas ao longo da vida e idade da menopausa natural em mulheres da América Latina e do Caribe.** Menopausa, 2010.

## EDUCAÇÃO BRASILEIRA: ROMPENDO BARREIRAS, VIVENCIANDO A INCLUSÃO BRAZILIAN EDUCATION: BREAKING DOWN BARRIERS, EXPERIENCING INCLUSION

ISSN: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.28.1-8

Eliene Maria Vieira dos Santos<sup>1</sup>  
Betijane Soares de Barros<sup>2</sup>

### RESUMO

Sabe-se que a inclusão social de pessoas com deficiências tem em seu significado uma participação social, econômica e política, para assim, ter seus direitos perante a sociedade efetivados. A inclusão social demanda um processo que acontece de maneira gradativa, seja com avanços ou até mesmo com retrocessos, isso ocorre devido aos hábitos, costumes e preconceitos vindos desde os tempos mais antigos. Com a inserção da população na era digital, os ganhos nesse campo aumentaram significativamente contribuindo para o desenvolvimento de tecnologia e soluções para que essa inserção aconteça de maneira acolhedora e tranquila para todos, sejam eles (alunos) deficientes ou não, uma vez que essa tecnologia atrai e dinamiza as relações no âmbito da sala de aula, tornando o ambiente mais agradável e propício para o desenvolvimento, principalmente das crianças que possuem alguma deficiência.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação; inclusão; tecnologia.

### ABSTRACT

It is known that the social inclusion of people with disabilities means social, economic and political participation, so that their rights in society are realised. Social inclusion requires a process that happens gradually, either with advances or even setbacks, due to habits, customs and prejudices that date back to ancient times. With the insertion of the population into the digital age, the gains in this field have increased significantly, contributing to the development of technology and solutions so that this insertion can happen in a welcoming and peaceful way for everyone, whether they (students) are disabled or not, since this technology attracts and dynamises relationships within the classroom, making the environment more pleasant and conducive to development, especially for children who have a disability.

**KEYWORDS:** education; Inclusion; technology,

<sup>1</sup> Especialização em Psicopedagogia Institucional Faculdade Santa Helena, FSH. Graduação em Pedagogia pelo Centro Universitário CESMAC, FEJAL. **E-MAIL:** [evsantos@gmail.com](mailto:evsantos@gmail.com). **CURRÍCULO LATTES:** [lattes.cnpq.br/3636517308522498](http://lattes.cnpq.br/3636517308522498)

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Educação pela Faculdade de Ciências, Letras e Educação do Paraná, FACLE. Mestrado em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas, UFAL. Especialização em Neuropedagogia pela Universidade Paulista, UNIP. Graduação em Biologia(ciências) pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde AESA/CESA, AESA/CESA. **E-MAIL:** [bj-sb@hotmail.com](mailto:bj-sb@hotmail.com). **CURRÍCULO LATTES:** [lattes.cnpq.br/4622045378974366](http://lattes.cnpq.br/4622045378974366)

## INTRODUÇÃO

Com o crescimento da inserção da sociedade na era digital, o potencial das tecnologias de mídia para promover o desenvolvimento e a inclusão social tem sido globalmente reconhecido e explorado. Entretanto, enquanto avanços nas tecnologias de informação e comunicação têm permitido o surgimento de novas visões de sociedade e novas maneiras de interação, gerando conhecimento e participação social, estudos apontam que o progresso da sociedade da informação no Brasil tem sido mais devagar do que em outros países que têm explorado de forma mais efetiva a utilização dessas tecnologias como meio de desenvolvimento (NAZARENO; BOCCHINO; MENDES; PAZ FILHO, 2006).

Em nossos dias é possível observar com frequência da utilização do termo inclusão nos discursos, e nestes estão distantes a realidade vivenciada na educação e na sociedade brasileira. A inclusão social e educacional de pessoas com deficiência significa expandir seus horizontes, tornando-as efetivamente participantes da vida social.

No entanto, inclusão social é um tema que tem ficado em segundo plano por parte da ciência tradicional, que se caracteriza por apoiar-se no desenvolvimento de modelos definidos para os fenômenos estudados, abandonando toda uma área de desenvolvimentos tecnológicos voltados para a inclusão social ainda por progredir. A complexidade nas tecnologias sociais dar-se porque as mesmas devem ser desenvolvidas através de projetos mais abrangentes e contextualizados, situados em contextos sociais reais que integram questões de avanço tecnológico com questões de desenvolvimento humano, social, econômico e cultural. (AKHRAS, 2011).

Além disso, inclusão social é um problema multifacetado, multidisciplinar e complexo, que está longe de possuir o mesmo tipo de base formal que outras disciplinas científicas alcançaram. No entanto, as linguagens formais da tecnologia da informação

utilizadas por disciplinas que abordam temas sociais com um enfoque formal, como ciência cognitiva e inteligência artificial, podem oferecer um ponto de partida para a construção de uma base formal para apoiar o projeto e a análise de sistemas de inclusão social (AKHRAS, 2010).

Esses sistemas envolvem processos de participação, mediação e interação nos quais cognição e aprendizado são situados em contextos socioculturais mais amplos e a noção de comunidade de aprendizado se torna central.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertações, teses e bibliográficas virtuais.

## INCLUSÃO SOCIAL

Sabemos como é difícil pensar que pessoas são excluídas do nosso meio social em razão das características que possuem, seja uma perna mais curta que a outra ou uma dificuldade de aprendizado, por ter autismo e outras deficiências. São pessoas que muitas vezes já nascem com estas características e não conseguem mudar isso, então não é justo que sejam discriminados por isso, ou até mesmo tratados com desigualdade por terem estas características. Para tanto, a inclusão social é o que defende o direito destas pessoas, ou seja, é um conjunto de meios e ações efetivas que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pela falta de classe social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. Inclusão Social é oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos.

A inclusão social dar-se por meio da conquista do espaço social através das interações que acontecem no interior dos grupos sociais contando com as pessoas que sejam ativamente participativas e produtivas dentro da sociedade, isso significa uma participação efetiva na escola, no lazer como também no trabalho. Esta é uma condição esperada pelos indivíduos com algum tipo de deficiência e por todos aqueles que se sentem excluídos do processo produtivo, privados do direito à educação, saúde, moradia e lazer. (BONETI, 1997)

Apesar de sabermos que pessoas são excluídas do meio social em razão das características físicas que possuem como cor da pele, cor dos olhos, altura, peso e formação física. Já nascemos com essas características e não podemos de certa forma, ser culpados por tê-las. Sabemos também que a inclusão está para as pessoas que não possuem oportunidades iguais dentro do contexto social. Porém os excluídos socialmente são também os que são desprovidos de condições financeiras dentro dos padrões impostos pelo sistema, além dos idosos, os negros e as pessoas com deficiências físicas, como cadeirantes, deficientes visuais, auditivos e mentais. Vale ressaltar ainda que, hoje contamos com as leis específicas para cada área, como a das cotas de vagas nas universidades, em relação aos negros, e as que tratam da inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

O mundo sempre esteve fechado para mudanças, em relação a essas pessoas, porém, a partir de 1981, a ONU (Organização das Nações Unidas) criou um decreto tornando tal ano como o Ano Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiências (AIPPD), época em que passou-se ao perceber que as pessoas com alguma deficiência eram também merecedoras dos mesmos direitos que os outros cidadãos. (FERREIRA, PINHEIRO E VALÉRIO, 2014, p. 885)

## INCLUSÃO NA ESCOLA

Ao analisarmos de forma contextualizada a história da educação especial, percebemos que a mesma teve seu início traçado no século XVI, através dos profissionais da medicina e da pedagogia que, ao contrário dos conceitos que imperavam na época, davam crédito as possibilidades de indivíduos até então considerados ineducáveis. Levando em consideração de maneira mais específica o aspecto pedagógico, onde a educação formal era direito de poucos, esses pioneiros realizaram seus trabalhos construindo as bases tutoriais. (MENDES, 2006)

No cenário do século XVI, a segregação dos divergentes era considerada a melhor opção, instituições como asilos e manicômios foram difundidas como a melhor forma de proteção para a sociedade e os próprios diferentes, resultando em um confinamento “protetor”. Apesar disso, apenas no século XIX, a evolução asilar paralela a criação institucional da escolaridade obrigatória e a falta de capacidade da escola em responsabilizar-se pela aprendizagem de todos os alunos, originou as classe especiais para onde os alunos com mais dificuldade eram encaminhados. (MENDES, 2006)

Os crescentes avanços na educação inclusiva foram construídos à passos lentos. O percurso histórico dessa vereda educacional demonstra quanto já evoluímos e o quanto ainda precisamos evoluir se levarmos em consideração o processo inclusivo em sua totalidade, de acordo com a realidade das escolas de hoje, que ainda possuem grande dificuldade de entender a dinâmica da proposta inclusiva.

De acordo com Dutra e Santos (2010) os movimentos sociais do século XX, influenciaram diretamente o contexto atual da inclusão:

A partir de meados do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer

desse período histórico, fortalece-se a crítica às práticas de categorização e segregação de alunos encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares.

Na última década, educadores e pais têm, de forma isolada, buscado promover e implementar a inclusão nas escolas, de pessoas com algum tipo de deficiência, visando o resgate do respeito humano e da dignidade, dando a possibilidade do desenvolvimento total e a acessibilidade à todos os recursos da sociedade. Sendo assim, movimentos nacionais e internacionais têm buscado o consenso para a formatação de uma política de integração e de educação inclusiva. (MACIEL, 2000)

Segundo conceitos oriundos do Ministério da Educação/ Secretaria da Educação Especial (BRASIL, 2006), é importante enfatizar que a deficiência deve ser vista como uma diferença que pertence à diversidade e não pode ser omitida, pois “ela interfere na forma de ser, agir e sentir das pessoas”. Dessa forma, para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que “as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” (BRASIL, 1994).

Com a evolução jurídico-institucional do País, a Carta Magna (BRASIL, 1988a) institui no Artigo 227º:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-la a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (p.148)

No que diz respeito à educação, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) enfatiza que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, determinando a seguir os deveres específicos do Estado: ensino fundamental, obrigatório, gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; oferta de ensino noturno regular, adequando às condições do educando; atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (p. 137-138)

Diante desses pressupostos, vários fatores são ofertados para contribuir de forma eficiente para o desenvolvimento sócio-educativo dos indivíduos com deficiência. Se faz necessário que haja a implementação de políticas públicas de qualidade e aplicadas de forma responsável. Pois a garantia dada pela lei, diverge na prática do que está escrito. Esforços isolados é a forma mais comum que podemos observar a inclusão. Não obstante devemos ressaltar a importância da participação do estado, dos educadores, dos pais e da sociedade na construção efetiva e permanente de uma realidade sem a exclusão das pessoas com deficiência.

Segundo Marciel (2000) o olhar atual sobre as diferenças deve ser superado, uma vez que a capacidade de superação deve ser destacada:

A falta de conhecimento da sociedade, em geral, faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema. O estigma da deficiência é grave, transformando as pessoas cegas,

surdas e com deficiências mentais ou físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas. É necessário muito esforço para superar este estigma.( p. 53)

Na literatura encontramos ainda que a inclusão é benéfica aos alunos sem deficiência, de uma forma geral esses educandos tornam-se, mas sensíveis as questões de discriminação que observadas no cotidiano e mais críticos sobre as formas de estereótipos produzidos socialmente. Desenvolvendo assim habilidades de aceitação e flexibilidade que são de extrema importância para a vida em uma comunidade democrática. Além do desenvolvimento mais perceptível para a liderança e a cooperação.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste cenário a educação inclusiva torna-se enfoque para diversas discussões a respeito dos direitos e deveres da sociedade como todo. Visando promover as condições de acessibilidade necessária para o desenvolvimento das pessoas permitindo melhorar nos aspectos sociocultural, políticos e econômicos. Por isso, é essencial ultrapassar a fronteira dos debates e inserir ações efetivas que envolvam a família e a comunidade, em conjunto com o Estado, para assim atender as necessidades básicas da criança e do adolescente. Em uma prática capaz de garantir seus direitos e a formação da cidadania.

Sendo assim, hoje já poderíamos contar com ferramentas que auxiliam no processo de inclusão, destacando os materiais didáticos, salas bem equipadas permitindo assim o trabalho especializado dos professores. A escassez de informação básica a respeito da população com deficiência tem sido uma grande barreira para o planejamento de ações capazes de promover sua inserção no meio social. Muitas vezes, a falta de acesso impede que a pessoa com deficiência

frequente determinados locais. É de extrema importância que a acessibilidade não seja somente de ordem física, mas também priorize a sociabilidade e o convívio dentro do ambiente escolar.

Não devemos reforçar uma visão perpetuada por várias épocas que supõe que o problema está no indivíduo ao invés das metodologias educacionais, currículos e organização escolar. A aceitação e a valorização da diversidade de classes sociais, de culturas, de maneiras individuais de aprender, de habilidades, de línguas, de religiões e etc, podem ser consideradas o início da criação de um ambiente educacional de qualidade para todos.

Metodologias inclusivas beneficiam a todos os alunos, pois eles podem descobrir juntos que existem formas diferentes para executar determinada atividade. A aprendizagem de todos deve ser garantida pelo ambiente escolar e este não deve segregar ou privilegiar somente uma pequena porção da comunidade atendida. Se faz necessário a criação e elaboração de programas e currículos capazes de proporcionar uma educação de qualidade a todos. Os educadores necessitam dos instrumentos que possibilitem uma visão do aluno em sua totalidade sendo estes dotados de um potencial ilimitado de aprender.

### REFERÊNCIAS

AKHRAS, F. N.; FRANÇA, M. F. **Inclusão digital em contextos sociais**. In: WORKSHOP GESITI E II GESITI/SAÚDE, VI, Campinas, 2010, *Anais*, p. 1-6.

AKHRAS, F. N, **Inclusão Social**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 25-37, 2011.

BONETI, R.V.F. **O Papel da Escola na Inclusão Social do Deficiente Mental**. In: Mantoan, M.T.E. org. A Integração de Pessoas com Deficiência: contribuições para reflexão sobre o tema. Editora Memnon, São Paulo, 1997.

BRASIL, **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial, Brasília, 1994.

BRASIL, **Ensaio pedagógicos**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

DUTRA C. P.; SANTOS M. C. D. **Os rumos da educação especial no Brasil frente ao paradigma da educação inclusiva**. Inclusão: Revista da Educação especial, Brasília, v.5, n.2, p. 19-24, 2010.

FRREIRA, A. L. O.; PINHEIRO, L. B.; VALÉRIO M. N. M. **A espacialização do surdo em Belém do Pará. O território como uso social do espaço urbano**. I Simpósio Mineiro de Geografia. 2014.

MENDES, E. G.; **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, 2006, p. 387.

MACIEL M. R. C. **Portadores de deficiência a questão da inclusão social**, São Paulo em Perspectiva, v. 14, n.2, 2000

NAZARENO, C.; BOCCHINO, E. V.; MENDES, F. L.; PAZ FILHO, J. S. **Tecnologias da Informação e Sociedade: o Panorama Brasileiro**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006, p. 187.

ISSN 2595-8704

The background of the entire page is a teal color. It features a large, semi-transparent silhouette of a person's head and shoulders in profile, wearing glasses and reading a book. In the lower right corner, there is a smaller silhouette of a person in a suit standing and talking on a mobile phone.

**excellence**  
REVISTA CIENTÍFICA

**Revista Científica Excellence | Periódico Multidisciplinar - Trimestral.**

CNPJ: 31.655.465/0001-04

**Endereço de correspondência:**

Rodovia do Sol. Nº100, Km 28. Ed.Praia do Sol. Bairro Recanto da Sereia. Guarapari. E.S.

CEP: 29.227-100

E-mail: [revista@excellenceeduc.com](mailto:revista@excellenceeduc.com) | Site: [www.excellenceeduc.com](http://www.excellenceeduc.com)